



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES DO ROSÁRIO NUMA IRMANDADE DE
HOMENS PRETOS NA CONTRAMÃO DAS RELAÇÕES DE PODER**

SALVADOR, 2025



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

SANTANA, Stela G. O. A atuação das Mulheres do Rosário numa Irmandade de Homens Pretos na contramão das relações de poder

Tese submetida ao Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Políticas Sociais e Cidadania

Área de concentração: Políticas Sociais e Cidades

Linha de Pesquisa nº 3 - Direito Social e Novo Direito, Construção de Sujeitos e Cidadania

Orientadora: Prof^a. Dr^a Julie Lourau Alves da Silva

Salvador, 2025

Dados de catalogação na Publicação(CIP)

Ficha catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

SANTANA, Stela G. O. A atuação das Mulheres do Rosário numa Irmandade de Homens Pretos

Orientadora: Prof^a. Dr^a Julie Sarah Lourau Alves da Silva

Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

Área de concentração: Políticas Sociais e Cidadania

Linha de Pesquisa nº 03: Direito Social e Novo Direito, Construção de Sujeitos e Cidadania

TERMO DE APROVAÇÃO

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA DILAGO

**A atuação das Mulheres do Rosário numa Irmandade de Homens Pretos
na contramão das relações de poder**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Julie Sarah Lourau Alves da Silva – UCSAL (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Gomes de Souza

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Prof. Dr. Joaci de Souza Cunha

Prof^a Dr^a. Maria de Fátima Pessoa Lepikson

Dedicado a todos os docentes e ex docentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador e aos Irmãos e Irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos-Pelourinho-SSA-BA.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tudo pode e nos fortalece, na certeza do seu infinito amor.

Aos meus familiares, professores e amigos, obrigado pelo incentivo e, sobretudo, por terem acreditado na minha caminhada rumo ao Doutorado.

Sempre ouvi dos meus pais, que os estudos eram o que tinham para deixar aos filhos como herança, porque este era um bem que nos habilitaria a outras conquistas. Assim foi e por isto cheguei até aqui. Dedico inteiramente esta realização aos meus pais, aos meus irmãos e ao meu marido, por amor e gratidão.

Aos professores, desde os da infância, que ensinaram as primeiras lições, até os professores do PPG - PSC – UCSAL, presentes no Mestrado e Doutorado; uns já não mais do quadro de docentes, outros sempre presentes, orientando e espelhando neste caminhar. Igualmente agradeço ao corpo funcional da UCSAL, que, administrativamente e operacionalmente, tornou este convívio salutar.

Antes, porém, de falar dos amigos, gostaria de, especialmente, agradecer à minha amiga, orientadora e professora Julie, a qual tive a felicidade e honra de tê-la ao meu lado, contribuindo para que obtivesse o título de Mestre e, agora, de forma especial, o de Doutora.

Aos amigos de toda vida, familiares com laços de sangue e/ou de afinidades, que vibram com as minhas conquistas, incentivando-me com os seus conselhos e bênçãos, para que eu enfrente os desafios, que são muitos.

De forma terna, agradeço aos Irmãos do Rosário, que me acolheram com carinho e respeito, desde a aproximação pela pesquisa realizada no Mestrado e agora no Doutorado, os quais mostraram possibilidades, em meio dos fluxos culturais e saberes ancestrais, pelo reconhecimento, pela reparação, dignidade e cidadania.

Aprendi com a vida, a ressignificar os desafios, porque as oportunidades não estão postas, buscamos sempre e, quando as conseguimos, precisamos exercitar a partilha. Este é o grande sentido da celebração das conquistas, o desejo de que estas resultem num bem maior.

RESUMO

As relações de poder existem na história da humanidade desde sempre, mas, com a modernidade, ganha complexidade e se apresenta de uma forma transversa, inaugurando novos contornos de dominação em Sociedade. Propõe-se, nesta Tese, analisar a atuação de mulheres numa Irmandade de Homens Pretos na contramão das referidas relações de poder, tuteladas sob a égide de uma estrutura desigual, introduzida pela colonialidade de todas as formas de poder, que teve como carro chefe um Projeto Eurocêntrico, que raptou, violentou e escravizou pessoas, usurpou terras, colonizou e dizimou povos originários, como se antes não houvesse donos, a exemplo do continente americano, onde civilizações indígenas e nativas, aqui já viviam. Imprimiu-se uma nova concepção de mundo e o modelo europeu tornou-se o primado da modernidade e da capacidade de vida humana. Não obstante a violência acometida ao povo negro, a diáspora africana oportunizou um grande intercâmbio cultural, do encontro entre os continentes americano, africano e europeu. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Salvador, como um primeiro espaço de inclusão, resistência, associativismo e pertença do povo negro, mas que, sob os contornos de uma sociedade patriarcal, sexista, desigual e machista, só emancipou a participação da mulher, em sua estrutura de poder, após quatro séculos de história e muita luta por reconhecimento, reparação e redistribuição de cargos e oportunidades. Por meio de estudo sobre a Irmandade, legislação, ancestralidade e a atuação de seus membros, com uso de metodologia qualitativa, procedeu-se à observação participante, onde se constatou a carência dos aparatos reparatórios, políticas sociais e a letargia de efetivamente promover a tão almejada equidade. Observou-se que muitas possibilidades de diálogos foram criadas e que a participação da mulher foi o diferencial, o que também é um legado de mulheres africanas, que, no seu continente mãe, a África, tiveram outro aprendizado de modelo de sociedade e participação da mulher. Conclui-se, que, muitas vezes, na sociedade e nas instituições, a legislação é menos eficaz do que a realidade social e subjetivamente construída e que, muitas vezes, o opositor termina sendo um igual, ou seja, não obstante os avanços na sociedade e nos compromissos a partir de 2001, muitas vezes a não credibilidade é forjada em falas como: “lutei por uma Mesa única com a

participação de homens e mulheres”, mas ainda não vota em mulheres como Priora da Mesa Administrativa”. Esta fala denota, que, da Mesa de Honra à Mesa Administrativa, a atuação da mulher preta, que sofre esta dupla opressão, ainda tem um longo caminho a percorrer, para, enfim, se obter a cidadania.

Palavras chaves: Relações de poder. Colonialidade. Diáspora Africana. Ancestralidade. Mulheres Pretas. Cidadania.

ABSTRACT

Power relations have always existed in the history of humanity, with modernity they gain complexity and present themselves in a transversal way, inaugurating new contours of domination in Society. It is proposed to analyze the actions of women in a Brotherhood of Black Men against the aforementioned power relations, protected under the aegis of an unequal structure, introduced by the coloniality of all forms of power, which had as its flagship a Eurocentric Project, which kidnapped, raped and enslaved people, usurped lands, colonized and decimated original peoples, as if there were no owners before, like the American continent, where indigenous and native civilizations already lived here. They created a new conception of the world and the European model, which became the primacy of modernity and the capacity for human life. Despite the violence committed against black people, the African diaspora provided the opportunity for a great cultural exchange, the meeting between the American, African and European continents. The Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black Men, as a first space for inclusion, resistance, associations and belonging of black people, but under the contours of a patriarchal, sexist, unequal and machista society, only emancipated the participation of women, in its power structure, after four centuries of history and a lot of struggle for recognition, reparation and redistribution of positions and opportunities. Through a study on the Brotherhood, legislation, ancestry and the actions of its members, using qualitative methodology, participant observation was carried out, which revealed the lack of reparatory devices, social policies and the lethargy of effectively promoting the so-called desired equity. She observed that many possibilities for

dialogue were created and that women's participation was the difference, which is also a legacy of African women, who in their mother continent, Africa, had another learning model of society and women's participation. He concluded that often in society or within its body, legislation is less effective than the socially and subjectively constructed reality and that the opponent often ends up being an equal, that is, despite advances in Society and Commitments from 2001, lack of credibility is often forged in statements such as: "I fought for a single Table with the participation of men and women", but still does not vote for women as Prioress of the Administrative Table". Finally, it indicates that from the Honor Table to the Administrative Table, the actions of black women, who suffer this double oppression, still have a long way to go, to finally obtain citizenship.

Keywords: Power relations. Coloniality. African Diaspora. Ancestry. Black Women. Citizenship.

RESUMEN

Las relaciones de poder siempre han existido en la historia de la humanidad, con la modernidad ganan en complejidad y se presentan de manera transversal, inaugurando nuevos contornos de dominación en la Sociedad. Se propone analizar el accionar de las mujeres de una Hermandad de Hombres Negros frente a las mencionadas relaciones de poder, amparadas bajo la égida de una estructura desigual, introducida por la colonialidad de todas las formas de poder, que tuvo como buque insignia un Proyecto Eurocéntrico, que secuestraron, violaron y esclavizaron, usurparon tierras, colonizaron y diezmaron a pueblos originarios, como si antes no hubiera dueños, como el continente americano, donde aquí ya habitaban civilizaciones indígenas y nativas. Crearon una nueva concepción del mundo y del modelo europeo, que se convirtió en la primacía de la modernidad y la capacidad para la vida humana. A pesar de la violencia cometida contra los negros, la diáspora africana brindó la oportunidad de un gran intercambio cultural, el encuentro entre los continentes americano, africano y europeo. La Hermandad de Nuestra Señora del Rosario de los Hombres Negros, como primer espacio de inclusión, resistencia, asociatividad y pertenencia de las personas negras, pero bajo los contornos de una sociedad patriarcal, machista, desigual y machista, sólo emancipó la participación de las mujeres, en su estructura de poder, después de cuatro siglos de historia y de mucha lucha por el reconocimiento, reparación y redistribución de posiciones y oportunidades. A través de un estudio sobre la Hermandad, la legislación, la ascendencia y el accionar de sus integrantes, utilizando metodología cualitativa, se realizó la observación participante, que reveló la falta de dispositivos reparadores, políticas sociales y el letargo para promover efectivamente la llamada equidad deseada. Observó que se crearon muchas posibilidades de diálogo y que la participación de las mujeres fue la diferencia, que también es un legado de las mujeres africanas, que en su continente madre, África, tuvieron otro modelo de aprendizaje de sociedad y de participación de las mujeres. Concluyó que muchas veces en la sociedad o dentro de su organismo, la legislación es menos efectiva que la realidad social y subjetivamente construida y que muchas veces el oponente termina siendo un igual, es decir, a pesar de los avances en Sociedad y Compromisos a partir de 2001, muchas veces la falta

de credibilidad es evidente. forjado en declaraciones como: “luché por una Mesa única con participación de hombres y mujeres”, pero todavía no vota por mujeres como Priora de la Mesa Administrativa”. Finalmente, indica que desde la Mesa de Honor hasta la Mesa Administrativa, el accionar de las mujeres negras, que sufren esta doble opresión, todavía tiene un largo camino por recorrer, para finalmente obtener la ciudadanía.

Palabras clave: Relaciones de poder. Colonialidad, Diáspora africana. Ascendencia. Mujeres Negras. Ciudadanía.

RÉSUMÉ

Les relations de pouvoir ont toujours existé dans l'histoire de l'humanité mais avec la modernité elles gagnent en complexité et se présentent de manière transversale, inaugurant de nouveaux contours de domination dans la Société. Il est proposé d'analyser les actions des femmes d'une Fraternité d'hommes noirs allant à l'encontre des relations de pouvoir susmentionnées tout en étant sous l'égide d'une structure inégale, introduite par la colonialité de toutes les formes de pouvoir, qui a eu pour phare un projet eurocentrique, qui a séquestré des personnes, les a violées et réduites en esclavage, usurpée des terres, colonisé et décimés les peuples autochtones. Ce projet a agi comme s'il n'y avait pas de propriétaires auparavant sur le continent américain, où vivaient pourtant déjà ici des civilisations autochtones. Le modèle européen, est devenu la primauté de la modernité et de la capacité de vie humaine. Malgré les violences commises contre les peuples noirs, la diaspora africaine est l'occasion d'un grand échange culturel, de rencontre entre continents, l'américain, l'africain et l'europpéen. La Confrérie Notre-Dame du Rosaire des Hommes Noirs, comme premier espace d'inclusion, de résistance, d'association et d'appartenance des noirs, mais sous les contours d'une société patriarcale, sexiste, inégalitaire et machiste, n'a permis la participation effective des femmes dans sa structure de pouvoir qu'après quatre siècles d'histoire et de nombreuses luttes pour la reconnaissance, la réparation et la redistribution des positions et des opportunités. À travers une étude sur la Confrérie, sa législation, l'ascendance et les actions de ses membres, en utilisant une méthodologie qualitative, une observation participante a été réalisée. Celle-ci a révélé le manque de dispositifs réparateurs, de politiques sociales et une léthargie pour promouvoir efficacement la soi-disant équité souhaitée. Elle a observé que de nombreuses possibilités de dialogue ont été créées et que la participation des femmes a fait la différence, ce qui est également un héritage des femmes africaines qui, dans leur continent mère, l'Afrique, disposaient d'un autre modèle d'apprentissage de la société et de participation des femmes. Cette thèse conclut que souvent dans la société ou au sein de son corps, la législation est moins efficace que la réalité socialement et subjectivement construite et que l'adversaire finit souvent par être un égal, c'est-à-dire que malgré les progrès de la société et des engagements de 2001, le

manque de crédibilité est souvent forgé dans des déclarations telles que : « J'ai lutté pour une Table unique avec la participation des hommes et des femmes », mais je ne vote toujours pas pour les femmes comme Prieure de la Table administrative ». Enfin, celle-ci indique que de la Table d'honneur à la Table administrative, les actions des femmes noires, qui subissent cette double oppression, ont encore un long chemin à parcourir, pour enfin obtenir la pleine citoyenneté.

Mots-clés: Relations de pouvoir. Colonialité. Diaspora africaine. Ascendance . Femmes noires .Citoyenneté.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AFEC – Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania
ASA - Associação Social Arquidiocesana
ASCOM – Assessoria de Comunicação
CCPI – Centro de Cultura Popular Identitária
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CF – Constituição Federal
CNPIR – Conselho Nacional de Participação da Igualdade Racial
CONEP - Comissão Nacional de Ética em pesquisa
DDPA - Declaração de Durban e no Plano de Ação
DOE - Diário Oficial do Estado
EC – Emenda Constitucional
EIR – Estatuto da Igualdade Racial
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
FCHSSA - Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPAC - Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAC – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPEA – Instituto de Pesquisa Afro Brasileira
MinC – Ministério da Cultura
NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA)
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAS – Organização Pan – Americana de Saúde
PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNC – Plano Nacional de Cultura
RI - Regimento Interno
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC – Secretaria Especial de Cultura
SECULT – Secretária de Cultura do Estado da Bahia
SERPRO – Serviço de Processamento de Dados

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SPD – Sociedade Protetora dos Desvalidos

TEN – Teatro Experimental do Negro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista (Unesp)

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICTAD- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

VO – Venerável Ordem

LISTA DE FIGURAS

- Figura nº 01** - Torres da Igreja do Rosário e os coruchéus / p. 56
- Figura nº 02** - Largo do Pelourinho, Sítio Jesuítico, ao centro a imponente Igreja do Rosário, azul como o manto de Nossa Senhora do Rosário / p.61
- Figura nº 03** – Monumento da Cruz Caída / p.66
- Figura nº 04** - Igreja do Rosário dos Homens Pretos / p. 67
- Figura nº 05** - Festa de Santa Bárbara / p.111
- Figura nº 06** - Largo do Pelourinho Igreja – Praça José de Alencar / p. 116
- Figura nº 07**- Altar de Nossa Senhora da Muxima no corredor lateral da Igreja do Rosário / p.117
- Figura nº 08** - Igreja do Rosário 1859 -Pelourinho século XIX / p. 151
- Figura nº 09** - Padre Lázaro no altar ao fundo e o Secretário de Cultura do Estado da Bahia, Bruno Monteiro - Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Cultura / p. 163
- Figura nº 10** - Tradição de Mãe para Filha / p. 167
- Figura nº 11** - Festa na Irmandade – O prato bacalhau com toucinho é servido à população / p. 174
- Figura nº 12** - Acesso lateral da Igreja, com o nome Rosário dos Pretos / p. 176
- Figura nº 13**- Fachada da Sociedade Protetora dos Desvalidos – Cruzeiro de São Francisco – Centro Histórico / p. 180
- Figura nº 14** Visão panorâmica da Missa Festiva / p. 192
- Figura nº 15**- A Festa – Presença feminina e a dupla pertença / p.193

ANEXOS

ANEXO A - Tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil / p.200

ANEXO B - Ata de Posse da Mesa Administrativa da Irmandade / p.202

ANEXO C – Disposições para irmãos e irmãs após a participação de mulheres na mesa administrativa / p.205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - O TRAÇO DA COLONIALIDADE DO SISTEMA, REFLETIDO NA SOCIEDADE E NO INTERIOR DAS IRMANDADES NEGRAS	42
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A IRMANDADE DO ROSÁRIO.....	61
2.1 Perspectiva Histórica.....	61
2.2 A governança no interior da Irmandade na perspectiva de gênero – Analisando relações de poder à luz dos Compromissos.....	70
2.3 Perspectiva sociopolítica: Mulheres de muitas lutas: Da Mesa de Honra à Mesa Administrativa	93
CAPÍTULO III – MULHERES NEGRAS EM REDE DE RELAÇÕES: O ETHOS QUILOMBISTA DA ATUAÇÃO COLETIVA	100
3.1 - Mulheres do Rosário desconstruindo o mito da fragilidade feminina	100
3.2 - Relações de poder sob a perspectiva do duplo pertencimento: Mulheres de Fé - o diferencial na religiosidade	109
Subsecção 3.2.1 Catolicismo – Dogmas sob domínio do patriarcado: a ótica do colonizador	115
Subsecção 3.2.2 A autonomia feminina no Candomblé: legado do colonizado.....	121
3.3 Redes de relações e Organização Feminina: a forma aquilombada da atuação e produção das Mulheres do Rosário	134
Subsecção 3.3.1 Trabalho de ganho: empoderamento socioeconômico como premissa da luta e resistência	143

CAPÍTULO IV – SALVE MARIA! SOB AS CONTAS DO ROSÁRIO, PROMESSAS DE CIDADANIA	158
4.1 Direito à Memória e à cultura: o legado ancestral sob uma condução feminina	158
4.2 Histórias de Vida de Irmãos do Rosário e de Mulheres da Mesa e de Honra	164
4.3 A Festa como Patrimônio e a patrimonialização como viés de cidadania	187
CONCLUSÃO	194
ANEXOS	200
ANEXO A	200
ANEXO B	202
ANEXO C.....	205
REFERÊNCIAS	207

INTRODUÇÃO

Quando iniciei meus estudos sobre Irmandades as Negras em 2018, não imaginava, à época, que era um caminho sem volta, no sentido de ser instigada a uma continuidade neste campo temático, no mestrado e doutorado, melhor diria, então, um caminho de volta, como retorno a um viés ancestral, cujo evento diaspórico nos conduziu a este lugar de fala, ou seja, a de um povo de descendência ímpar, resultante do encontro de três continentes: o americano, o europeu e o africano.

Um tanto que provocada por uma inquietude frente à necessidade de passar a limpo a nossa história, não apenas na relação entre colonizador e colonizados, mas de um direito à memória, numa perspectiva de um recontar a história, sem precisar ofuscar o protagonismo dos povos originários e dos africanos que aqui chegaram e participaram da formação sócio-histórica, política e econômica da sociedade que temos hoje.

Durante o Mestrado fui apresentada pelo irmão “A.P.” a dois irmãos do Rosário, que se tornaram referência para minha pesquisa e para a minha vida: o Sr “A. N.” e a Dra. “A. S.”. Doutos que são de um conhecimento ancestral e o domínio da oralidade no repasse do que aprenderam com os antepassados e com as suas próprias histórias de vida. Laços efetivos e afetivos, que pude continuar contando com eles no Doutorado. Com eles aprendi que as histórias de vida dos irmãos presentes e dos que os antecederam fundamentam a história de uma Irmandade secular, mantendo a memória e a identidade de um povo.

Ainda numa perspectiva embrionária de direito a memória, a primeira aproximação com o tema se deu pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Pelourinho, onde fui questionada pelo irmão “A.P.”, sobre meu interesse com a pesquisa e, sobretudo, a minha motivação. Falei que eu buscava uma releitura de fatos históricos, na perspectiva de contribuir na promoção do reconhecimento (identidade) e na redistribuição (oportunidades) desta descendência pluriétnica e multicultural que é o povo brasileiro, ao qual pertencço.

Poderia iniciar dizendo que os indígenas não eram preguiçosos e indolentes, que os africanos não se deixaram escravizar, protagonizaram várias

lutas a partir da diáspora negra, inicialmente referido, e que a liberdade foi uma conquista, não simplesmente um ato dadivoso e legal (Lei Áurea) de uma princesa branca, estilo contos de fadas com finais felizes.

A minha resposta impactou positivamente ao irmão, que aceitou a minha pesquisa e me acolheu dizendo: “você é um de nós com a tinta fraca”. A partir daí, acredito que foi mesmo uma viagem sem volta: no mestrado pesquisei a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como viés quilombista de resistência cultural, logrando êxito na perspectiva de comprovar as minhas hipóteses e de ser um tema atual, que desperta o interesse dos leitores.

Além de ter sido uma experiência exitosa, quando da conclusão da dissertação, professores que fizeram parte da banca de qualificação estimularam a prosseguir com o tema, comentando que esta pesquisa poderia ter desdobramentos numa tese de Doutorado. A ideia inicial era fazer uma análise comparativa entre duas irmandades negras aqui na Bahia, a de Nossa Senhora do Rosário, aqui na capital, e a de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira, Recôncavo Baiano.

Desta vez, a aproximação foi facilitada pelo Irmão do Rosário, o Sr. “A. N.”, que referiu a Irmandade da Boa Morte como irmã do Rosário, já que muitas das negras que fugiram da área da Barroquinha, em Salvador- Ba, para cidades do Recôncavo, concentrando um maior contingente de pessoas em Cachoeira e dali iniciaram a devoção a Nossa Senhora da Glória e a Irmandade da Boa Morte, passaram pelo acolhimento da Irmandade do Rosário, ante as perseguições sofridas na Capital da Província, sobretudo após a Revolta dos Malês.

A Boa Morte é uma irmandade eminentemente feminina e com fortes traços de uma religiosidade afro católica e de conhecimentos ancestrais. A fuga da capital da província para o Recôncavo Baiano foi devido a perseguições religiosas e sociopolíticas, migrando para o interior, área promissora do ponto de vista político e econômico, no início do século XIX.

A dupla pertença religiosa, que conheci ainda no mestrado na Irmandade do Rosário, é o termo que define o que antes usávamos como sincretismo religioso, tanto existente na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, nesta,

vista de forma mais expressiva, destacando o trabalho realizado pela Casa do Axé.

Neste propósito, fui em 2021 até Cachoeira, no Recôncavo Baiano, manter um primeiro contato com algumas irmãs da Irmandade, retornando em 2022, para conhecer mais sobre a temática das Irmandades Negras na Bahia, iniciando uma pesquisa sobre esta Irmandade, observando questões históricas, sociais, políticas e econômicas, além da estrutura física, vestimentas e a Capela ao lado da Casa Sede da Irmandade.

Contudo, no curso do doutorado, algumas questões internas de cada instituição me fizeram rever o Projeto de Pesquisa e, dialogando com a minha orientadora, algumas mudanças foram efetuadas. À época, a orientadora informou, que um Projeto de Pesquisa pode e deve ser revisado, sempre que necessário, sem precisar sair do campo temático. Ela ressaltou ainda, ser evidente a minha identificação com o tema e o interesse nos estudos das Irmandades Negras, ampliando as discussões nas disciplinas Seminário de Tese 1 e 2, possibilitando o recorte que definiria o Projeto de Pesquisa e, conseqüentemente, a Tese.

Outrossim, desta aproximação com a Boa Morte, Irmandade Negra, genuinamente comandada por mulheres, despertou a ideia de, numa Irmandade de Homens Pretos, observar a atuação de mulheres na contramão das relações de poder.

Vale ressaltar que isto não significa que, num dado momento do desenvolvimento da Tese, algumas análises comparativas não procedam, caso necessário, já que ambas são irmandades negras e guardam um diálogo ancestral comum e que elucidam várias questões e posicionamentos.

Escrever uma tese é algo complexo, porque a escrita é o resultado do olhar, do ouvir, do perceber uma realidade em movimento, ou seja, fadado à necessidade de uma teoria nova ou à revisão do conhecimento que se acabou de produzir. Ao centrar o foco na atuação de mulheres da Irmandade do Rosário considerando as relações de poder na perspectiva de raça e gênero, esta produção ganha contornos ainda mais complexos.

Assim, a presente Tese de Doutorado tem como título, “A atuação das Mulheres do Rosário numa Irmandade de Homens Pretos, na contramão das relações de poder”. O foco está nas relações de poder na perspectiva de raça,

gênero em uma sociedade desigual, a partir da investigação e análise da atuação quilombada das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Pelourinho, SSA-BA, numa sociedade ordenada por valores fundados na colonialidade das formas de poder inaugurada na modernidade.

Todavia, ao ampliar o foco do estudo das Irmandades Negras, a presente Tese de Doutorado delimitou a investigação em um recorte da atuação das Mulheres numa Irmandade de Homens Pretos - Pelourinho - Ba, observando as relações de poder neste espaço inclusivo, mas também subversivo, de reafirmação e reconstrução cultural da população africana e sua descendência na América Lusa.

A pesquisa traz como questão de investigação: “Em que medida a atuação das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos coloca em cheque os padrões e relações dominantes numa perspectiva de gênero e raça?”. Objetiva analisar as possibilidades da atuação de mulheres na referida Irmandade Negra, apesar das relações de poder historicamente constituídos.

É uma pesquisa social sob um olhar etnográfico, buscando captar, nos aspectos institucionais, nos diálogos, nos relatos, e por meio de uma escuta atenta, os sentidos e significados da atuação destas mulheres nesta Irmandade negra de quatro séculos de história, enquanto situação social a ser investigada.

O percurso metodológico realizado partiu de uma revisão de literatura e definição do objeto, muito em função do interesse em continuar com a pesquisa de campo na Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho – SSA-BA, iniciada no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania do Programa de Pós Graduação da Universidade Católica do Salvador, com uma abordagem qualitativa, através da observação participante, seguida de uma análise descritiva e a conclusão com a verificação das hipóteses e elaboração das generalizações.

Como já referido, a Tese tem como precedente a pesquisa realizada no Curso de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, Linha 3 - Direito Social e Novo Direito, Construção de Sujeitos e Cidadania, cujo tema de dissertação foi “Irmandade do Rosário dos Pretos: Quilombismo como viés de resistência cultural”. Oportunidade ímpar de conhecer o protagonismo da Irmandade Secular através de seus Irmãos, seja

nas ações sócio - promocionais realizadas e/ou na observância do conhecimento ancestral que vem se atualizando no curso da história.

Dito isto, cabe definir as Irmandades Negras aqui no Brasil como Instituições Religiosas no modelo das Confrarias Portuguesas, tendo como membros africanos e crioulos escravizados e libertos/alforriados. Devido ao seu surgimento no período de formação da sociedade colonial, alguns historiadores as definem como expressão do pacto colonial entre esta população e a elite senhorial, resultado da aliança entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, sendo um espaço inclusivo para o africano e o crioulo, numa sociedade excludente e desigual.

No passado colonial e imperial, as Irmandades constituíram um espaço de poder político, social e econômico, haja vista o próprio poder político da Igreja Católica neste período aqui no Brasil. Após a República, com o laicismo do Estado e novos contornos da sociedade, as Irmandades redefiniram seu papel e o foco de atenção, numa afirmação da identidade, cultura e conhecimento ancestral, sem, contudo, priorizar a religiosidade, o associativismo, a solidariedade e a atuação coletiva, em três frentes: cultural, religiosa e assistencial.

As irmandades são instituições privadas, que têm CNPJ, Estatutos, Mesa Administrativa com Compromissos e Membros eleitos para exercerem cargos administrativos e de apoio ao Culto como Prior, Vice Prior, 1º e 2º Tesoureiro, 1º e 2º Secretário, Procurador Geral, Mordomo do Culto, Mestre de Noviço, 1º ao 8º Definidores, 1º e 2º Visitador. Segundo definição em Compromisso, compete à Mesa Administrativa cumprir a gestão administrativa, financeira, patrimonial, promover eleições, manter limpeza e conservação da estrutura física, dentre outras.

Ao analisar o contexto de uma Irmandade Negra no Brasil, com quatro séculos de história, mister conhecer o processo de formação da sociedade brasileira ao longo deste tempo, o qual teve forte influência de um projeto de dominação e de relações sociais de produção excludentes, que impuseram, além de contornos patriarcais e patrimoniais, o estigma da desigualdade.

Conhecer como e em que medida se dá a referida atuação desperta o interesse de ampliar o foco numa análise dos dados observados, construindo uma teoria que possa apresentar outras leituras, sobretudo a partir de 2001, com

a participação das mulheres na Mesa Administrativa pela primeira vez, observando que a pesquisa de Anália Santana traz um recorte de 1969 a 2001.

Preliminarmente, foi contextualizada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em seus quatro séculos de história, como pano de fundo ao desenvolvimento de uma teoria sobre a atuação das mulheres na contramão das relações de poder, num recorte entre os anos de 2000 a 2024, como momento presente e seguinte à participação das Mulheres nas Mesas Administrativas, após o compromisso de 2001, que demarcou essa conquista.

Pesquisar a atuação das Mulheres numa Irmandade Negra na Bahia, a partir da Irmandade do Rosário dos Pretos, parte do problema e indagação, em meio deste projeto de dominação, sobretudo das relações de poder existentes, quais possibilidades de atuação de mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, numa sociedade em que historicamente privilegiou a masculinidade e a branquitude, seja no patriarcado, no racismo e nos moldes de uma sociedade sexista.

Atuação de mulheres e análise dos padrões e relações de poder instituídos no bojo da sociedade é sempre um tema atual e multifacetado. Ao inserir o viés ancestral, centra o foco no traço quilombista, a fim de constatar em que medida a resistência feminina, hora como protagonista, hora como coadjuvante, possibilitou, ou não, o protagonismo e a teia de relações de mulheres, Irmãs do Rosário, observando os condicionantes históricos da realidade inserida.

Interessante destacar que a Irmandade, ao longo do percurso histórico, teve em comum a gênese na fé no Rosário e o caráter religioso afro católico, inclusivo, sociopolítico, econômico, buscando, numa perspectiva afro centrada, a reafirmação da identidade de um povo e a reconstrução de bases culturais que remetam à ancestralidade.

Traz uma herança colonial e o cunho religioso na sua concepção e forte devoção Mariana, pela fé no Rosário, adepta ao padroado e à reverência aos santos católicos, guardando observância ao princípio basilar da ancestralidade, respeito às singularidades e pluralidades em suas manifestações culturais e festejos populares. De modo específico, apresenta o papel associativo das Irmandades e o registro de ser este o primeiro espaço de inclusão social, numa sociedade marcada pela desigualdade.

As discussões serão avançadas, a partir do desdobramento da atuação das mulheres na Irmandade do Rosário dos Pretos, sob o traço da colonialidade, que permeia os padrões e relações dominantes, em meio a aspectos estruturais e da legislação, numa perspectiva de gênero e raça. Desta forma, a presença feminina é apresentada, seja na fé, na diversidade, no seu histórico, na sua constituição e nas formas de enfrentamento.

Vale ressaltar a flexibilidade no percurso traçado, na possibilidade de rever as etapas sempre que necessário. Segundo Lopes (2005, p.135), “a dinâmica do processo de pesquisa exige interações, voltas, novas combinações lógicas entre as etapas”. A abordagem da pesquisa de campo teve um curso interativo e contou com relatos das histórias da Irmandade e da vivência de Irmãos do Rosário, sendo disponibilizados documentos mais recentes como o Compromisso de 2001 e o atual, de 2017.

Além disto, foram utilizados trabalhos de outros pesquisadores, sobretudo na análise de Compromissos mais antigos, para evitar danos com a manipulação dos documentos, observando que são quatro séculos de história. Houve, ainda, um incêndio na Barroquinha, na década de 80, do século passado, local onde a Irmandade se encontrava, quando a Igreja estava em reforma, perdendo parte do acervo documental para o fogo.

Interessante ressaltar que a pesquisa se volta ao período de 2000 até 2024, muito embora, em alguns momentos, aspectos históricos são pontuados ou destacados para entendermos o momento e as situações presentes, sobretudo porque a construção de uma teoria resultante de uma pesquisa social é um processo dialético e este não se explica sem uma conectividade.

A revisão literária se deu a partir de autores que dialogam com temas sob enfoque das relações de poder, raça e gênero, que sempre estiveram presentes no curso histórico. A construção teórica ampliou o diálogo do tema eleito com a perspectiva transversal em relação a outros temas afins e que conversam entre si, demonstrando a complexidade que envolve questões de gênero, raça e relações de poder.

Como já referido, este tema, com o enfoque no protagonismo de mulheres na Irmandade do Rosário, foi precedido por obras da Irmã do Rosário Anália Santana, em sua dissertação de Mestrado pela Universidade do Estado em 2013, sob o título “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa

Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969 – 2001)”, além do artigo “Mulheres Negras do Rosário do Pelourinho: Memória, Identidade e Poder - Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X”, também de sua autoria. Ambos dialogam com o tema e têm o precedente positivo do lugar de fala de uma mulher negra e irmã do Rosário, como autora.

A pesquisa tem como recorte temporal o período de 2000 a 2024, coincidindo oportunamente com a virada do milênio, a movimentação pró Compromisso de 2001, no tocante à qualidade da Mesa com a participação, pela primeira vez, de mulheres na Mesa Administrativa, em quatro séculos de história da Irmandade e, sobretudo, o momento seguinte à pesquisa, que antecedeu ao tema, qual seja, a dissertação de Santana, A. (2013) já mencionada, cujo recorte apresentou o período de 1969-2001.

O caráter atual e atuante desta Irmandade do Rosário, como um viés quilombista de resistência cultural, foi constatado quando da pesquisa do mestrado. O doutorado teve o propósito de continuar o estudo sobre as Irmandades Negras no Brasil e na Bahia, de modo específico a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, pesquisando a atuação das mulheres da Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho – SSA-BA (2000-2024).

A pesquisa passa por uma discussão interdisciplinar, seja sobre questões do direito, da economia, relações internacionais, dentre outros, além de poder fazer um contraponto com outra Irmandade negra, exclusivamente feminina, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira.

Referente a questões de direito temos a participação sócio-política em termos de garantia de acesso da mulher negra, reparação e garantias constitucionais; na economia serão discutidos o protagonismo sócio - histórico das ganhadeiras, a produção coletiva e as relações sociais de produção, além do reconhecimento e redistribuição de trabalho, renda e oportunidades, e questões de relações internacionais referentes ao intercâmbio cultural, comunicação em redes de relações e direitos humanos, dentre outros.

Ademais, a participação no Grupo de Pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania – AFEC permitiu um caminho diferenciado, com possibilidades diversas, o que também facilitou a aproximação com o objeto, sob

a ótica de uma gama de autores em textos trabalhados em leituras dirigidas e rodas de conversas nas reuniões e encontros do referido Grupo de Pesquisa, que trabalha com questões de raça, gênero e relações de poderes.

Assim, o Capítulo I, sob o título O TRAÇO DA COLONIALIDADE PRESENTE NA SOCIEDADE E NAS RELAÇÕES DE GOVERNANÇA NO INTERIOR DAS IRMANDADES NEGRAS, como fenômeno amplo, permanente e atual, fundado no Projeto Eurocêntrico, inaugurado na Modernidade e inserido estruturalmente nas relações sociais de produção, traz nuances de um projeto de poder que teve na aliança entre Estado e Igreja uma experiência expansionista exitosa. Para tal, autores como o sociólogo peruano Aníbal Quijano, José Reis, além de pesquisadores como Lucilene Reginaldo, Anália Santana, Sara Farias, com pesquisas e estudos realizados sobre os temas abordados, foram consultados, além da minha própria Pesquisa de Mestrado, que deu ensejo ao aprofundamento.

Governança, sob um modelo estrutural patriarcal e as brechas neste sistema que permite a atuação de mulheres, inclusive no interior das Irmandades, como a do Rosário. Resolvi apresentar a colonialidade do poder como fenômeno amplo, permanente e atual, fundado no Projeto Eurocêntrico, inaugurado na Modernidade, inserido estruturalmente nas relações sociais de produção.

Ante a definição da governança na Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho na perspectiva de gênero, foi apresentado um escopo de como é composta a vida de uma Irmandade – Regulamentos, estatutos, códigos cânones por se tratar de uma Irmandade Afro católica, definindo o lugar das mulheres nesta estrutura. Para tal foi revisitada a trajetória histórica das relações de poder existentes nas Irmandades sob modelo das Confrarias Portuguesas.

O Capítulo II, CONTEXTUALIZANDO A IRMANDADE DO ROSÁRIO, fundamenta-se num aporte histórico-estrutural, buscando definir a governança na Irmandade do Rosário dos Pretos-Pelourinho-SSA-Ba na perspectiva de gênero, visitar em sua estrutura histórica as relações de poderes, apresentá-las e conhecer onde estão as mulheres nesta estrutura, além de identificar a luta feminina por participação na Mesa Administrativa. Busca, ainda, definir a ancestralidade e o conhecimento ancestral como um princípio balizador da luta e resistência do povo negro.

Traz alguns destaques dos Compromissos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos Pelourinho – SSA-BA, pontuando relações de poder, sobretudo questões da política interna e gênero. Apresenta, ainda, uma análise do Compromisso de 2001, ante o caráter inovador e ao mesmo tempo desafiador, à medida que traz em seu regramento, pela primeira vez, a participação da mulher na Mesa Administrativa. A questão estrutural traz a Irmandade como Organização, com regramentos, CNPJ, distribuição de cargos, dentre outros.

Em quatro séculos de história, a mulher sempre participou eficazmente de todas as atividades desenvolvidas pela Irmandade, enfrentando as adversidades, sempre na contramão das relações de poder. Assim, surge um Compromisso histórico (2001), extinguindo a proibição de participação da mulher na Mesa Administrativa. Atualmente o Compromisso (2017) ratifica esta permanência da mulher.

Conhecido o traço da colonialidade presente na sociedade e nas relações de governança no interior das irmandades negras, uma vez contextualizando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário- Pelourinho-SSA-BA, o diálogo se amplia num enfoque mais amplo do patrimonialismo, num sistema capitalista e desdobramento sob um comando do patriarcado, influenciando questões de gênero e poder.

O patrimonialismo vem do Estado Patrimonialista Europeu e dá égide a uma gestão do bem público, viciada numa prática do gestor utilizar o patrimônio público como extensão de sua propriedade. Assim, o bem público, aquele cujo interesse e destinação deveria ter um comando coletivo, ao contrário, volta a um comando clientelista, de relações desiguais, como as historicamente vivenciadas por mulheres negras, duplamente estigmatizadas por uma prática de exclusão e privilégios, em vez de direitos.

O Capítulo III, sob o título MULHERES NEGRAS EM REDE DE RELAÇÕES: O ETHOS QUILOMBISTA DA ATUAÇÃO COLETIVA traz, inicialmente, uma conceituação contextual do que é ser mulher negra na sociedade brasileira atual, como resultado de um processo estrutural excludente, que privilegiou o patriarcado e a branquitude.

Necessário na análise do curso histórico desconstruir o mito da fragilidade feminina, forjada por uma sociedade machista, que fundou bases numa proteção paternalista dos homens sobre as mulheres brancas, já que, no discurso clássico

da opressão à mulher, as negras não são reconhecidas em suas lutas e experiência histórica vividas. Desta forma, questiona acerca de a qual mulher se refere quando trata do mito da fragilidade feminina, vez que a mulher negra escravizada nunca foi tratada como frágil, mas duplamente estigmatizada, nos componentes gênero e raça (Carneiro, 2003).

Outro traço fonte de atuação e relação de poder a ser apresentado neste capítulo diz respeito à religiosidade, observando no catolicismo o culto ao padroado na organização e realização das festas aos santos católicos, a influência judaico-cristã, a submissão feminina, a égide do modelo patriarcal, dentre outros. Do outro lado, a autonomia e liderança feminina na condução espiritual das religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, que têm nos terreiros as Mães de Santo, responsáveis por todos os filhos.

A este respeito, interessante destacar a contribuição da pesquisadora Ruth Landes, em sua passagem no Brasil e de modo especial na Bahia em 1938, para realizar uma pesquisa antropológica sobre “a vida do negro”, ao conhecer mulheres do candomblé, as quais atribuem uma força, independência, autonomia comuns a mães-de-santo, como Mãe Menininha no Terreiro do Gantois, que conheceu e a referia como “uma mulher dona de si”. A partir dessas mulheres, da impressão positiva do candomblé e do lugar que ocupavam na sociedade baiana, a pesquisadora fez uma reflexão sobre a condição feminina, numa leitura sensível do poder que detinham e sua influência.

Essa impressão positiva com relação ao candomblé foi compartilhada com o etnólogo Édison de Souza Carneiro escritor brasileiro, especializado em temas afro-brasileiros, grande estudioso da cultura afro-brasileira e graças a ele o trabalho resultante da pesquisa de Ruth Landes foi publicado no Brasil. Em seus estudos caracterizou a cultura afro-brasileira e ao candomblé, que definia como "uma força criadora", capacitante aos negros na solução de seus problemas de vida.

Ambos percebem no candomblé a existência de um ‘Matriarcado Cultural’ não nocivo aos homens e de boa convivência entre os gêneros, tecendo um elogio as mulheres baianas em seu livro, questionando a credulidade dos americanos, da possibilidade da existência de relações de gênero e poder, a saber: “Penso que elas ajudam a engrandecer o Brasil. Acreditarão os

americanos que haja um país em que mulheres gostam dos homens, se sentem seguras e à vontade com eles e não os temem?

Interessante ainda trazer considerações sobre o mulherismo numa perspectiva de mudança social, em relação a opressão de raça e de gênero, sob o cerne de um entendimento ancestral, diverso do feminismo no que tange a uma ideia diferenciada das relações de gênero

Comum ouvir dos Irmãos do Rosário que, nas Irmandades Negras fundadas na fé católica, no formato das confrarias portuguesas, as mulheres pretas e pardas tiveram que travar sua luta histórica para pertencer à Mesa Administrativa, diferente do candomblé, que consideram uma religião feminina e sempre tiveram o comando na fé como Mães de Santo, Sacerdotisas das religiões de matriz africana, chefe espiritual e administradora da casa, além de responsável pelo culto aos orixás.

Interessante destacar que a religião em si, já é uma instituição de poder, que delimita seus espaços políticos, econômicos, ideológicos, dentre outros, avançando através da fé e conversão. Como qualquer estrutura de poder, se fortalece em situações de dominação, exploração e submissão, bem como, da exploração e do medo.

Não obstante, o que os Irmãos do Rosário hoje chamam de dupla pertença, não é algo passivo na relação histórica entre uma religião católica, que se coloca como universal, ortodoxa e romana, portanto, pertencente ao projeto eurocêntrico, que escravizou, dominou e usurpou, versus a religião do colonizado e escravizado, cuja crença foi satanizada ainda nos portos africanos e nos porões dos navios negreiros, numa conversão forçada ao catolicismo.

Perseguição e discriminação sempre estiveram presentes na realidade das religiões de matriz africana. Um desses episódios históricos de intolerância religiosa deu ensejo à fuga de mulheres do terreiro, que ficava num terreno próximo à Igreja da Barroquinha, para o Recôncavo Baiano, no início do século XIX e que, mais tarde, criaram a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira.

No tocante às relações de poder na perspectiva da religiosidade, é apresentada uma discussão sobre o catolicismo judaico-cristão, sob o modelo do patriarcado e herança do colonizador de um lado, e do outro, as religiões de

matrizes africanas, que trazem o poder e a condução feminina, sob a ótica do colonizado.

Condução com uma característica específica do trabalho coletivo e de manter uma rede de relações fundada no apoio, na assistência aos desvalidos, na solidariedade, crença, vida em comunidade, numa forma de agir e pensar, com aspectos de aquilombamento nas relações sociais de produção, sob os moldes da forma de vida identificada por Abdias Nascimento em quilombos aqui no Brasil.

Passa pela análise desta atuação coletiva, na Irmandade e em prol desta, que vai desde a maneira de se organizar, definindo o porquê da referida atuação coletiva, até a forma de inserção e de construção da sua luta, observando a proximidade com princípios de resistência, inspirados num viés quilombista, que remete à unidade, à produção coletiva, função social do trabalho e ao destino que se dá ao que se produziu e obteve lucro.

Mulheres em redes de relação social e produção coletiva, num breve histórico das suas atuações na Irmandade, em ações, devoções e angariando recursos, inclusive no trabalho de ganho para os festejos dos padroeiros, contextualizando no tempo e espaço. Uma ideia de sociedade e estrutura sócio econômica sob os moldes comunitários de um Quilombo, em que a mulher negra, em termos de sentimento de pertença e interesses coletivos, aderiu de forma plena.

Estudioso sobre a formação do Brasil, focando no genocídio do negro e no quilombismo, Abdias Nascimento apresentou aos seus irmãos e irmãs afrodescendentes no Brasil e nas Américas, em trabalho apresentado no 2o Congresso de Cultura Negra das Américas, Panamá, 1980, a proposta de uma sociedade pluriétnica e multicultural, a partir de sua obra “O ABC do Quilombismo”. Quilombo como estrutura comunitária e democrática, baseado em valores e cultura africana.

Concepção de uma ancestralidade associada ao quilombismo de Abdias Nascimento, presente numa forma de produção coletiva e de uma ideia diferenciada das relações de gênero, conhecida como mulherismo, um feminismo da África que não vai ter o homem como inimigo ou oponente, simplesmente um modo de pensar as relações de gênero.

Vale ressaltar que Nascimento não se refere totalmente uma concepção africana e sim a uma perspectiva da ancestralidade e do entendimento do quilombismo numa sociedade multicultural, pluriétnica, diversa e cidadã. Passa pelo entendimento de que existem relações de dominação, mas também uma relação que foge e pode trazer o mulherismo e não só o feminismo.

Mulherismo como estrutura intelectual feminista, não um feminismo nos moldes ocidentais ou sob uma agenda eurocêntrica, ele é especialmente voltado as experiências e condições das mulheres negras. Ao colocá-las no centro de um conceito ou mesmo de discussões em torno do mesmo, traz uma postura afrocentrada e o resguardo de uma cultura ancestral.

O Capítulo IV é uma grande celebração à religiosidade, à ancestralidade, ao direito à memória, à identidade e à cultura, sob o título SALVE MARIA! SOB AS CONTAS DO ROSÁRIO, PROMESSAS DE CIDADANIA, onde são trazidos relatos e histórias de vida de irmãos do Rosário e, de forma especial, mulheres do Rosário, que fazem parte da Mesa Administrativa.

Amplia o diálogo contextual e histórico do Rosário e das lutas empreendidas pelas mulheres numa Irmandade de Homens Pretos, sempre na contramão das relações de poder, trazendo a realidade a partir de relatos de vida dos Irmãos do Rosário.

Uma grande festa da resistência da mulher preta, que historicamente vem enfrentando estigmas quanto ao processo de participação na sociedade e suas estruturas, por questões de raça, gênero e desigualdade social. Culmina com outras celebrações, como a patrimonialização da Festa de Nossa Senhora do Rosário e o aporte cultural que a Irmandade se tornou, tendo, inclusive aqui na Bahia, recepcionado o Fórum de Secretários e Secretárias de Cultura, como uma prévia do Encontro do G20, na cidade do Rio de Janeiro.

Interessante, metodologicamente, pontuar, nos relatos de vida, a riqueza e conhecimento ancestral através da oralidade. Mulheres Pretas de honra e de Mesa Administrativa, guardiãs da memória dos antepassados e repassadoras de um legado de luta e resistência.

Como desafio epistemológico, a presente Tese traz uma aproximação antropológica no conhecimento da atuação de mulheres na Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho, Salvador - Ba, na contramão das relações de poder, através de uma metodologia de pesquisa que adota a observação direta,

como forma de interagir e se relacionar com os aspectos físicos e funcionais, bem como de fatores históricos e sociais específicos, de ferramentas conceituais diversas e, ao mesmo tempo, em conformidade com o objeto a ser conhecido e teorizado.

A relevância da presente pesquisa, que tem como objeto o estudo de relações de poder e gênero na Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho, na capital baiana, é o fato de apresentar a importante atuação de mulheres que, ao longo da história da nossa sociedade, patrimonial, patriarcal e sexista, foi mitigada, transgredindo desde o direito à memória, ao reconhecimento da resistência feminina, sua luta pela preservação do conhecimento ancestral, da identidade cultural e de pensar um processo democratizante de atuação também no interior das Irmandades, como na própria sociedade e suas relações de poder.

Este caminho metodológico é parte integrante da pesquisa, que tem como objetivo geral observar o tipo de atuação das Mulheres da Irmandade do Rosário dos Pretos e as relações de poder em jogo. Como objetivos específicos busca: a) Identificar como se dá a governança no interior da Irmandade Negra do Rosário dos Pretos (ingerência da Igreja Católica, ordenamento e hierarquia interna, papéis oficiais junto à Mesa Administrativa e atuação em Mesa de Honra); b) Conhecer como se dá a atuação das mulheres na Irmandade Negra do Rosário dos Homens Pretos; c) Identificar, numa sociedade patriarcal, patrimonial, racista e desigual, reflexos das vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas que são identificadas como brancas; d) Analisar em que medida o traço quilombista, característico de um movimento de resistência (física e cultural), está presente na atuação das mulheres na Irmandade Negra do Rosário dos Pretos – Pelourinho – Salvador - Ba.

Embora inaugurado na modernidade, o traço da colonialidade é um fenômeno atual, internalizado nas estruturas de poder, nos discursos que influenciam, internalizam e ratificam padrões de dominação, presentes nas relações de governança na sociedade e instituições, como no interior das irmandades negras.

Ao final da pesquisa, observando o projeto, a metodologia traçada e os objetivos definidos, serão apresentados argumentos fundantes da Tese de que

a atuação de mulheres numa Irmandade de Homens Pretos é um legado ancestral que desafia as relações de poder em seu curso histórico.

Percurso Metodológico

Pesquisa é uma investigação sobre algo que se quer conhecer. O ato de pesquisar requer indagações, explorações, análise e averiguações, não comportando suposições ou indícios especulativos.

Trata-se de uma pesquisa analítica, com fundamentações na pesquisa de campo e relatos das histórias de vida, cuja atividade de aproximação com a realidade faz uma combinação entre teoria e dados (Minayo, 1993, p. 23).

A fim de fundamentar o corpo teórico, foi realizado um levantamento de teorias e teóricos que antecederam com a argumentação teórica do tema. A abordagem investigativa tem sido realizada através da observação direta e da pesquisa documental, a saber: a) Da observação direta foram registrados os relatos de vida, as experiências na Irmandade, as redes de relações existentes e o conhecimento ancestral em cada mensagem veiculada no interior desta, utilizando como ferramentas entrevistas e relatórios técnicos e b) a análise documental e c) A pesquisa documental se deu através da análise documental (estatutos, regimentos, atas, convênios) e da legislação (compromisso)

A abordagem investigativa se deu também através da teoria existente, com temas diretos e transversos referentes a Irmandades Negras e ao período da sociedade escravocrata, com a análise sócio histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Pelourinho-SSA-Ba, a governança no interior desta Irmandade e as relações de poder, centrando a atuação feminina na contramão destas.

A investigação seguiu um modelo dialético, observando os fenômenos sociais e sua influência na construção do objeto, vez que estes dialogam, influenciam e são influenciados mutuamente pelo contexto, pela abordagem e aproximação do pesquisador em relação ao objeto e a sucessão de fatos assim distribuídos em consequência da referida aproximação (Minayo, 1994, p. 78-79).

Este modelo permite uma investigação baseada em diálogo, debates e uma argumentação, com vista à interpretação de fenômenos sociais, como os

que estiveram presentes nos quatro séculos de história. Composto por um ciclo que se funda na tese, antítese e síntese, à medida que os fatos se apresentam, tal e qual aos diálogos, nos quais os irmãos do Rosário mantiveram o conhecimento ancestral.

Esta aproximação muito se deveu ao comportamento acolhedor do Prior e demais Irmãos, além de uma convivência de seis anos, contados com os dois anos de pesquisa de mestrado, que facilitaram os trabalhos em campo e os registros realizados *a posteriori*.

Não poderia traçar um caminho à presente pesquisa sem trazer os relatos e histórias de vida de mulheres do Rosário, num traço etnográfico, do cabedal de ferramentas do antropólogo, mas que subsidia pesquisadores de todas as áreas, sobretudo quando se enfoca aspectos qualitativos, sociopolíticos e, ao mesmo tempo, subjetivos.

Interessante fundamentar esta ideia a partir do texto de Roberto Cardoso de Oliveira – “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever”, em artigo para a Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), que muito contribui com o pesquisador social, na adoção de uma pesquisa tipo observação participante.

Minhas incursões em campo eram geralmente às terças-feiras, à tarde ou aos domingos pela manhã, períodos que concentram, na Igreja do Rosário, maior número de Irmãos, devotos a Santo Antônio do Categeró e por conta da participação na Missa dominical, aliás, um dos requisitos que o integrante de cargos da Mesa Administrativa deve cumprir, é a presença nas missas e celebrações, pelo menos uma vez por semana. Inicialmente, através de agendamentos com o Sr. “A. N”, migrando nos últimos 18 meses para uma vez no mês e, na reta final, a partir de janeiro de 2024, uma vez por semana.

A frequência destas incursões teve, nos primeiros dois anos, o efeito isolador da pandemia da COVID 19, reduzindo e postergando os contatos presenciais. Muito do que se investigou neste período foi mediante contatos telefônicos e leituras realizadas, muito do material repassado pela Irmandade, textos afins, bem como contatos programados e agendados a partir da sinalização dos irmãos, que foram facilitadores da pesquisa na Irmandade do Rosário, desde o Mestrado.

Outrossim, o processo eleitoral, um tanto tumultuado, criou, num determinado período, um afastamento do pesquisador do campo, sendo

atenuado por participação em eventos promovidos pela Irmandade e nos contatos estreitados com a Irmã “A. S.” e o já referido irmão “A. N”.

Em agosto de 2024, numa das incursões em campo, com a presença da orientadora da pesquisa, observou que o mesmo contato, que funcionou como facilitador, estava, de uma certa forma, direcionando a percepção do pesquisador, vez que o interlocutor era do sexo masculino, falando de relações de poder referentes ao gênero masculino, além de viciar a percepção sobre a sua ótica. A professora Julie Lourau, com seu olhar de antropóloga, percebeu que era melhor diversificar os contatos e, sobretudo, ouvir as mulheres do Rosário que têm assento na mesa administrativa, dentre outras.

Às vezes, alheia à sua própria vontade, a percepção do pesquisador passa a ser viciada, pelo convívio. Muito embora não haja uma etnografia plena, é necessário um olhar etnográfico, atento ao que é visível aos olhos do pesquisador e, ao mesmo tempo, ao que só pode ser visível através dos outros olhares, dos cenários e do que só pode ser visto até onde o pesquisado permita.

Segundo Oliveira (1996):

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (Oliveira, p. 15)

Da mesma forma é o ouvir atento, junto com o olhar, que consubstancia a realidade do objeto pesquisado, vez que o ato cognitivo não é algo isolado ou de concentração num simples olhar, já que o ouvir processa uma primeira gravação no cérebro, que ressoa em nossa memória. Ambos, o olhar e o ouvir, se complementam e apresentam uma significação ao pesquisador social. A este respeito refere Oliveira (1996):

Evidentemente tanto o Ouvir quanto o Olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambos se complementam e servem para o pesquisador como duas muletas (que não nos percamos com essa metáfora tão negativa...) que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. (Oliveira, 1996, p. 18)

Outro ato cognitivo é o ato da escrita, que tem a função de registrar textualmente o que se vê e se ouve. O olhar é sinalizador, o ouvir é reflexivo e ambos têm na escrita a consolidação do que se conheceu, produziu em campo

e será textualizado com o rigor epistêmico. Parafraseando Oliveira (1996, p. 28) “entendo que o bom texto etnográfico, para ser elaborado, deve ter pensadas as condições de sua produção, a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados (o Olhar e o Ouvir), o que não quer dizer que ele deva se emaranhar na subjetividade do autor/pesquisador”.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa de cunho antropológico, a etnografia foi utilizada, não em sua forma plena, contudo, todo processo de aproximação ao objeto de pesquisa guardou observância ao quanto disposto pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado interdisciplinar e interdependente voltado à defesa dos direitos, à segurança, ao bem-estar e à dignidade dos participantes de pesquisas, bem como avalia a adequação ética e a capacidade técnica do pesquisador e dos demais participantes da pesquisa. Todos os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, direta ou indiretamente, devem ser submetidos à apreciação do CEP. Os CEP fazem parte do Sistema CEP/CONEP, que também inclui a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Os princípios éticos que orientam as pesquisas em seres humanos são: Autonomia, Beneficência, Não maleficência, Justiça.

Tudo que envolve estudos com seres humanos precisa submeter-se a controles e, a exemplo das pesquisas científicas, devem garantir a qualidade e a credibilidade dos conhecimentos repassados e que serão teorizados, com vista à integridade científica, que tem por princípios: Honestidade, Confiabilidade, Objetividade, Imparcialidade, Cuidado, Respeito, Veracidade, Responsabilidade.

Segundo o GT de ética em pesquisa (2022):

O Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA) foi criado em Brasília, em 11 de junho de 2013, e, atualmente, reúne 56 associações científicas e profissionais. A ética em pesquisa e a defesa da construção de um modelo de avaliação ética específico foram as principais motivações para a criação do Fórum.

A partir de 2022, o referido GT retomou as discussões sobre temas de interesse, já discutidos em 2013, a fim de estimular o envolvimento das associações e dar continuidade ao trabalho e luta dos seus integrantes, como os profissionais da ABA, pela criação de uma regulação efetiva.

Interessante registrar que, em todas as incursões, as pessoas, com as quais foram mantidos contatos, eram maiores de idade e cientes de que se tratava de uma pesquisa de doutorado. As primeiras incursões também contaram com contatos com Irmãs da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, duas visitas à Irmandade, além de uma pesquisa voltada a analisar paridades, singularidades e diferenças entre duas Irmandades Negras na Bahia e que, no curso da pesquisa e pela experiência construída, foi percebida a necessidade de rever escolhas e alterar não a temática Irmandades Negras, mas o título da pesquisa, o tema, rever o problema e a questão norteadora, além da observância ao quanto disposto pelo Comitê de Ética na Pesquisa, nas relações pesquisador X pesquisado, passando o título da Tese a ser desenvolvido na pesquisa assim: A Atuação de Mulheres numa Irmandade de Homens Pretos, na contra mão das relações de poder. Estes contatos com a Irmãs da Boa Morte, inicialmente através da Irmã “N”., foram também oportunizados por irmãos do Rosário, como o Prior “A.P.” e o Sr “A. N.”, com alegria e interesse, devido ao bom relacionamento mantido entre ambas as Irmandades Negras.

Vale, por fim, registrar que na presente pesquisa foi realizado trabalho de campo numa observação direta, contando com informações de relatos de irmãos com afinidade epistêmica com o tema, como a Pesquisadora e Irmã do Rosário, Dra. “A.S.”. Outrossim, a exemplo da pesquisa do Mestrado, tive a acolhida e colaboração de Irmãos do Rosário como o Prior Sr. “A. P.”, a Vice Priora Sra. C.P.” e o Sr. “A. N.” e a Sra. “A. S.”, supramencionada, pessoas especiais pelo traço de ancestralidade presente em seus relatos, a oralidade de quem aprendeu com os que vieram antes e deixaram um legado.

Nas incursões em campo, foi observado o culto aos antepassados e comentários dos irmãos sobre a energia do lugar. Segundo os Irmãos do Rosário, “a Irmandade é uma Casa de Egum; somos tomadores de conta dos que vieram antes”. Esta frase tem um cunho ancestral, declara que a Irmandade reverencia os mortos, no sentido do repasse de conhecimento dos antepassados às suas descendências, num processo contínuo e em cadeia hereditária. Traz ancestralidade e a tradição preferencial da oralidade para o africano e descendência, no repasse do saber, em relação à escrita.

Outras fontes primárias são os relatos e vivências dos Irmãos da Mesa Administrativa. Interessante destacar no capítulo III, a proteção da autoria dos

relatos por letras iniciais de nomes e prenomes. Como fonte secundária, dentre algumas obras literárias revisitadas como de QUIJANO, GILROY e NASCIMENTO, a minha dissertação do Mestrado intitulada “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos: viés quilombista de resistência cultural” foi, sem dúvida, o ponto de partida da presente Tese, que poderia ter vários desdobramentos ou “várias chegadas”, a exemplo de artigos como “Do problema do negro” às dificuldades de “ser e viver negro” no Brasil: algumas reflexões afro centradas e antirracistas (Lourau, Cavalcante, Santana, 2021), mas à luz da hipótese “A atuação de mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na contramão das relações de poder”.

CAPÍTULO I - O TRAÇO DA COLONIALIDADE DO SISTEMA, REFLETIDA NA SOCIEDADE E NAS RELAÇÕES DE GOVERNANÇA NO INTERIOR DAS IRMANDADES NEGRAS

Na Irmandade do Rosário dos Pretos, a construção da identidade da população negra remete a aspectos de poder, legado histórico e direito à memória, que transversaliza com as muitas formas de se ver e estar no mundo. Segundo Foucault (1986), as identidades se organizam excluindo outras, como resultantes das relações de poder, embora, obviamente, outros processos identitários se mantenham.

A mobilidade do poder lhe confere fluidez e penetração nas instituições e nas relações de produção. Para Foucault, o poder fragmentou em micro poderes, esparramados e em confronto, na oposição entre soberania e disciplina, os quais, exercidos por pessoas despreparadas, conformam ideologias e legislações em defesa do macro poder, disciplinando a sociedade de forma punitiva e cogente, sobretudo quando as regras estabelecidas são desobedecidas ou questionadas, posto que não interessante ao aparato ideológico (Foucault, 1979).

A modernidade, inaugurada com o período das grandes navegações e descobertas do novo mundo, trouxe um modelo estruturante de relações e padrão de poder, que marcou de forma definitiva a história da humanidade, capitaneado por um Projeto Eurocêntrico, que reforçou a desigualdade entre pobres e ricos, dominantes e dominados, colonizadores e colonizados.

Traço da colonialidade de todas as formas de poder, presente nas relações sociais de produção, nuances de um projeto de dominação que se perpetua no tempo como um fenômeno amplo, que dialoga com questões estruturais complexas, atual e sempre presente nas estruturas, nos modelos de sociedade e permanente, porquanto internaliza toda a complexidade das questões sociais.

Colonialidade como paradigma conhecido no século XVI, no bojo de uma modernidade eurocentrada, fundada numa ideologia da superioridade construída em relação a uma inferioridade também construída dos valores e visões do novo.

Segundo Quijano(1992):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 1992, p. 73).

A ideia trabalhada por Quijano (1992) é da presença do capitalismo que, enquanto sistema econômico, traz nuances de um projeto de dominação que se posterga no tempo e no espaço, como fenômeno e, enquanto sistema mundial, é anterior ao próprio colonialismo e, de modo específico, vigente nas relações de produção e acumulação primitiva do capital no Brasil, tendo o modo de produção baseado na exploração, dominação e conflito.

O capitalismo surge na Europa Medieval, no século XIV, tendo passado por diversas fases: o capitalismo comercial, industrial e financeiro, baseado na propriedade privada, lucro e acumulação de riquezas.

Três fatores estiveram presentes no processo de capitalismo na modernidade: o “rapto e a escravização de africanos”, a “descoberta de novas terras” num projeto eurocêntrico e imperialista, e a expectativa de riqueza imediata pela “exploração de territórios e povos”.

A colonialidade das formas de poder encontrou no capitalismo um grande aliado e as possibilidades que a descoberta do novo mundo oferecia colocaram no centro a Europa e na periferia o resto dos povos, numa relação entre colonizador e colonizados. Qual fosse a forma que este capitalismo se apresentava, o lucro era o fundamento decorrente das relações mercantis (Silva; Bertoldo, 2010, p. 109).

Num ajuste de seu processo sócio - histórico, a sociedade brasileira tem na sua formação um modelo sociopolítico e econômico pautado em privilégios, que afastam direitos, reproduzem desigualdades, alijam processos democráticos e a perspectiva da efetivação de justiça e cidadania. Privilégios de que a Sociedade patriarcal se valeu historicamente, mantendo-se hegemônica no comando e com um perfil conhecido dos privilegiados: homem, branco e rico. Este registro consta nos Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, sobre o tema Formação Sócio - Histórica Econômica Brasileira e Patriarcado, num texto desenvolvido pela graduanda Amanda Oliveira da Silva, em 2018.

Interessante ampliar o foco para entender este arquétipo de sociedade construída sob escopo patrimonial, patriarcal, desigual, onde à família é conferido um poder pelo próprio Estado, que, em todo curso histórico, vem se mantendo ausente, com privilégios, enquanto também instância de exploração e dominação.

Isto porque, numa perspectiva crítica analítica, a colonialidade traz uma dimensão racial (ancestral e cultural), mas o patrimonialismo avança na concretude de um sistema econômico, que por sua vez, no patriarcado, ganha conformidade sociopolítica, aprofundando relações baseadas em privilégios, discriminações de gênero e desigualdades sociais. Escopo da sociedade excludente, fundada em pilares como a colonialidade que divide, estereotipa e classifica territórios, povos e relações de poderes e do outro lado, o patrimonialismo que fundamenta bases de uma estrutura excludente.

O Estado patrimonialista introduzido pelos portugueses no Brasil Colônia é um estilo europeu também administrado na metrópole, a exemplo das Capitânicas Hereditárias, como concessões de terra a pessoas leais ao monarca, essas por sua vez dividiam em sesmarias, para seus subordinados leais. Um estilo de administração, típico dos estados absolutistas europeus, cuja característica principal era a não distinção entre o que era bem público do privado, vez que, tudo que pertencia ao Estado, pertencia ao detentor do poder, no caso de Portugal, o rei Dom Manuel I. Segundo Lília Moritz Schwartz(2019) “as instituições que existiam em Portugal foram transplantadas para o Brasil, com o mesmo espírito de rotina burocrática”.

O patrimonialismo é um conceito social e político de organização, que lançou bases na estrutura política brasileira, em desmandos com o bem público e a sua malversação, sem estabelecer limites entre a esfera pública e privada. Célula embrionária de um poder corrupto e de máculas e desídiás na administração pública, através de detentores de poder, que corrompem e extrapolam princípios administrativo. Bem conhecido no Brasil colonial, aristocrático, patriarcal e de uma oligarquia, que se manteve no poder, fazendo deste o seu instrumento de manobra e perpetuação no domínio político.

Práticas conhecidas de um coronelismo, onde famílias se postergaram no poder econômico, social e político. O patriarcado deu chancela e condições para este Estado Patrimonialista, se fazer presente e ter seus interesses

internalizados, tutelados e reconhecidos em práticas viciantes e maculadas de políticos no curso do mandato, mesmo estando num Estado Democrático de Direito e guardando observância a princípios da administração pública, como o da indisponibilidade dos bens públicos, infelizmente privilégios, prerrogativas e oportunidades escusas do gestor público maculam a administração.

Por quatro séculos, o Brasil fincou seus pilares econômicos no campo, no poder de famílias e os seus contornos e manobras. A cidade ou o espaço urbano desponta após a abolição da escravatura, na Primeira República e no trabalho industrial. Surge como mais uma de muitas manobras do capitalismo e a necessidade de, neste Patrimonialismo, manter-se atual, na transição entre um sistema econômico baseado numa força de trabalho assalariada e não escrava.

Em “Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro”, FAORO (1958) apresenta o patrimonialismo como um estamento burocrático trazido pelos portugueses, cujo modelo assenhora recursos do Estado, suas instituições e recursos, determinando a formação política brasileira.

Um estamento patrimonialista desde o Brasil Colônia, com práticas reiteradas de utilizar o poder público para fins privados, preterindo o interesse e o bem coletivo. Situação identificada no alto-comissariado da Coroa Portuguesa e mesmo após a República, facilmente identificado no corpo de servidores, fazendo do serviço público nas três esferas de governo, extensão do ambiente doméstico, privado. No percurso histórico, as famílias que defendiam e faziam parte deste Estado Patrimonialista eram perpetuadas no poder, representando um seletivo grupo, denominado por FAORO (1958) de “patronato político brasileiro”.

Patronato que tem origem no patrimonialismo, o qual a teoria weberiana apresentava como sistemas centralizados, sem distinção ou delimitação clara de onde terminava o público e iniciava o privado e vice-versa, além de uma concentração tanto do poder político quanto econômico em mãos de uma elite que se perpetuava no poder. Aqui no Brasil podemos claramente identificar oligarquias rurais, em lavouras açucareiras e cafeeira, mas também urbanas, com uma elite industrial, ambas ligadas com o Estado, este cada vez mais burocrático autoritário.

Mesmo hoje, após a Constituição Federal de 1988, da Reforma Administrativa, de o Brasil ser um Estado Democrático de Direito, as práticas não

trazem o reconhecimento da existência de base racional-legal, impessoal e descentralizada e estas práticas de raízes patrimoniais impedem a democracia e uma sociedade fundada na garantia de direitos a todos os cidadãos, independente de raça, gênero ou classe social.

Hoje, mais do que nunca, os contornos capitalistas de desigualdades e ausência de cidadania aparecem sob o discurso de uma responsabilidade com o indivíduo tripartida entre a família, Estado e sociedade.

Ao fazer considerações sobre o capitalismo como um traço da colonialidade, enquanto Projeto de Dominação, Quijano (1992) aproxima desta compreensão ao referir que:

No capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da 'raça' e do 'gênero', as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três instâncias se associam ou se dissociam em relação ao complexo exploração/dominação/ conflito. Das três instâncias, é o trabalho, ou seja, a exploração/dominação, o que se coloca como o meio central e permanente. A dominação torna possível a exploração e não a encontramos actuando separadamente senão em casos raros. As outras instâncias são, antes do mais, instâncias de dominação, já que a exploração sexual, especificamente, é descontínua. Ou seja, enquanto a relação de exploração/dominação entre capital-trabalho é contínua, o mesmo tipo de relação homem-mulher não acontece em todos os casos, nem em todas as circunstâncias; neste sentido, não é contínua. Também na relação entre 'raças' se trata, antes do mais, de dominação. Finalmente, a articulação entre instâncias de exploração e dominação é heterogênea e descontínua. Da mesma maneira, a classificação social como um processo em que as três instâncias estão associadas/dissociadas tem também, necessariamente, essas características (Quijano, 1992, p. 104).

Nuances de um Projeto de Dominação fundado na colonialidade do poder foram inseridas na instituição privada, como a família, projetando-se no coletivo das relações sociais de produção, no papel político do Estado, na Sociedade e na governança no interior das instituições, que reproduzem internamente o mesmo modelo.

São poderes estruturais, perpassam as relações sociais, econômicas, políticas, presentes nas instituições, na sociedade e reproduzem as formas estigmatizantes, inclusive no modo de produção capitalista. Este cenário também está presente no interior das Irmandades e tem muito a ver com a governança, ou seja, a função direcionadora (na condução de práticas, princípios e mecanismos) e não apenas a gestão, em sua função executora, objetivando a tomada de decisões.

A governança, aqui compreendida através dos mecanismos de liderança, estratégia e controle que, nas Irmandades, serve como instrumento de avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação destas, através da sua Mesa Administrativa e na condução de suas ações.

Governança que, por quase quatro séculos, teve à frente o primado masculino, tal e qual os contornos da sociedade do século XVII, quando a Irmandade do Rosário surgia, à luz do culto e religiosidade do catolicismo, também uma Instituição de poder com liderança masculina.

Mister revisitar o contexto do Brasil Colônia, onde o patriarcalismo não era o único poder instituído, mas, de certo, a família patriarcal lançou bases na formação da sociedade brasileira, gerando, com o tempo, desigualdades estruturais. “O núcleo familiar brasileiro, tal como se apresenta atualmente, é permeado por variadas influências, resultantes de diferentes apropriações e necessárias adaptações relativas a cada época” (Mariano,2015, p.430).

Não há aqui a pretensão de desenvolver conceito, esgotar funções e características do patriarcado (do pátrio poder romano), tampouco revisitar características de uma sociedade escravocrata, mas apresentá-los como mecanismos de poder, cuja ideologia perpassa o modelo de Estado e de Sociedade. O que se pretende é apresentar o patriarcado no curso sócio-histórico, a serviço do capital, das relações de poder e da manutenção do escopo de sociedade, que mantém ideologicamente práticas de racismo dos diversos tipos, porque a instituição familiar no Brasil desempenhou, e ainda desempenha, um papel importante na formação e socialização das pessoas.

Assim também foi o traçado político, vez que o Brasil foi dividido, inicialmente, em capitanias hereditárias, controladas em torno de poucas famílias, que postergaram ao longo da história e, ainda hoje, temos traços de uma oligarquia e dominação regional familiar.

Somam-se aí três instituições de poder: a família, a Igreja e o Estado. Todos protegendo o patrimônio, os privilégios e a desigualdade, cada um com o seu aporte ideológico. A representação subjetiva se dava através da construção do ideal como o homem, branco e rico, sinalizando um racismo estrutural, que está presente na sociedade brasileira, tendo o Estado como grande incentivador, seja nas políticas de governo, no repasse ideológico ou nas legislações. Outras vezes, e em decorrência do arquétipo estrutural, revela-se no interior das

instituições o racismo institucional, aquele que privilegia, cerceia direitos e se põe a serviço de um projeto elitista.

E o que é o racismo e toda a construção em torno deste, que não seja o resultado da colonialidade e de privilégios postulados no patrimonialismo, observados no patriarcado, na branquitude e nas relações desiguais? A mesma que trouxe a racialização e que se beneficia em dividir a população em raça, em classe social, em fomentar desigualdades e discriminações diversas.

Poderia trazer à discussão diversos tipos de racismo, como o ambiental, o científico, o próprio mito da democracia racial, enquanto faces racistas, mas me chamou atenção o que Fonseca (2012) denomina de racismo à brasileira, que é mais amplo, porque traz traços de comportamentos racistas, partindo de piadas grosseiras com os negros brasileiros, levando-os a se posicionarem contrários a esta prática, impondo respeito. Piadas que trazem o racismo, mas também abrem iniciativas para discutir relações raciais no Brasil.

O escárnio, neste tipo de racismo, é tentar naturalizar ou mitigar o que não é natural, diminuindo a ofensa, promovendo a não punição do racista, que, ao ser pego em ato racista, se defende com expressões tipo: “eu até tenho amigos negros”. A não punição é tão ultrajante como o crime e a desfaçatez do agressor, e encontra guarida nas instituições, tornando a própria legislação distante de sua efetividade, apenas letra fria da lei.

As piadas também guardam uma cruel realidade, que é postergar o problema, a discussão e as medidas que não promovam esta conduta, pois, ao identificar como crime, evita-se o enfrentamento, como se os risos mitigassem a covardia do ato, mas que requer urgentemente medidas decoloniais.

O que há de mais interessante na realidade brasileira é o caráter mutacional do racismo, o que dificulta ainda mais um conceito que por si o defina. Desta forma, comungo com o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga, quando afirma que o racismo nas sociedades contemporâneas tem se reformulado com base na etnia, identidade cultural ou diferença cultural e não mais em raça, ou seja, a raça de ontem se tornou a etnia de hoje, contudo, as vítimas continuam as mesmas, assim como o esquema ideológico de dominação. Munanga (2010) trata como etnia o conjunto de indivíduos que têm em comum, a ancestralidade, a língua, religião, cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Em entrevista concedida em 2010, à Revista Focus Brasil, Fundação Perseu Abramo, Munanga assim define o racismo:

O racismo é cotidiano na sociedade brasileira. As pessoas que estão contra cotas pensam como se o racismo não tivesse existido na sociedade, não estivesse criando vítimas. Se alguém comprovar que não tem mais racismo no Brasil, não devemos mais falar em cotas para negros. Deveríamos falar só de classes sociais. Mas como o racismo ainda existe, então não há como você tratar igualmente as pessoas que são vítimas de racismo e da questão econômica em relação àquelas que não sofrem esse tipo de preconceito (Munanga, 2010).

Mas, afinal, o que seria o racismo na sociedade brasileira, senão uma segregação construída na ausência do Estado em promover a redistribuição de oportunidades, políticas reparatórias e o reconhecimento da identidade cultural? A realidade mostra que, além de fomentar a racialização, a divisão de classes e a negação do direito à cidadania, a retirada do Estado é também uma característica advinda da falta de uma política efetiva. Infelizmente, isto vale também para a realidade dos povos indígenas.

A análise é fundada ao questionar em que medida este formato de sociedade pode ter promovido, ou não, uma atuação coadjuvante e silente às mulheres pretas no Rosário, nos quase cinco séculos de história. Um longo caminho, que hoje as irmãs do Rosário atribuem como de muita luta e resistência, relações desiguais e preconceitos, observando interesses e privilégios diversos.

Cronologia histórica, que será no capítulo seguinte apresentada, compreendida desde 1604, quando, informalmente, iniciaram as reuniões no interior da antiga Igreja da Sé, seguidas pelos trabalhos de edificação da Igreja do Rosário, no séc. XVII e início do XVIII, passando a Irmandade, no final do século XVIII e século XIX, a uma atuação sócio, política e econômica importante. Silêncio rompido já no século XX, com a atuação de mulheres em Mesa de Honra e ações pontuais, para, finalmente no século XXI, participação das mulheres na Mesa Administrativa, ocupando cargos com direito a voz e a vez.

Segundo Heller (2011), historicamente as classes dominantes perpetuam preconceitos nas relações sociais de produção, como instrumento de manutenção e mobilização político-ideológico de indivíduos, grupos e da sociedade, como uma forma de manter seus interesses e privilégios. Conclui

afirmando que: “[...] a classe burguesa produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje” (Heller, 2011, p. 78).

As teorias racistas do século XIX se inserem na sociedade brasileira com questões sociais e econômicas, que, não só dão ensejo ao mito da democracia racial, mas são responsáveis pelo capitalismo, fomentado por um modelo desenvolvimentista e a expansão de núcleos urbanos e industriais, iniciando um processo de subordinação do País e da sua atividade econômica a um capitalismo mundial e a uma desigualdade social abissal, que favorece a classe dominante, que historicamente se revestiu de privilégios. O racismo resultante destas teorias supriu os interesses do já referido sistema econômico (Souza, 2022, p. 208-209).

Inegavelmente o racismo está presente no mercado, criando mecanismos e limitando o acesso a bens e serviços à população sócio e historicamente desassistida, evoluindo sempre na negação de direitos, contudo, na realidade brasileira existe uma complexidade de entendimento e de enfrentamento.

O capital, desde sempre, mantém aliança com estruturas de poder, manipulando as formas de produção e a divisão social do trabalho, a dominação, exploração e uma concentração de riquezas, numa elite que sempre se beneficiou, primeiro com uma mão de obra escrava e, depois, com uma mão de obra explorada por um capitalismo predatório e discriminatório nos quesitos gênero, raça e classe social.

São condicionantes sócio - históricos, que posicionam a mulher preta e pobre em condições de inferioridade na sociedade e, de forma específica, no mercado de trabalho, discussão que centra a análise de Gonzalez (1983), sobre as relações raciais e capitalismo no Brasil, na qual aborda a marginalização e desumanização enfrentada pelas mulheres negras, em posições subalternas no mercado de trabalho, destacada por REGATIERI & FERREIRA(2023, p.50), a saber: Esta realidade é um reflexo da sociedade capitalista e racista, que vê as mulheres negras como servas domésticas de homens brancos e ricos.

Acrescenta Gonzalez (1984):

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro possui características tais como: “1) a permanência de uma formação produtiva anterior à própria formação do capitalismo; 2) dependência econômica neocolonial (exportação de matéria prima para as metrópoles); 3) uma grande massa marginalizada (exército industrial de reserva), onde se concentra a população negra, que após a

Abolição da Escravatura saiu do centro da produção econômica para a sua periferia.” (Gonzalez, 1984, p. 17)

Assim, o capitalismo brasileiro dependente se integra à sociedade brasileira numa análise interseccional, beneficiando-se dessas formas aparentemente arcaicas de organização do trabalho. Para Araújo (2020), “o racismo, portanto, não está em descompasso com o capitalismo, mas é parte integrante dele; não é um atraso, mas uma tecnologia produtora de desigualdade, apropriada para a acumulação” (Araújo, 2020, p. 5).

É o racismo como construção ideológica a serviço deste capitalismo com raízes profundas na desigualdade patrocinada pela sociedade colonial e patriarcal em seu curso histórico.

Munanga (2017) vê o racismo brasileiro como algo sofisticado e inteligente, posto que camuflado, evasivo, silente, reproduz privilégios e serve aos interesses das classes dominantes, internalizado na mente e nos discursos de pessoas brancas e negras, num “[...] ‘crime perfeito’, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros” (Munanga, 2017, p. 40).

No escopo da relação de poder construída, presente o capitalismo, a desigualdade e o racismo, é natural que a Sociedade Brasileira e suas instituições sofressem influência mútua em sua trajetória histórica. Racismo como subproduto de uma sociedade de classes, que surge com o capitalismo, evolui e se sustenta com ele (SILVA; BERTOLDO, 2010).

Concluem SILVA; BERTOLDO (2010):

O racismo é, portanto, a face grotesca do sistema capitalista. Apresenta-se camuflado nas relações sociais de classe, sendo perceptível apenas quando se verificam os números e os dados que apresentam a população afro ocupando os últimos lugares da escalada social (SILVA; BERTOLDO, 2010, p.111).

Guimarães (1995) define o racismo no Brasil como tabu, algo velado e proibido até de se discutir, vez que não há interesse no enfrentamento. Fala da pretensão antirracista incutida através da história, de aparatos legais, políticos e até da literatura, que não emancipa, mas conforma uma pseudodemocracia racial, por exemplo.

Segundo Guimarães (1995):

Qualquer análise do racismo brasileiro deve considerar pelo menos três grandes processos históricos. Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o

intercruzamento discursivo e ideológico da ideia de "raça" com outros conceitos de hierarquia como classe, status e gênero; terceiro, as transformações da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais (Guimarães, 1995, p.36).

Vale aprofundar esta discussão, numa breve trajetória histórica. Após a abolição da Escravatura, uma nova conformação socioeconômica e política foi necessária para que o país tivesse uma boa relação com outras potências. Por outro lado, o racismo científico já havia se incumbido de lançar a discriminação sobre a população negra, a qual já era maioria, antes mesmo de 1888. A migração de europeus apresentou-se como a solução econômica, substituindo a mão de obra escrava, seguida por incentivos do governo à vinda e permanência de europeus, sobretudo italianos, que optaram por trabalhar com a nacionalidade, abolindo a ancestralidade africana e indígena, passando o branqueamento a ser o padrão de sociedade e a miscigenação, uma política eugênica de governo, que, em sua obra, Abdias Nascimento trata como um genocídio da população negra.

Aos poucos, o Estado Brasileiro vai minimizando questões de políticas de governo, necessárias no pós abolição, a este contingente populacional sem emprego, moradia, condições de acesso ao mercado, dentre outros, apresentando como solução uma campanha de incentivo à miscigenação que proporcionasse um branqueamento desta população brasileira com vista ao acesso a bens e serviços.

Isto porque o racismo científico, muito influente no século XIX e início do século XX, identificou a questão racial como responsável pela suposta inferioridade biológica e civilizacional ante uma crença na hierarquia racial, na superioridade europeia e no atrelamento entre caracteres biológicos e capacidades físicas, morais e intelectuais.

Doutrina científica que vigorou de 1870 a 1930 e que teve Nina Rodrigues, aqui no Brasil, como seguidor das teorias racistas de Cesare Lombroso, responsável pelo surgimento do positivismo criminológico. Estas teorias refletem um racismo velado no estereótipo da população que se afasta das características do homem branco. Um racismo velado, que Pereira (2011) define como “[...] aquele que opera nas margens da invisibilidade, sem ferir frontalmente suscetibilidades já postas como naturais, operando de forma

subliminar, como ocorre no caso das piadas e brincadeiras” (Pereira, 2011, p. 147).

Piadas e brincadeiras que, no contexto brasileiro, sempre reforçaram a alienação e a discriminação como motes para uma violência consentida no quesito raça, gênero, classe social, origem, dentre outros, político-ideologicamente e sócio - historicamente camuflada. O Mito da Democracia Racial é um exemplo de como político e ideologicamente o racismo no Brasil é sutil e camuflado. Uma página da nossa história que materializa o quanto se evita discutir e ir ao cerne desta questão, que é complexa e estrutural.

A democracia racial, tão discutida e argumentada no século XX, foi uma forma de mascarar a realidade aqui existente. As desigualdades no Brasil são estruturais e resistem muito sustentadas por um racismo negado, mas presente. Desigualdades em que a população negra é a mais afetada, se considerarmos a ausência de direitos ao reconhecimento e à redistribuição de renda.

Inicialmente, vale definir o que é um mito. No dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda temos como palavra substantiva, que significa lenda ou simplesmente um relato fantástico sobre algo a se explicar, mas, poderia também ser uma construção ideológica, a serviço de um poder hegemônico, que quer se perpetuar no poder.

Como entender a veiculação de uma ideologia que colocou a identidade nacional como uma identidade mestiça, inclusive em termos culturais, enquanto privilegiava a cultura e a cor europeia? Ou mesmo o incentivo de um sincretismo na cultura, na crença e na identidade racial de pessoas, pregando uma harmonização racial, quando a realidade brasileira apresenta um quadro de desigualdades estruturais, nas quais o racismo sempre se fez presente? Evidencia-se em diferentes momentos históricos, um interesse em jogar a discussão de questões raciais para debaixo do tapete, favorecendo o velho e conhecido capital e sua penetração nas estruturas de poder.

A denúncia da democracia racial iniciada em 1930, como mito, dá-se, portanto, no contexto das críticas à democracia política como farsa, e, nos anos 1980, torna-se a principal arma ideológica dos negros para ampliar sua participação na sociedade brasileira, agora verdadeiramente fortalecidos, através da representação do Movimento Negro. E, se para a população negra a manutenção do mito traz impactos negativos ao enfrentamento de questões

enraizadas num projeto de dominação, para a mulher negra, que convive com estas relações desiguais de poder, numa perspectiva dupla de raça e gênero, o problema requer transformação através de políticas de reconhecimento e redistribuição.

Nanci Fraser, em 2001, traz a discussão sobre a necessidade de reconhecimento e redistribuição para a população negra sob a tese de uma justiça bidimensional como alternativa a este dilema. Este modelo de justiça da redistribuição, está inspirado em Karl Marx, onde as injustiças têm um fundo econômico e a superação requer enfrentamento das desigualdades sociais; já a justiça do reconhecimento, inspirada em Hegel, acredita que as injustiças são criadas devido a padrões culturais excludentes, os quais negam reconhecimento de modo especial a negros, gays e mulheres. Para Nancy Fraser, as injustiças sofridas por esta população estão diretamente ligadas a desigualdades sociais, econômicas e culturais, e assim, a obtenção da justiça em meio às nuances do projeto de dominação, discriminação e invisibilização passa pelo confronto dos elementos vinculados à redistribuição-reconhecimento.

Embora o recorte da pesquisa, que resultou na presente Tese, fosse o período de 2000 a 2024, as referidas nuances do projeto de dominação são fundadas na colonialidade, e estão presentes antes mesmo da aproximação do povo oriundo da diáspora negra, com as Irmandades, e reproduzidas nas relações de poder no seu interior, conforme o modelo de sociedade.

O caminhar da Irmandade, nestes quatro séculos de história, não foi blindado de ingerências contextuais, inclusive da influência do colonizador e das relações sociais de produção. Mesmo sendo uma irmandade de homens pretos, a presença da Igreja Católica e seus códigos canônicos determinaram, inclusive, a participação tardia do gênero feminino na Mesa Administrativa, que, em termos de governança, simboliza a estrutura de poder. Por outro lado, a experiência religiosa da África conseguiu influir e contrabalancear a questão da participação feminina.

A espiritualidade africana é caracterizada por uma diversidade e uma ligação com o mundo natural, ancestrais e divindades, cujo culto e práticas espirituais buscam o equilíbrio entre o mundo físico e o espiritual. As religiões tradicionais africanas como o candomblé, a umbanda, a quimbanda, o candomblé e o omolocô sempre tiveram notoriedade da presença e influência

feminina, embora hoje corresponda oficialmente a 8% de adeptos em toda população.

Aqui no Brasil, as religiões de matrizes africanas sempre sofreram discriminação, embora o dispositivo constitucional disponha sobre a liberdade do culto. Não obstante o reconhecimento no texto da Constituição de 1988, ainda há registro de perseguições, discriminações e preconceitos, próprios do racismo religioso.

Nos primórdios, como traço da colonialidade, a trama se dava desde o ingresso, ao determinar quais povos poderiam participar, bem como divisões que negavam a participação de crioulos (brasileiros) em determinadas Irmandades. No caso do Rosário a forte presença Angolana é determinante de características afro católica dominicanas, remetendo às expedições católicas na África do Século XV e XVI.

No Brasil Colônia, a devoção do Rosário do século XVI teve a presença da missão jesuíta com os povos originários nas Santas Missões. A partir de 1540, a Companhia de Jesus espalhou jesuítas em missões por todo o mundo. As missões Jesuíticas foram responsáveis pela fundação de cidades, a exemplo de São Paulo, vez que, para os jesuítas, uma evangelização centrada em núcleos urbanos, com um modelo econômico auto sustentável, era importante para promover a missão, considerada uma obra catequética, mas também uma estratégia política, mantendo os indígenas isolados do contato com outros colonizadores.

Vale ressaltar, que estas Missões iniciaram no litoral e adentraram ao interior, registrando a presença destas Missões Jesuítas na exploração da Amazônia no século XVIII pelos Portugueses, sendo expulsos a partir de 1759, com a prisão de alguns padres.

O Pelourinho, local onde a Igreja do Rosário dos Pretos foi erguida, foi também um sítio Jesuíta, local da catequese católica de indígenas. Existe uma forte presença indígena, nos primórdios da Irmandade, ante a marginalização estrutural que tanto os povos originários como os negros escravizados viviam, sobretudo na sociedade colonial.

Outrossim, a história do Brasil revela relações de poder distintas, do homem branco colonizador com os povos originários e com os africanos e descendência, escravizados, mas um idêntico ostracismo social, que resultou

numa aproximação de ambos, por sobrevivência e inclusão, visto que a situação existente representava ameaça para ambos.

Ato contínuo, com a chegada de carregamentos de escravos, com a intensificação do tráfico negreiro, os indígenas do litoral foram empurrados para o interior do país, em expedições bandeirantes (conhecidas como "Entradas e Bandeiras), enquanto o tráfico de escravos se espalhou por toda a zona litorânea e nos garimpos de pedras preciosas de Minas Gerais.

Para povos originários e negros escravizados, numa sociedade excludente, o espaço social era nenhum, então, as Irmandades se tornavam este espaço sociopolítico único, subversivo e, ao mesmo tempo, inclusivo e acolhedor.

Os irmãos "A.P", "C.P" e "A. N.", ressaltam a presença da cultura indígena na parte superior frontal da fachada da Igreja, como parte do projeto arquitetônico da Igreja, referindo-se à torre em formato de um coruchéu.

Figura nº 01 - Torres da Igreja do Rosário e os coruchéus



Fonte: Fotografia do acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – 2024

A ilustração acima destaca as duas torres da Igreja do Rosário dos Pretos, com 04 coruchéus cada. Coruchéus é o nome dado a penachos indígenas em formato de coroas, significando autoridade e poder. A Igreja em seu projeto arquitetônico segue modelo barroco, predominante na arquitetura e arte do século XVII e XVIII. A cultura indígena no Brasil teve uma base cultural, mas diferentes povos foram vítimas da violência do homem branco colonizador. Em relação aos africanos escravizados, com o intuito de evitar a resistência, assim

que chegavam em terras brasileiras e, às vezes, até mesmo no embarque na África, nos Portos ou nos porões dos navios negreiros, os lotes dos escravizados eram divididos, evitando o desembarque do povo africano da mesma etnia no mesmo Porto. Isto porque a dispersão coibia tentativas de motins, enfrentamentos e resistência à condição de escravizados. Com o tempo, os africanos passaram a agrupar-se por etnia de origem, tendo a maioria Angolana fundado a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Pelourinho.

Segundo Reis (1996):

Um dos aspectos pouco estudados dessa africanização diz respeito exatamente à recriação, no seio das confrarias negras, de identidades étnicas trazidas da África. O estudo dessas instituições nos fornece um ângulo privilegiado para entender a dinâmica da alteridade no interior da comunidade negra do Brasil escravocrata. E este estudo é possível devido à notável documentação que elas deixaram. Os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravista escritas por negros, ou pelo menos como expressão de sua vontade. As irmandades, aliás, produziram muita escrita. Por ironia, através da escrita, homens e mulheres egressos de culturas orais construíram suas identidades, codificaram discursos sobre a diferença, defenderam-se da arrogância dos brancos, deixaram, em síntese, testemunho de uma notável resistência cultural (Reis, 1996, p. 33).

A oralidade é característica da cultura africana, transcende a escrita e é um instrumento de transmissão do saber. Muito do que se tem sobre a organização interna das Irmandades, e de maneira específica a do Rosário dos Homens Pretos, está nos compromissos ou nas atas de reuniões da Mesa ou da Junta (reunião com a participação das duas mesas, a administrativa e a de honra) e no que foi repassado pelos antepassados à sua descendência.

Outra perspectiva para configurar as tramas das relações internas de poder foi a de gênero, como reprodução da sociedade patriarcal desde o Brasil Colônia, na qual nascer homem sempre foi um privilégio (Aguiar, 2000). Abre-se um parêntese para uma ressalva: nascer homem branco. Isto porque, no caso de homens e mulheres negros, ambos sofrem racismo e, desta forma, o homem negro é também discriminado e não goza dos mesmos privilégios dos homens brancos. À mulher coube o desempenho doméstico, servir ao pai, aos irmãos, depois ao marido e, na falta deste, tendo sido abençoada com um filho varão, este continuaria seu legado.

A questão que se coloca é se há, no Brasil, uma governança a partir de práticas pouco democráticas, que, ao contrário do que se espera, não estimula a cidadania, e mais, reflete projetos de poder. Ao trazer a discussão do longo caminho do processo de cidadania no Brasil, Carvalho, dentre outros pontos, atribui a complexidade como um fator de impedimento da cidadania no Brasil. (Carvalho, 2012).

Ato contínuo, na Irmandade, por quatro séculos a mulher não participou da Mesa Administrativa, atuando sempre na proporção das desigualdades estruturais, também baseadas na sociedade patriarcal e patrimonial, que diretamente influenciaram a governança no interior desta. A luta feminina na busca pela participação na Mesa Administrativa na Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho – SSA – Ba foi definida a partir da ancestralidade como um princípio balizador da luta e resistência da população negra.

Constatações presentes em pesquisas e registros que antecederam a presente Tese, como das autoras e pesquisadoras das Irmandades Negras, as Dras. Lucilene Reginaldo e Anália Santana, ante a importância histórica e documental dos seus escritos, que também são referências para outros autores; a primeira por um trabalho de pesquisa documental inclusive em Lisboa-Portugal e a segunda pela autoridade do seu lugar de fala. A Dra. “A. S.” é conhecedora da Irmandade como Irmã do Rosário desde a década de 90, do século passado, concentrando sua pesquisa num período entre a década de 1960 até o ano 2.000. Ambas, autoras negras, de conhecimento ancestral.

As discussões têm avançado ante a complexidade das questões, o que atrai a atenção de autoras brasileiras como Sueli Carneiro (1985), Luiza Bairros (1995), além de Lélia Gonzales (1988) e Beatriz Nascimento (1989), o que vem possibilitando análises, investigações, críticas, sobre estruturas de poderes e relações de subordinação, possibilitando a adoção de políticas públicas eficazes de inclusão, participação social e cidadania.

Discussões interseccionadas e transversalizadas com outros temas atuais e de suma importância, avançando em respostas ao questionamento de, em que medida a atuação das mulheres na Irmandade do Rosário dos Pretos coloca em cheque os padrões e relações dominantes numa perspectiva de gênero e raça.

Segundo Crenshaw, 2002:

A interseccionalidade é a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Interseccionalidade é um conceito que leva a uma análise de situações transversais, como raça, gênero e classe social, quando o cerne da questão referêncial ou condiciona a produção de relações estigmatizantes ou de desigualdades sociais, como as que conhecemos na realidade brasileira, por exemplo. Portanto, uma ferramenta analítica, termo trazido em 1989 por Kimberlé Crenshaw, tornando-se parte essencial do pensamento feminista, possibilitando a incorporação de sujeitos até então invisibilizados e a criação de novas perspectivas ou a disputa de novos espaços para a narrativa.

Conceito sociológico, que tem como foco as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias. O modo de subordinação de gênero se multiplica em outros sistemas de opressão, como raça, classe social, vez que racismo e sexismo sempre estiveram presentes em toda trajetória histórica (Crenshaw, 2002). Surgiu a reboque das lutas e teorizações de movimentos feministas dos negros dos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos de 1970 e 1980, o Black Feminism.

Vale ressaltar as contribuições de Lélia Gonzalez ao tema como uma das primeiras a abordar as desigualdades de gênero, classe, raça e origem no Brasil e no mundo, de forma interseccional, além do ativismo fundando o Movimento Negro e o Feminismo Negro.

A este respeito também contribui Akotirene (2018), definindo a relação entre os feminismos negros e a interseccionalidade:

O Feminismo Negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadores (Akotirene, 2018, p. 19).

Outrossim, Karla Akotirene (2019), em seu livro “Interseccionalidade” introduz questões relativas ao feminismo negro, mas aponta que “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões e combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas e que, às vezes, somos oprimidos, mas, às vezes, somos opressores”.

Por fim, a sanha do projeto eurocêntrico produziu uma realidade baseada em um novo padrão de dominação, invisibilizando povos e sua cultura, dizimando outras, fazendo valer a sua própria. Complexas e profundas são as raízes das desigualdades, sejam de raça ou de gênero, de classe social ou de acesso e participação política, que distam desde a sociedade colonial, apresentando o longo trajeto sócio-histórico da população negra, a partir da tentativa do colonizador de apagar a memória do povo africano, como se a África só existisse sob a sua ótica, subjugada, colonizada.

Além de cortar o tronco familiar com a África, inclusive separando povos desde o embarque no continente africano, o colonizador europeu não considerou nenhuma forma de vida civilizada no novo mundo (o continente americano), colonizando territórios e povos, como os povos originários, além de escravizar e dispersar os povos africanos, de forma significativa, no Brasil. Este padrão de dominação se mantém atual, permanente e amplo, além de fluido no que concerne ao seu poder de penetração estrutural, seja nos aparatos ideológicos ou nas relações sociais de produção.

CAPÍTULO II - UMA IRMANDADE AFROCATÓLICA: CONTEXTUALIZANDO A IRMANDADE

2.1 Perspectiva Histórica

Ao apresentar as nuances de um processo de dominação que perfila a formação sócio-histórica da sociedade brasileira, a partir de um projeto eurocêntrico que introduziu a colonialidade sob várias formas de poder, é necessário que se contextualize a aliança de poder entre o Estado (coroa portuguesa) e a Igreja Católica.

A Corôa Portuguesa e a Igreja Católica foram importantes aliados na época das grandes navegações, atuando no processo de expansão comercial e marítima das potências europeias. Não é desprezível o fato de que uma das principais razões da conquista e ocupação de novas terras foi a necessidade de expandir a fé católica, combatendo as heresias e religiosidades diversas. (Priori, 1994, p.81)

Figura nº 02 - Largo do Pelourinho, Sítio Jesuítico, ao centro a imponente Igreja do Rosário, azul como o manto de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Stela Santana, 2024

A foto acima mostra a Praça José de Alencar, conhecida como Largo do Pelourinho. No passado, centro do poder da província, local de moradia das famílias ricas, local de comércio e açoitado de escravizados, recém chegados pelo Porto de Salvador, em carregamentos trazidos em navios negreiros, inclusive. Foi também espaço em que se fixaram os Jesuítas e as Santas Missões,

portanto, local de catequese de indígenas. No presente, um centro cultural e um polo de atrativo turístico para a cidade do Salvador. Hoje, o Pelourinho e todo o seu acervo arquitetônico é Patrimônio da Humanidade.

Antes, porém, passou por um declínio, a partir da década de 1950, quando famílias se mudaram para outras regiões da cidade, além do centro comercial também ser transferido para outros centros comerciais. Este esvaziamento criou um espaço de favelização, marginalidade e prostituição nas moradias, por um abandono por parte do Estado e da Sociedade.

Este espaço urbano teve uma virada a partir de um processo de revitalização cultural iniciado no final da década de 1970, pelos Blocos Afros, como o Olodum em 1979, e também pela intervenção do Governo do Estado que, junto com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAC), reformou e tombou os casarios, fez a transferência da população do Maciel, substituindo as moradias por estabelecimentos comerciais (lojas, bares, restaurantes, pousadas e hotéis), voltado ao turismo e à cultura.

O que se segue é uma construção histórica, a partir dos relatos de Irmãos do Rosário como “A. P.”, “A. N.”, “A. S.”, “L. A.”, dentre outros, recolhidos no trabalho de campo, no período de 2021 a 2024, intensificado em 2023, sobretudo, com o fim do isolamento por conta da situação pandêmica. Inicialmente com incursões mensais e depois semanais, às terças à tarde, ou nos domingos pela manhã, ou em ambos, dependendo da necessidade da pesquisa.

Além dos relatos, foi utilizada a Cartilha da Irmandade e tudo que foi observado na obra da historiadora Lucilene Reginaldo (2005), que fez um extenso trabalho de pesquisa de doutoramento sobre as Irmandades Negras em Portugal, Bahia e Angola, dando ênfase à Irmandade do Rosário no Pelourinho, Salvador, Bahia, Brasil. Tese defendida na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), em 2005 e que, em 2011, resultou na edição do livro “Os Rosários dos Angolas Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista”. Também me fundamentei nos estudos de Anália Santana (2013), que culminaram na sua dissertação de Mestrado, pesquisadora com a propriedade de ser Irmã do Rosário e conhecedora do tema, partilhando a fé no Rosário e a vivência de uma irmandade negra.

Traz, por fim, escritos dos estudos sobre a Irmandade do Rosário, iniciados por mim ainda no Mestrado (2018-2020), o qual despertou o interesse em continuar os estudos sobre esta organização quatrocentenária .

O historiador João José Reis (1996) vê as irmandades como instituições dedicadas à devoção de santos católicos, funcionando como sociedade de ajuda mútua, representando um espaço de relativa autonomia negra. Segundo REIS (1996, p. 4-5), “o estudo dessas instituições nos fornece um ângulo privilegiado para entender a dinâmica da alteridade no interior da comunidade negra do Brasil escravocrata”.

Comungo com esta definição do historiador João José Reis, vez que as Irmandades foram, num determinado momento de grande desigualdade e exclusão, espaços possíveis de inclusão social e constituição de identidades sociais significativas, onde escravizados, alforriados e libertos recriaram suas bases culturais, vindo a ser um modelo de quilombo urbano, na perspectiva de uma identidade e solidariedade coletivas, nos moldes que Abdias do Nascimento apresentou em 1980, num Congresso realizado no Panamá, na crença e no desejo de uma sociedade pluriétnica e multicultural.

É mister contextualizar, à luz do estudo de José Reis (1997), que as irmandades católicas de homens pretos foram espaços de inclusão, solidariedade, prestígio e visibilidade social para os seus participantes, no Brasil Colônia e parte do Império e na República, com menor projeção política, ante a laicização do Estado. A sua efetividade demonstra que, historicamente, não apenas se limitou a uma funcionalidade orquestrada entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, avançando também sociopolítica, econômico e cultural.

Para Reis (1997), as Irmandades no Brasil, sob os moldes das Irmandades e Confrarias Portuguesas, exerceram forte influência na Sociedade Brasileira, na Colônia e Império, tendo sofrido enfraquecimento na República, diante da laicização do Estado e um novo modelo de sociedade pós abolição. Não diferente, as Irmandades Negras baseavam-se em relações de poder e clientelismo, com devoção em torno de um Santo Católico, rendendo homenagens em práticas devocionais, ações solidárias de promoção social e de expressão da identidade cultural das elites negras.

As Irmandades surgiram na Europa num período medieval para desenvolver um sentimento coletivo nos fiéis, como as primeiras comunidades

crístãs, que deram os primeiros passos no encontro do cristianismo primitivo com religiões tradicionais, favorecendo a sua ampliação. Já as irmandades dos homens pretos tem o registro de surgimento na pensula ibérica nos séculos XIII e XIV. Esta Irmandade foi inicialmente composta por pessoas brancas, sendo mais tarde composta por negros. Aqui no Brasil as Irmandades tiveram um papel sócio político importante entre os séculos XV e XIX. (Reginaldo, 2011).

No século XIII iniciou-se a adoração à Virgem do Rosário em Portugal, com ações na Igreja do Convento de Santo Domingos em Lisboa, século XVI, onde nasceu a primeira Irmandade Negra. O início da devoção a Nossa Senhora do Rosário data do século XIII, através de São Domingo de Gusmão, com a aparição da Virgem Maria no sul da França (1208), ao suplicar a Nossa Senhora que enviasse uma arma para acabar com as heresias que estavam acontecendo na Europa e ela disse que a arma seria o Saltério da Bem-aventurada Virgem Maria.

A heresia à qual se referia, era a cátara, perseguida na França pela Cruzada Albigense na cidade de Albi, principal centro de difusão do catarismo, pelo Papa Inocência III, em 1209, século XIII, devido ao seu crescimento, sobretudo no sul da França e norte da Itália. Eram cristãos gnósticos e dualistas, que acreditavam que o mundo material era mal e pertencia a Satã e o espiritual era sagrado, pertencente ao bem, a Deus.

A igreja Católica combateu o catarismo com persuasão, repressão e satanização, criando o Tribunal da Santa Inquisição, com a ascensão das heresias. Interessante que contrastavam com a doutrina católica na crença de que Jesus não era Filho de Deus e pregava uma igualdade entre homens e mulheres, o que resultou num crescimento feminino de adeptos. Conhecida como heresia do século, ante - sacerdotal, pregavam a fé baseada em uma vida simples, contrária à Igreja Católica e toda corrupção moral, espiritual e religiosa.

Outrossim, a Europa medieval do século XIII passava por importantes transformações, como o aumento populacional, crescimento do comércio e consequente melhoria das condições socioeconômicas da população, além do crescimento das cidades, que fizeram as pessoas questionarem e refletir sobre questões da própria fé.

Mais de dois séculos após a morte de São Domingos, a Igreja Católica prega que uma nova revelação é feita por Nossa Senhora, desta vez ao beato

Alano de Rupe (1428–1475), dominicano da mesma ordem de São Domingos, a quem a Virgem pediu para avivar a fé. Segundo a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, assim foi modelada a forma como se reza o Rosário.

As expedições dominicanas estiveram presentes nos séculos XV e XVI, espalhando a fé católica em território africano (África Central), favorecendo a aproximação das pessoas escravizadas ao catolicismo e às Irmandades ou Confrarias de modelo português, em território brasileiro. Lucilene Reginaldo (2011) apresenta a importância das irmandades no processo de evangelização dos povos africanos, estando presentes desde o século XVI (Guimarães, 2016).

Segundo Reginaldo (2012):

A identificação dos negros com esta invocação da Virgem relacionou-se, é claro, à experiência da escravidão. Mas também a concepções cristãs africanizadas, produzidas em resposta ao processo de catequização empreendido por missionários capuchinhos e jesuítas, no Congo e em Angola, no século XVI (Reginaldo, p.304-305)

A população escravizada guardava em suas lembranças a experiência de uma catequese católica ainda em território africano, que favoreceu a aproximação com as Irmandades, o culto aos santos católicos e, sobretudo, a Nossa Senhora do Rosário. Por outro lado, os indígenas tiveram uma conversão violenta, vez que suas crenças vinham da natureza.

Em sua pesquisa Santana A.(2013, p.54) registra, que “a primeira Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Lisboa é datada de 14 de julho de 1496, no Mosteiro de São Domingos”. Já no Brasil, a primeira Irmandade do Rosário é de Olinda, Pernambuco, século XVI e até o século XIX se espalhou por importantes centros urbanos no Brasil. Segundo SANTANA S. (2020, p. 62-63):

No Brasil, a primeira Irmandade do Homens Pretos foi em Olinda, Pernambuco, ainda no século XVI; Rio de Janeiro, no século seguinte, XVII, depois Recife(PE em 1654), Belém(PA em 1682), Salvador(Ba em 1685); No século XVIII São João Del Rei 6 (MG em 1708), São Paulo(SP em 1711), Cachoeira do Campo e Sabará(MG em 1713), Ouro Preto(MG em 1715), Serro(MG em 1728), Viamão(RGS em 1754), Caicó(RGN em 1771), Mostardas(RGS em 1773), Rio Pardo(RGS em 1774), Paracatu(MG em 1782) e Palmeiras dos Índios (AL em 1805). (SANTANA, 2020, p.62-63)

Data de 1685 a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (Irmandade dos Homens Pretos) na antiga Igreja da Sé, muito embora desde 1604 há registros de reuniões desta Irmandade no porão da antiga Igreja da Sé (Ott, 1968, p. 121). Assim, antes da edificação da imponente

Igreja do Rosário, os irmãos se reuniam nos altares laterais de igrejas matrizes. Este local, hoje, guarda o Monumento da Cruz Caída¹.

Figura nº 03 – Monumento da Cruz Caída



Fonte: Stela Santana, 2024

As reuniões na referida Igreja da Sé eram realizadas em torno de uma imagem datada de 1685, a qual foi transladada ao Altar Mor desde 1704, quando o arcebispo D. Sebastião Monteiro concedeu a permissão para a construção de uma Igreja própria nas Portas do Carmo e, a partir de 1710, passou a realizar as celebrações. Em 1718, a Irmandade do Rosário passou a abrigar a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, a mesma que, mais tarde, iria reivindicar a posse e propriedade da Igreja do Rosário no Pelourinho.

¹ O monumento da *Cruz Caída* é uma obra de Mário Cravo, erguida após 1552 no local onde existia a antiga Igreja da Sé, construção do século XVII, que serviu de fortaleza contra invasores holandeses e demolida em 1933 no Projeto de Modernização da Cidade do Salvador para passagem de bondes para o Terminal da Sé, construído na referida Praça da Sé. Teve sua condição de Sé perdida para a Igreja do Salvador em 1765, porém em 1808 sediou o Te Deum (hino de ação de graças) em homenagem ao Rei Dom João VI e da Comitativa da Família Real em Salvador-Bahia-Brasil. No local foi construído um Belvedere Projeto do arquiteto Assis Reis, contudo o que há de significativo no local onde o patrimônio histórico e cultural foi demolido são quatro sítios arqueológicos, cujo resgate de objetos e ossos foi fruto de estudo de uma equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA (Santana, 2020, p.16).

Nas primeiras incursões em grupo durante o mestrado, escutei, numa fala emocionada do irmão “A.P.”, o seguinte registro: “Está vendo estas paredes e tudo aqui construído? Foram erguidos por estas mãos, melhor, por mãos negras como as minhas, dos nossos ancestrais, que construíram esta Igreja, como várias outras aqui no Centro Histórico”.

A fachada da Igreja e a torre só vieram ficar prontas em 1780 e, entre 1873 e 1875, duas novas portas ao lado da principal foram construídas. Durante o século XVIII, concentraram-se os trabalhos de edificação da Igreja, após a concessão de um terreno por D. João VI.

Figura nº 04 - Igreja do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Fotografia Stela Santana – Fachada da Igreja do Rosário no Pelourinho-SSA-BA - 2024

Só no final do século XIX o interior foi redecorado no estilo neoclássico, além da construção de um altar na Sacristia e do douramento da Igreja no ano de 1895. O seu conjunto arquitetônico foi tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, passando a sua estrutura física por outras manutenções pontuais e, em 2011, a Igreja foi totalmente restaurada. O tombamento é, antes de tudo, o reconhecimento histórico e cultural de um bem que passa a ser de toda a humanidade, sendo protegido por órgãos públicos como o IPHAN e outros organismos internacionais, dado o reconhecimento da sua importância nacional e internacional.

Esta Irmandade Negra é a única do Brasil que detém o título de Venerável Ordem Terceira Irmandade do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo (Irmandade dos Homens Pretos) ou Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho, título recebido em 02 de julho de 1899 pelo então Bispo D. Jeronymo Thomé denominando-a de Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo -Irmandade dos Homens Pretos. Segundo os membros da Irmandade e devotos do Rosário, esta denominação de Venerável Ordem Terceira é um título reconhecido pelo Vaticano e reverenciado por toda a Igreja Católica, de grande importância religiosa.

Todo o ano, o cortejo do Dois de Julho entra na Igreja do Rosário durante as celebrações da Independência do Brasil na Bahia. É uma entidade com quatro séculos de história, conhecimento ancestral, com 339 anos de existência e 125 anos de Ordem Terceira, uma das Irmandades Negras mais antiga que se tem registro no país.

Sobre a Ordem Terceira, assim conclui Santana A. (2013, p. 59-60):

A titulação de Ordem Terceira, recebida no final do século XIX, coloca a Irmandade dos Homens Pretos do Pelourinho no patamar mais alto da hierarquia da Igreja Católica dedicada às pessoas leigas. Os procedimentos das ordens terceiras são estipulados a partir do exemplo dos Franciscanos (São Francisco de Assis) tendo como referência: oração, jejum, auxílio aos pobres e necessitados, assistência aos doentes, ajuda mútua (Santana, 2013, p. 59-60)

O poder político na Irmandade é realizado pela Mesa Administrativa, eleita para um mandato trienal, por eleições direta, cujos eleitos administram a Irmandade através de um compromisso. A Mesa Administrativa, a partir do Compromisso de 2001, passa a ter, na redação referente à composição dos cargos, a expressão “por ambos os sexos”. Tivemos acesso ao compromisso de 2017, que se assemelha ao de 2001. Segue um trecho do disposto no capítulo IV, art. 9º:

CAPÍTULO IV Da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal Artigo

9º - A Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, Irmandade dos Homens Pretos será dirigida por uma Mesa Administrativa, órgão executivo responsável pela administração direta, eleita trienalmente, investido dos poderes inerentes aos cargos assumidos por seus integrantes, conquanto observadas, quando da prática dos seus atos, as limitações estabelecidas por este Compromisso e seu RI, constituída de dezoito Mesários para exercerem os cargos e funções: Prior ou Piora, Vice - Prior ou Vice - Piora, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro,

Procurador Geral, Mordomo de Culto, Mestre de Noviços, seis Definidores e um casal de Visitadores.

Antes da presença feminina no Compromisso de 2001, a mesa era composta exclusivamente por homens: um prior ou juiz, um vice prior, um tesoureiro, um secretário, um procurador geral, um mestre de noviços, um vigário de culto e oito definidores. Cumpre informar que o vigário do culto é a representação católica, presente na Mesa, por se tratar de uma Irmandade Católica. Os demais cargos da Mesa Administrativa são eletivos aos Irmãos do Rosário, que atendam aos requisitos para compor o quadro de cargos da referida Mesa.

Além da Mesa Administrativa, a estrutura organizacional conta com a Mesa de Honra, que, até 2001, era a forma de participação da mulher como condignas. A luta pela participação na Mesa Administrativa vem de um longo período, se pensarmos que se trata de uma Irmandade iniciada no século XVII. Vale ressaltar, que as reformas do Compromisso de 2001, de certa forma, ofuscaram algumas conquistas da Mesa de Honra. Isto porque não existe mais a mesa de honra e, segundo as irmãs “M. M.” e “C.P”, ambas falam de uma Mesa independente, forte e atuante, com um reconhecido destaque, sobretudo na década de 1990, que influenciaram a representação feminina.

Segundo Santana A. (2013, p.24), a partir de 1949, o Compromisso passou a admitir oficialmente uma Mesa de Honra feminina, eleita juntamente com a Mesa Administrativa com os seguintes cargos: uma priora, uma vice - priora, uma mestra de noviças, uma visitadora, uma zeladora, uma procuradora e oito condignas, que “Não tomarão parte da Administração da Ordem” (Compromisso, 1949, Cap. II, Art.4, p.13). Nesse contexto, para tomar parte na administração da ordem, essas mulheres se organizaram e criaram estratégias, mesmo sobre a forte pressão da Mesa Administrativa e omissão de algumas irmãs, para conquistar o direito ao poder administrativo.

Os Compromissos de 1820, 1872, 1900, 1945, 1949, 1966, 2001 e 2017 foram a base desta análise da legislação, traçando as relações de poder, sobretudo na perspectiva de gênero. Vale registrar que, muito do acervo documental entre os anos de 1960 e 1980 se perdeu após incêndio na Igreja da Barroquinha, onde a Irmandade estava provisoriamente instalada, enquanto a Igreja do Rosário dos Pretos passava por reforma. Seguindo os registros de

Santana (2013), muitos dos documentos estão preservados, mas algumas atas foram perdidas, por condutas não aprovadas por parte de alguns irmãos nos finais de seus mandatos.

2.2 A governança no interior da Irmandade na perspectiva de gênero: Analisando relações de poderes à luz dos Compromissos

A Governança na Irmandade dos Pretos é o resultado do processo sócio-histórico de quatro séculos de uma convivência entre irmãos, fundada em lutas cotidianas e nas conquistas da população negra, que perfilam relações e estruturas de poder complexas. Estruturas e fatos externos e internos que interagem e definem, sobretudo, a atuação da Irmandade sob diferentes perspectivas, como a de gênero, no caso específico o feminino.

Esta é uma questão que passa pelo conhecimento da vida numa Irmandade Afro Católica, seus regulamentos, estatutos, códigos cânones e de onde as mulheres se encontram nesta estrutura. Entendimento que requer não apenas um revisitar a trajetória histórica das relações de poder em Irmandades sob modelo de Confrarias Portuguesa, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, mas avaliar o ambiente, cenários, alternativas, bem como os resultados já conquistados em sua existência secular e, ainda, os desejados.

Isto faz parte da governança no interior das Irmandades, envolve o seu desempenho e a necessidade de alinhar as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas, monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas.

O Regramento na Irmandade do Rosário guarda conformidade aos compromissos, que trazem a norma para as relações existentes no interior das Irmandades. Isto é básico para o seu funcionamento, com medidas internas, inclusive, de recompensa e punição. Este compromisso, em todo momento histórico, requer aprovação pelas autoridades civis e religiosas e, com esta, os irmãos tornam-se aptos a praticar sua devoção ao santo patrono, com o culto ao padroado, sob espírito caritativo. Os compromissos refletem muito a sua época

e, de certa forma, as relações de poder no bojo da sociedade, sob escopo definindo, inclusive, a composição da Mesa Administrativa.

Assim, para fundamentar a questão da documentação existente na Irmandade, o desenvolvimento a seguir guarda conformidade a uma pesquisa documental e bibliográfica, a partir do trabalho da pesquisadora Sara Oliveira Farias, quando do Mestrado em História pela UFBA em 1997, da pesquisa anteriormente realizada no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania -UCSAL, com o título “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Pelourinho, SSA-BA, como quilombo de resistência cultural (2020)”, bem como de pesquisadores como João José Reis, Lucilene Reginaldo e Anália Santana, dentre outros, elucidando o viés histórico e a compreensão do já referido regramento e organização interna, bem como da governança no interior desta.

Serão inicialmente apresentadas as características dos Compromissos numa ordem cronológica, destacando alguns dispositivos até o enfoque pontual da questão de gênero (alterações no percurso sócio - histórico em relação à participação das mulheres, da mesa de Honra à Mesa Administrativa).

Antes, porém, os critérios para ser Irmão da Irmandade do Rosário dos Pretos, primeiro é ser católico, ambos os sexos, ter mais de 18 anos de idade até 75 anos, ser afrodescendente, ser apresentado por um irmão, passar pelo Postulado por 01 ano, sendo Postulante Irmão Professo, 01 ano de noviciado, ser aprovado pela Mesa Administrativa. Não pode ser dirigente quando chega à idade de 75 anos. A Irmandade conta com um número de 250 irmãos ativos.

O Primeiro Compromisso da Irmandade data de 1728 e traz, como os demais, a Organização da Mesa Administrativa, cuja composição muda a cada três anos, através de eleições realizadas a cada 03 anos, sempre no mês de setembro.

Data de 1781, outro compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos, no qual Farias (1997) relata a falta de documentos suprido através dos relatos dos Irmãos do Rosário, cujas falas (oralidade) evidenciam um sentimento de pertença e consciência sociopolítica de seus membros, fundado no conhecimento ancestral.

Em seguida aparece o Compromisso de 1820, composto por 24 capítulos, em pleno século XIX e toda inquietação, as mudanças e revoltas (militares, civis e escravas) deste momento sócio - histórico, além de fatos épicos como a

abolição da escravatura, que causaram mudanças na sociedade da época, inclusive conflitos entre o clero (Igreja e párocos) e a Irmandade (Irmãos do Rosário / Confrades).

Presente no Compromisso de 1820, e de suma importância, foi o afastamento dos homens brancos que ocupavam cargos na mesa, revogando o que determinava o Estatuto de 1781, segundo o qual os cargos de tesoureiro e escrivão deveriam ser ocupados por homens brancos. Na sociedade escravocrata havia, de forma proposital, a desconfiança em negros tomar conta das finanças, duvidando, inclusive, da sua honestidade.

Parafrazeando Farias (1997) “as irmandades negras, pode-se dizer, foram no século passado uma arena de conflito racial numa escola de conscientização dos negros diante do racismo e prepotência dos brancos” (Farias, 1997, p. 55).

O compromisso de 1820 traz ainda a noção de caridade e a consequente preocupação com seus associados, assim dispostos em seu capítulo XX - Da Charidade que se praticará com os Irmãos doentes, pobres e encarcerados, a saber:

Hé a charidade o acto, que mais se deve prezar, pois a praticarão varões exemplares em virtudes; por isso devemos exercer com os nossos Irmãos enfermos. Os Irmãos Procuradores terão cuidado em visitar qualquer Innão desta nossa Irmandade ,que se acie enfermo .saber se lhe lie mister alguma couza tanto para o corporal , como espiritual, e se achar em desamparo e extrema necessidade, dará parte a Mesa ou do Irmão Juiz ; para lhe mandar applicar a providência que pareça justa; e sendo summamente pobre , e necessitado lhe conferirá a Meza corno cabeça da Irmandade alguma esmola [...] Da mesma forma os Innãos Procuradores terão ipial cuidado cm vidtai os cárceres onde achando algum Irmão desta Irmandade, pobre e enfermo prezo [...] (Compromisso 1820, capítulo XX-Da Charidade).

A assistência, no século XIX, era praticada como virtude religiosa e o grande motivo para participar de uma Irmandade Negra, sobretudo numa sociedade em que a maioria da população era de pessoas negras e pobres, em meio de muitos conflitos sociais. Vale ressaltar que, na participação limitada das mulheres nesta sociedade colonial, patrimonial, escravocrata, patriarcal e desigual, a ideia de caridade contida no texto do Compromisso traz o protagonismo inicial de mulheres na Irmandade, vez que a mesa administrativa, à época, formada por homens, atribuía sobretudo às mulheres, ações assistencialistas e o cunho caritativo às suas incursões para angariar recursos em festividades do padroado, entre fiéis e comunidade local do Pelourinho, em

nome da dita solidariedade e sentimento cristão, além dos valores repassados do trabalho de ganho.

Por outro lado, a aptidão ao trabalho era requisito, vez que o trabalho excedente custeava as construções dos templos, a exemplo da Igreja do Rosário, já referido. Cada vez mais se estimulava o trabalho de ganho nas ruas de Salvador e menos práticas caritativas, que pudessem incentivar a mendicância e isto também foi evidenciado nos compromissos e escritos da Irmandade na segunda metade do século XIX. Contudo, o caráter mutualista do Rosário também foi evidenciado nos compromissos e em documentos escritos por irmãos negros, solicitando da assistência o direito a um enterro decente.

Proporcionar socorro material em vida e enterro decente constituíam regra geral nos primeiros compromissos, vez que as Irmandades cumpriam um papel de assistência aos desamparados, que o Estado não realizava. A princípio, os Irmãos do Rosário eram enterrados no antigo Cemitério, hoje ossuário, localizado no fundo da Igreja. Uma forte razão para participarem da Irmandade, vez que era comum os corpos das pessoas pretas serem lançados ao mar. Com a reforma sanitária e a proibição de enterros nos quintais das casas e igrejas, sobretudo do Centro Histórico, passando a enterrar no Cemitério da Quinta dos Lázaros, na região da Caixa D'Água, administrado pela Irmandade.

Vale ressaltar a visão futurista das Irmandades, de modo específico o trabalho da Sociedade de Amparo aos Desvalidos, fundada em 1832, que, além do auxílio-mútuo, traz o associativismo e aparecimento de associações civis, a exemplo também da Sociedade dos Artífices e Operários. No início, a Diretoria da Sociedade de Amparo aos Desvalidos era em sua maioria composta pelos mulçumanos e, com a Revolta dos Malês, a diretoria e a administração da mesma passou a ocorrer no interior da Irmandade do Rosário dos Pretos.

Tanto as Sociedades supra referidas, quanto as Irmandades em suas ações, desempenharam o papel de socorrer os destituídos de qualquer assistência, como a população negra e os povos indígenas.

O capítulo XVI do compromisso de 1872, em seu parágrafo 20, traz a expressão “pela qualidade do sexo”, legitimando a exclusão de mulheres na tomada de decisão na Irmandade, permanecendo nos compromissos de 1872 e de 1900 (capítulo I, artigo 34). Percebe-se que a mudança de um sistema político, da égide de um Brasil Império, para uma República Federativa, não altera as

relações de poder, pois ainda sobrevive um modelo oligárquico, patriarcal e nada promissor para as mulheres.

Vale ressaltar que fatos históricos como o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Reforma da Igreja, suscitaram as inquietudes e mudanças nos cenários. Ainda na segunda metade do século XIX, os irmãos exigiram da Mesa Administrativa um novo compromisso, que estivesse mais adequado às mudanças do período, qual seja, o projeto datado de 1872, vez que os Irmãos(confrades) acreditavam na “necessidade da organização de um novo compromisso para reger esta Irmandade [...] em razão dos notáveis defeitos e omissão que se ressentem o velho compromisso que procedendo com diversas reformas do ano de 1781 a 1820 ainda rege com decência esta Irmandade.” , o que não prosperou, continuando com o antigo regimento.

Logicamente, com a República, outras questões surgiram, igualmente complexas, observando o viés sócio histórico da desigualdade e que foram assumidos pelo Estado Federalista, cujo laicismo diminuiu o poder político das Irmandades, ressignificando a ideia de Governança, mantendo, contudo, relações de poder.

As relações de poder sempre permearam os compromissos e a qualidade dos irmãos da mesa administrativa, como no compromisso de 1820, no capítulo XVI do referido estatuto, sob o título “DA QUALIDADE DOS IRMÃOS DA MESA”, ao dispor: “para Juizes, Procuradores, e mais Irmãos da Mesa se elegerão pessoas libertas e izemptas de escravidão para que sejam prontos em exercer e satisfazer os actos da Irmandade[...]”.

Vale o registro que, mesmo em momentos que a quantidade de irmãos não libertos superava a de libertos na Irmandade, a sua participação na mesa como membro era limitada, vez que não podiam exercer certos cargos justamente por sua condição escrava.

Segundo Farias (1997, p. 19, 20) a justificativa para a exclusão está no próprio Estatuto, ou seja, a condição escrava impedia que estivesse à disposição da Irmandade e, se não estava livre para os serviços, era excluído da mesa, exceto os cativos (escravos) que pudessem dedicar um pouco de tempo para a confraria. O projeto de compromisso de 1872 dispõe ser da cor preta, não há restrição explícita aos escravos exercerem cargos de mesa, mas não deixa claro o perfil (se escravos ou libertos) de seus associados. De certo que uma

Irmandade Negra na sociedade escravocrata era composta por negros escravizados, libertos ou forros. Dispõe ainda que “deveriam ser mesários aqueles que “saibão ler e escrever, tenham boa representação”.

Interessante ressaltar que o escravizado na sua condição dificilmente teria boa representação e respeito público, vez a margem de processos inclusivos no interior da sociedade. Não obstante, havia organizações em que pessoas negras escravizadas, assumiam liderança e até chefiava grupos, a exemplo dos escravos de ganho, que assumiam o comércio em determinadas áreas de Salvador (Reis, 1993).

Outrossim, o compromisso de 1872 trouxe, no art. 33 (p. 23), a definição de “Mesa Administrativa como cabeça da Irmandade, é a sede onde reside a disposição administrativa do estado econômico e religioso de sua Instituição”, dispondo as suas funções nos incisos 1º ao 5º, a saber:

- 1º Governar no seu ano observando os poderes de junta, administrar com zelo e economia os interesses a Irmandade;
- 2º Representá-la quando se faça preciso perante as autoridades e tribunais públicos;
- 3º Conservar inabalável o Patrimônio de Nossa Senhora;
- 4º Guardar e fazer valer os dictames dos compromissos;
- 5º Eleger irmãos da Nova Mesa.

Composta por 13 irmãos (um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um procurador, nove consultores, os quais deveriam ter os pré-requisitos de saber ler, escrever e ter boa reputação. Inovou em relação à atuação das mulheres, indicando que “era preciso para argumento das festividades da nossa padroeira a designação de três juízas de festa. Para que se escolha uma, dentre as irmãs mais dedicadas ao culto e que reúnam estado moralizado, e aptidão louvável desempenho deste cargo e bem assim mais doze mordomas” (Compromisso de 1872, p.9)

Esta eleição (Compromisso de 1872, art.12, p.12) seguia uma hierarquia masculina nas decisões da Irmandade, advinda da Mesa Administrativa, eminentemente masculina, mas introduz os primeiros cargos ocupados por mulheres na Irmandade do Rosário dos Pretos, que foram os de juízas, procuradoras e mordomas da festa, que não bastava ser dedicada ao culto, mas que reunia estado moralizado.

O perfil destas aptidões/requisitos, bem como o escopo deste estado moralizado eram feitos nos contornos da sociedade da época, ou seja, patrimonial, escravocrata, patriarcal, judaico-cristã. Segundo Farias (1997):

O cotidiano dos irmãos negros do Rosário das Portas do Carmo, assim com o dos membros de outras irmandades lei gas, era regido por normas de conduta ditadas pelos seus “compromissos”. Através desses estatutos, vida e a morte dos associados eram disciplinados; organizados, se asseguravam direitos e se exigiam o cumprimento de deveres. O compromisso, enfim, impunha ordem, normatizava as relações no interior da confraria, recompensava e punia. Para que uma irmandade funcionasse legalmente era preciso ter seu compromisso aprovado pelas autoridades civis e religiosas. A pós a aprovação, os irmãos estariam aptos a praticar sua devoção ao santo patrono e seu espírito caritativo (Farias, 1997, p. 11)

Outrossim, o regimento e os compromissos da Irmandade do Rosário revelam as várias estratégias de alianças e rivalidades étnicas, muito embora a influência do povo angolano é ponto passivo, inclusive nos registros da época da fundação da Irmandade. Era marcante o controle dos cargos dos mesários, sobretudo nas mãos dos angolanos, que se davam bem com os crioulos (negros brasileiros) e se revezavam, no século XIX, com os poderes na Irmandade. Demonstra na prática a política étnica entre os irmãos negros e a possibilidade de recriação das identidades étnicas africanas, sob critério de identidade da cor da pele em combinação com a nacionalidade (Irmandade dos Homens Pretos).

Observando que, para o africano, o laço de parentesco excede ao vínculo familiar e confrarias de cor representavam uma espécie de família, um ritual de parentesco que ultrapassa os códigos genéticos. Cabia a esta família/Irmandade, proteger e amparar seus membros. Os irmãos da mesma etnia e, em muitos casos, de grupos étnicos diferentes, se ajudavam e, de certa forma, preservavam ou recriavam suas identidades. Deixar o catolicismo era um dos motivos de desligar-se da Irmandade, mas praticá-lo junto era permitido, até porque, para a cultura branca, o candomblé é revestido por um certo segredo e um rito, que permite uma dupla pertença dos irmãos na fé.

João José Reis, como historiador, trata a este respeito referindo não só uma divisão dos grupos de escravizados vindos da África, pelos traficantes desde o porão dos navios negreiros, como uma forma de evitar, em terra, ao desembarcarem nas localidades para onde foram traficados, uma unidade que favorecesse levantes, o que também explica certa divisão de grupos étnicos no

interior das Irmandades. Situação que, de certo, impediu manifestações e atitudes de enfrentamento à ordem estabelecida.

A maioria de negros escravizados oriundos de Angola, aqui na Bahia, favoreceu um quantitativo maior deste povo na Irmandade, mas não impediu a admissão de outras etnias, que também se rivalizaram nas disputas de poder, porém permitiram ampliar a base de sustentação econômica, que, por sua vez, garantia prestígio social e o êxito da Irmandade à frente de suas principais ações, assim como uma presença de mulheres, cada vez mais, em maioria.

Embora, até o século XIX, não se conhecesse o estado civil da totalidade das mulheres na Irmandade do Rosário, registra-se, por oportuno, que a sua participação se deu inicialmente com aceitação dos membros da Irmandade, por indicação de outros irmãos.

Em relação às mulheres, também em suas mesas de honra existiam rivalidade e alianças étnicas, que também criavam regramentos e sua participação na Irmandade ganhou corpo com as questões de caridade, assistencialismo e da organização e busca de recursos para as festas ao padroeiro e santos católicos, embora, entre os irmãos, sua presença na mesa administrativa seja de grande necessidade, nem sempre teve o merecido reconhecimento.

A vida administrativa da Irmandade estava assim organizada. Conflitos, tensões, monopolização étnica, bem como o patriarcalismo que imperava na confraria fizeram parte do cotidiano dos membros. Os compromissos definiam as relações sociais e de poder no Rosário. Vida social e vida política eram ditadas pelos estatutos. Os principais aspectos tratados pelos compromissos do Rosário mudavam de acordo com a época.

No tocante a características específicas de cada compromisso, bem como à normatização da vida do leigo, assim dispõe Farias (1997, p. 20-21):

Os mesários deviam cuidar da integridade moral dos fiéis. Por se tratar de um a confraria negra, o comportamento dos seus confrades deveria ser exemplar, para que não se abrisse brecha a possíveis intervenções das autoridades civis e religiosas. Em 1820, exigia o compromisso que seus associados mantivessem “bem ajustada a vida, exercitando-se nos santos costumes.” Em 1872, o confrade era convocado a promover sempre a “boa ordem” na irmandade. O compromisso de 1900 conservaria basicamente as mesmas características dos documentos anteriores. A novidade seria um item específico sobre os casos de afastamento dos irmãos. Neste compromisso utiliza-se o termo “eliminação” para aqueles que não se enquadrassem no regime moral e religioso da irmandade (Farias, 1997, p.20-21)

O Compromisso de 1900 repete, como já referido, dispositivos dos Compromissos que o antecederam, o de 1820 e 1872, sobretudo na questão da submissão de mulheres, mesmo juíza, procuradoras ou mordomas, a uma mesa Administrativa composta por homens, sendo eleitas sob hierarquia masculina.

Vale ressaltar que, nos compromissos de 1872 e de 1900, eram previstas participações femininas na mesa, desde que de acordo ao seu sexo, expressão que usava para referir a limites impostos pelos referidos compromissos, observando os costumes da época (século XIX). Uma desqualificação prevista desde o compromisso de 1820, que proibia escravos ocuparem certos cargos e, em se tratando de mulheres, mesmo que libertas, não era permitido. Quanto à eliminação da participação, o Compromisso de 1872 em seu artigo 21- DA ELIMINAÇÃO, assim dispõe:

Serão eliminados os Irmãos que praticarem os actos de que tratam os seguintes parágrafos sem direito a serem indenizados; & 1 o Os que se eliminam voluntariamente. & 2 Os que mudarem de Religião. & 3 “ Os que cometerem homicídio voluntário. & 4 Os que forem condenados por crimes infamantes. & 5 Os que lesarem a Ordem em seus haveres.

Atualmente, a saída de um membro da Irmandade é por vontade própria, mas mediante um processo com a referida petição. Segue o Direito Canônico e cabe à Arquidiocese como árbitro, a última ratio. Pouco se tem registro de saída de irmãos do Rosário, vez que a ideia da Irmandade é de, à luz do conhecimento ancestral, ser uma grande família.

Hoje é comum escutar de Irmãos como o Sr. “A. N.”, que “na Irmandade os títulos não valem, aqui dentro todos são iguais”, mas relações de poder transcendem valores e não guardam uniformidade quanto a interesses no âmbito institucional. A própria relação entre a Igreja Católica e a Irmandade Afro Católica sofre a influência das suas semelhanças, diferenças e até das buscas de consensos.

Sobre o Compromisso de 1900, assim define Santana A. (2013, p.87):

Este Compromisso é o primeiro a registrar os cargos, e a dar legitimidade a uma Mesa formada por mulheres, que mais tarde viria a se chamar Mesa de Honra, as quais não exerciam o poder administrativo, mas ocupavam cargos semelhantes As funções sociais atribuídas às mulheres eram: zelar pelo patrimônio (zeladoras), visitar os irmãos e irmãs acompanhando as necessidades (visitadoras) e cuidar e ensinar os conhecimentos da irmandade (mestra de noviços) e desenvolviam diversas atividades, influenciando diretamente na Mesa Administrativa.

Interessante destacar as alterações significativas na distribuição e quantidade de cargos, sendo os cargos de Prior, cargo máximo da Mesa Administrativa, eletivo, equivalente à presidência, com funções de gestão e representação em mandato de 03 anos e o Vice Prior, com função representativa, na ausência do titular, eletivo, com mandato de 03 anos, mantidos até a atualidade.

No tocante a gênero, ocorreu, em 1945, uma mudança no capítulo XVI, artigo 4º, deste Compromisso, sendo reescrito no Compromisso de 1949, mudança quanto a participação de mulheres, sendo permitida com a restrição de “sem, contudo, poder administrar”.

Assim dispõe o Compromisso de 1949, capítulo II Art. 4, que trata da administração da Ordem (2013, p. 84-85):

A ordem será administrada por uma Mesa composta dos seguintes membros: 1 Prior, 1 Vice-Prior, 1 secretário, 1 tesoureiro, 1 procurador Geral, 1 Vigário de Culto, 1 Mestre de Noviços e 8 definidores. Além destes, haverá uma priora, uma Vice-Piora, uma Mestra de Noviças, uma Visitadora, uma Zeladora, uma Procuradora e oito Condignas, que não tomarão parte na Administração da Ordem.

Antes do Compromisso de 2001 fazer a previsão da participação da Mulher na Mesa Administrativa, havia alguns precedentes externos e internos, que dizem respeito a esta conquista e correspondem ao período em que a dissertação de Mestrado de Santana A. (2013) se detém, ou seja, um período recente da historiografia da Irmandade quatrocentenária, correspondente aos anos de 1969 até 2000.

Santana A. (2013) traz o destaque do trabalho da Mesa de Honra, muito antes da participação na Mesa Administrativa, com cargos e conseqüentemente assento, sem precisar de interlocução masculina. A saber:

No final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, mesmo antes da mudança no Compromisso que deu às mulheres do Rosário a legitimidade da participação no poder administrativo, os Irmãos da Mesa Administrativa começaram a demonstrar mais interesse pelas ações da Mesa de Honra e deliberaram para que um dos seus Membros acompanhasse as reuniões da Mesa de Honra, além de terem autorizado a presença da Priora nas reuniões da Mesa Administrativa, para que ela fizesse o relatório das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Vale conjecturar, que isso reflete duas posições: de um lado, um ato de controle e vigilância das ações das mulheres na Mesa de Honra e suas reflexões sobre a participação na Mesa administrativa. Por outro lado, a mais imprescindível posição que assinalou o início da deliberação para a participação das mulheres nas decisões. (Santana A, 2013, p. 90-91)

Houve um tempo em que a Mesa de Honra angariava recursos e os valores eram entregues à Mesa Administrativa, que dizia como iria dispor destes, até a participação de um dos membros da referida Mesa de Honra nas reuniões da Mesa Administrativa. Assim, a possibilidade de atuação de duas tesourarias não foi bem aceita por membros da Mesa Administrativa, cujos compromissos até então dispunham à Mesa Administrativa este poder de centralização dos recursos e a sua disposição.

Em 1968, o país passava por transformações políticas, sociais, de direitos, influenciando internamente numa relativa abertura para as Irmãs nas relações de poder na Irmandade. Interessante que o momento político no Brasil, com o golpe militar, refletia anos de chumbo e repressão. Uma total ausência de direitos.

Santana A. (2013, p. 94) faz menção à ata histórica de 12 de agosto de 1973 demarcando a união entre as mesas, reconhecendo a colaboração da Mesa de Honra para a vivificação da Irmandade, o poder das mulheres, mesmo não estando nos Compromissos até então, e o direito ao voto para eleição da Mesa Administrativa:

[...] da Reunião de Junta da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora as Portas do Carmo as deliberações da Reunião que pela primeira vez, esta Ordem cuja Mesa foi empossada no dia 28 de outubro de 1972, para não ficar no marasmo que vinha de somente a Mesa Administrativa resolver tudo sozinha, sem que os irmãos e irmãs tivessem conhecimento do que a Ordem faz e precisava e do que a Mesa de Honra colaborasse, onde a mesma se reúne mensalmente e que também tem direito desde a gestão passada, onde a Mesa Administrativa tem acesso por ocasião das mesmas reuniões como seja Priora, Vice- Priora e Procuradora Geral (LIVRO DE ATAS MESA ADMINISTRATIVA 1959-1974, ATA 12/08 1973, p.177).

Vale ressaltar que, 28 de outubro de 1972 demarca a primeira reunião de Mesa em Junta, que é o nome que se dá à reunião das duas mesas, a de Honra e Administrativa e alguns convidados, uma espécie de assembleia geral, onde homens e mulheres discutem relações de poder, dentre outras questões importantes e que requerem um fórum ampliado.

A primeira Priora a participar de uma reunião da Mesa Administrativa foi a Irmã Jandira Muniz Pereira, da Mesa de Honra. Não foram momentos pacíficos, o poder exercido pelas mulheres ameaçava o status quo existente e, para alguns membros da Mesa Administrativa, era uma ameaça inclusive para o exercício do poder administrativo.

Segundo Santana, A. (2013, p.86):

Houve perseguições internas, acusação de insubordinação à Mesa Administrativa, por parte da Mesa de Honra; agressões verbais; ameaça de agressões físicas; suspensão por desrespeito à autoridade da Mesa Administrativa; queixa em delegacia das mulheres, devido à ameaça de agressão física por parte de irmão da Mesa às Irmãs da Mesa de Honra etc. A Mesa de Honra só tinha legitimidade interna se fosse da vontade da Mesa Administrativa.

Não obstante evidente incômodo com a participação feminina, a década de 60 marca o início de uma virada de chave para mudanças efetivas no interior da Irmandade, no tocante a relações de poder e de gênero. O poder de voto das mulheres voltou a ser discutido em 1976, sendo ratificada a permissão do dispositivo abaixo:

O Irmão Prior propôs que as mulheres possam ajudar a dirigir o destino administrativo da nossa ordem podendo escolher entre si candidatas a Priora. Posta em apreciação depois de muitos debates foi votado por maioria sendo dois votos contra, sendo que a partir desta data fica para conhecimento de todos que as irmãs já podem votar. (LIVRO 1959-1974, ATA DA REUNIÃO EM JUNTA, 12 DE AGOSTO DE 1973, p. 179).

As décadas de 80 e 90 foram de muitas lutas para as mulheres da Mesa de Honra, já que era notória a participação feminina, contudo, a realidade vivida era desigual e discriminatória, vez que questões de gênero, condutas preconceituosas e relações de poder se acirravam na relação entre as Mesas. Embora as questões de gênero evoluíssem em termos da participação e ações propostas, não eram suficientes para coibir condutas estigmatizantes.

A reforma do Compromisso 1999-2001 trazia, dentre as mudanças e ações, propostas de eleições e seus procedimentos, procedimentos (inclusive aprova uma comissão eleitoral), questões de gênero e descrições dos cargos da Mesa Administrativa. Houve também alterações em dispositivos e até na redação de poder do dia, adequando ao momento atual, a saber:

Capítulo XIX, Art. 59: A Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora será eleita em três anos, pelos Irmãos Professos, sob a presidência do Capelão da Irmandade, ou quem suas vezes fizer, na composição de chapa que contenham todos os seus membros.

[...] Art. 63 no primeiro domingo de setembro do final do triênio, a Mesa se reunirá para analisar a normalidade das chapas, que deverão ser compostas de um Prior (ou Priora), um Vice - Prior (ou Vice - Priora), um Secretário (a), um segundo Secretário (a) um 1º Tesoureiro (a), um 2º Tesoureiro (a), um Mordomo, um Mestre (a) de Noviços, de 8 (oito) definidores e de um casal de Visitadores (COMPROMISSO, 2001, p.21-22).

Preserva, contudo, os procedimentos de posse da Mesa Administrativa eleita, consoante Compromisso anterior, a saber:

Artigo 66º: A posse dos novos eleitos será no dia da Festa de Nossa Senhora Padroeira, após a Procissão intramuros com S.S. Sacramento, conforme a praxe nesta Venerável Ordem perante a Mesa Administrativa, com a presença do Capelão, que referirá o juramento sobre o Livro dos Santos Evangelhos (COMPROMISSO, 2001, p. 23).

Mesmo que as irmãs já estivessem participando e influenciando nas ações da Irmandade, as relações continuavam desiguais. Dessa forma, a presença de um representante da Mesa de Honra não alterou a exclusão existente, mas promoveram algumas mudanças, como a decisão de uma tesouraria única, tomada em 06 de maio de 2000. Esta reunião de Junta contou com a presença de 12 membros da Mesa Administrativa, 12 membros da Mesa de Honra e dois membros da Devoção à Santa Bárbara

Nesse período, a Irmã do Rosário “A. S.” (Santana A., 2013) ressalta a falta de registros em atas e mesmo extravios destas, considerando desconhecer se por omissão de quem tinha o poder de registro em ata e não fez, ou por estratégia da Mesa Administrativa, que, desta forma, manteria o seu poder decisório.

Outrossim, ao discutir as relações de poder que se desenvolvem na Irmandade, necessário se faz entender os mecanismos que operam essa desigualdade entre os papéis sociais masculinos e femininos, em qualquer período histórico. Interessante, na situação à época existente, que não bastasse o silenciamento da mulher, que dista desde a formação da sociedade sob modelos patriarcais, a sua participação, mesmo que seja numa simples reunião de Junta, é quase sempre uma ação boicotada ou conduzida de forma alheia aos seus interesses.

Assim conclui Santana (2013):

Comissão de Reforma do Compromisso, que extinguiu definitivamente do documento o artigo que excluía, de forma sexista, a participação das mulheres da Mesa Administrativa, findou seus trabalhos em 02 de setembro de 2001. Essa comissão teve a participação de alguns irmãos colaboradores da pesquisa, como a Irmã Lourdes Bárbara, Priora, e Maria das Graças Ramos, que também secretariou a comissão. Se acreditávamos que a reforma do compromisso extinguindo a Mesa de Honra e colocando homens e mulheres juntos na administração da Irmandade teria trazido apenas benefícios para a Irmandade, isso não se efetivou (Santana, 2013, pg.111).

Embora a irmã “A. S.” tenha esta impressão de que a extinção da Mesa de Honra apresentou uma certa dificuldade que se revelava nas relações cotidianas, dominadas por uma ideologia de gênero, com a primazia do masculino sobre o feminino. Já o irmão “A.P.” acredita que foi e continua sendo uma conquista, vez que os homens e as mulheres reverenciam a Mãe do Rosário, que é mulher e, assim, a primazia seria feminina.

No que concerne à participação de mulheres nas Irmandades, Farias (1997), registra, à luz dos compromissos existentes nesta trajetória de quatro séculos, que a etnia definia a ocupação e as regras no interior da Irmandade. As irmãs do Rosário participavam da Mesa de Honra, com formação exclusivamente feminina, nos cargos de juízas, mordomas e procuradoras. O compromisso de 1820 contemplava as mulheres crioulas nesses cargos, sendo acrescido no Compromisso de 1872, o cargo de mordomas de festa. Em 1900, o compromisso previa a participação na Mesa de Honra como “parte na administração”, gozando das “mesmas regalias dos Irmãos mezarios em tudo que estiver de acordo com seu sexo.”. Isto quer dizer que esta participação administrativa das mulheres estava limitada a sua condição de mulher, observando comum à época, o mito da fragilidade.

A virada de um novo milênio suscitou uma mudança de ótica, a reboque também de transformações na sociedade, demandadoras de reconhecimento e reparações, como as de gênero e raça, discutindo acessos e políticas sociais, através, inicialmente, das ações afirmativas e de outras contínuas e efetivas. Despertou olhares e atitudes frente às mudanças de cenários, contagiando Família, Estado e Sociedade. Não foi diferente com as mudanças nas Instituições como a do Rosário, a qual, após quatro séculos de história, pela primeira vez tinha um Compromisso que contemplou a participação de mulheres nas mesas administrativas.

Contudo, vale ressaltar que não daria para iniciar uma análise ou discussão de um marco tão importante como o Compromisso de 2001 e o atual, de 2017, que, em termos da participação da mulher, ratifica e recepciona o teor do Compromisso de 2001, sem apresentar fatos e movimentos no bojo da sociedade, que antecederam a ambos, mas também coexistiram quando da vigência dos compromissos (2001 e 2017), criando condições concretas para a sua efetivação.

Podemos a priori trazer alguns diplomas normativos, que diretamente influenciaram mudanças de cenários, iniciando pela Constituição de 1988, e seu art. 5º, I - "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Outrossim, vale citar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e a Lei 12.288/ de 20/07/2010, de autoria do senador Paulo Paim, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos éticos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Este Estatuto traz a obrigatoriedade do ensino da história da população negra no Brasil, a capoeira como esporte e linhas de crédito para os remanescentes de quilombos, além de objetivar eliminar discriminações e preconceitos, baseado em raça ou etnia, mas reconhecendo a diversidade existente na sociedade, valorizando a contribuição de grupos étnicos.

Vale ainda citar a Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. A EC (Emenda Constitucional) nº 48 de 10 de agosto de 2005, que acrescenta o §3º ao art.215, V, da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura:

V - Valorização da diversidade étnica e regional."(NR).

Como desdobramento do EIR - Estatuto da Igualdade Racial, a Lei Federal nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, ações afirmativas, que ficou conhecida como a Lei de Cotas, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Como fatos marcantes podemos destacar a Conferência de Durban de 2001, que foi a terceira contra o racismo, antecedida de duas outras, a de 1978

e 1983 e precedida pela Conferência de 2009. Todas, Conferência Mundial de iniciativa da Organização das Nações Unidas.

Sem dúvida, toda esta atmosfera influenciou as mudanças contempladas no Compromisso 2001, seus desdobramentos no tocante à atuação da mulher e a consequente ratificação, no último compromisso, que demarca território e relação de poder.

Com a complexidade das questões sociais, foi acrescentado à questão da mulher negra (gênero e raça), o item classe social, ante os índices de pobreza e desigualdade social expostos à família negra, que, em sua maioria, tem uma mulher à frente e na base de uma pirâmide, que sofre esta tripla discriminação, gênero, raça e classe social.

O foco em mulheres negras direciona a discussão ao enfrentamento de estruturas que privilegiam a branquitude e a masculinidade, resquícios de uma ideologia colonial, que influencia nos mecanismos de produção e reprodução de desigualdades, próprios da sociedade capitalista e que se manifestam e potencializam nos grupos vulnerabilizados, questões transversais e ou em suas múltiplas interseccionalidades, duplicando opressões.

Entender a importância deste documento, neste momento histórico, é a base de toda compreensão do que significa para a mulher do Rosário do século XXI este ato de pertença. Na verdade, é dar previsão legal, passando a ser de direito, a um comando que sempre existiu de fato.

Espelho da sociedade brasileira e da letargia de suas reparações, foram precisos quatro séculos para a Irmandade do Rosário dos Pretos ter na composição de sua Mesa Administrativa mulheres com cargos e funções de prestígio, antes limitada à Mesa de Honra, como condignas. Com a participação na Mesa, é comum mulheres negras à frente de cargos importantes, como de tesoureiro, a exemplo da composição atual, que tem à frente da tesouraria o trabalho de uma mulher.

Inserido inicialmente numa pauta de questões de raça, com o passar dos tempos percebeu-se que, pela falta de discussão de questões de gênero nos Movimentos Negros, mulheres negras passaram a questionar esta invisibilização e as práticas excludentes. Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que "enegrecer" a agenda do movimento feminista e "sexualizar" a do movimento

negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, reafirmação e reconhecimento.

Num Estado Democrático de Direito, qualquer discriminação seria algo não cogitável, ainda mais quando se tem um ordenamento pátrio com fundamentos cidadãos. Contudo, há um espaço abissal entre regramentos e justiça, direitos e cidadania, ou seja, regramentos não traduzem justiça, são letras frias, sem função social, da mesma forma que direitos não conduzem indivíduos ao exercício da cidadania plena.

Espaços ausentes de justiça, políticas sociais, cidadania, que convivem com a falta de efetividade de políticas públicas, que deveriam promover a igualdade de oportunidades, evitando ações discriminatórias de todas as ordens, as quais a mulher negra conhece bem.

Não obstante, as irmandades negras, no seu curso histórico, têm vivenciado experiências cidadãs, seja no fazer coletivo da atividade de ganho, da manutenção do conhecimento e da cultura ancestral, tornando-se também locus de organização da luta da mulher negra.

Um longo caminho, saindo inicialmente da condição de condignas com participação na Mesa de Honra e, depois, nos vários cargos na Mesa Administrativa, saindo de uma coadjuvância formal, para uma atuação nos planos formais e materiais.

Por sua vez, a mulher sempre empreendeu uma luta contra o racismo, atitudes preconceituosas e discriminantes, seja por raça ou gênero, ou pela luta por igualdade na inserção ao mercado de trabalho e às condições de trabalho. Nos dias atuais, o processo de inserção dessas mulheres nas Irmandades permite no direito à memória, a manutenção do viés ancestral, que possibilitou a unidade e a identidade Cultural no além-mar (expressão portuguesa referente às terras que ficam do outro lado do mar, no caso, oceano atlântico).

Reconhecem historicamente a sua luta e a luta do seu povo, além do quão necessário é caracterizar a resistência feminina nas múltiplas relações de poder, assim, segundo Conceição (2011, p.82):

Gênero pode e deve ser entendido como uma construção histórica das relações de poder entre homens e mulheres sem antes refutar as definições de masculino e feminino, colaborando-as numa base dicotômica, passa a variar conforme o tempo e a cultura, assumindo um caráter dialético sobre as relações sociais, nas quais se consideram aspectos individuais e coletivos nos locais onde atuam. (Conceição,

2011, p 82).

(...) O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos papéis de sexos ou a biologia reprodutiva de gênero sugerida. (Conceição, 2011, p. 82).

Na verdade, a história das mulheres negras nas Irmandades e fora delas desconstrói as narrativas elitistas e hegemônicas de uma passividade da mulher, particularmente da mulher negra, que enfrentou todas as atrocidades e violência de uma sociedade sob moldes patriarcais e de um passado recente escravocrata.

O processo de emancipação atual é o resultado de um processo de luta pelo reconhecimento, pela redistribuição e pela reafirmação, bem como, o enfrentamento das estruturas de poder que perpetuam projetos de dominação.

Vale ressaltar que a luta e resistência da mulher negra foram moldando de acordo à necessidade de reparação ou de se conceber políticas afirmativas de gênero e raça. Antes de apresentar considerações sobre o Compromisso de 2001, mister contextualizar o momento que o antecedeu, bem como os fatos que influenciaram algumas mudanças neste período e seus desdobramentos.

Nesta seara podemos citar a Conferência de Durban, um norteador para os Estados que assinaram o documento final, em termos de políticas públicas contra o racismo. Evento que viabilizou ferramentas para o combate às desigualdades construídas sócio historicamente, baseado na raça.

Cinco pontos importantes foram decididos a partir de Durban, consoante relatório da Conectas Direitos Humanos – 14/09/2021, num balanço após 20 anos da referida Conferência:

- 1) A ONU adota oficialmente o termo afrodescendente e deixa evidente que grupos específicos sofrem com o racismo e a discriminação.
- 2) A discriminação racial é abordada de um modo interseccional e transversal, ou seja, existe o reconhecimento de que as opressões de raça se articulam com gênero, localização geográfica, posição social e outros fatores.
- 3) Afirma que os Estados têm papel central no enfrentamento ao racismo e chama os países a desenvolverem políticas específicas para negros nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras.
- 4) Considera a escravidão e o tráfico de escravos crimes contra a humanidade e requer reparação histórica.
- 5) Introduce no âmbito global o antirracismo como fator central no desenvolvimento dos países; virada conceitual que ocorreu graças a ampla participação de ativistas, representantes da sociedade civil e especialistas, em especial do Brasil. (Conectas Direitos Humanos, 2021)

Alguns destaques após Durban: a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003, o Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a Lei de Cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras, sendo garantida, através da Lei Federal 12.711/2012, a reserva de 50% das vagas para este segmento da sociedade em todas as instituições federais de ensino superior, bem como, a Lei Federal 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e de cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Por fim, vale ressaltar a criação do Programa de Ações Afirmativas, impactando positivamente no quesito política externa brasileira.

As discriminações de raça e gênero são questões complexas e guardam ingerência em outras categorias, observando-se tratar de questões interseccionais e transversais como a migração, o meio ambiente, a religiosidade, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.

Como já referido, este Compromisso inaugura um novo milênio e surge num momento em que governo e sociedade discutiam ações afirmativas e nelas, questões de reparação e reconhecimento, inclusive de gênero e raça. Natural que movimentos externos, alterassem a nível interno no caso da Irmandade do Rosário do Pretos, seus regramentos relações institucionais.

Assim refere Piovesan (2008):

Além das ações afirmativas contarem com o sólido amparo jurídico das Convenções sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e contra a Mulher, ambas ratificadas pelo Brasil, a ordem jurídica nacional, gradativamente, passa a introduzir marcos legais com o objetivo de instituir políticas de ações afirmativas. (Piovesan F. p. 41, 2008)

O Compromisso de 2001 contemplou, pela primeira vez oficialmente, a participação de mulheres na Mesa Administrativa. A expressão oficialmente foi registrada pela irmã do Rosário “A. S.”, vez que a participação feminina há muito movimentava a Irmandade. Questão também já comentada em sua Dissertação em 2013, sob o título “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969 – 2001)”, ao referir o protagonismo da década de 1960.

Embora existam questionamentos, dilemas e tensões sobre a efetividade das referidas ações em 2012, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que as ações afirmativas são constitucionais, ressaltando a sua

importância na correção das desigualdades. O Estado brasileiro tem avançado nessa pauta, buscando redistribuição, reconhecimento e uma política inclusiva, ainda que haja muito por fazer.

Passados 20 (vinte) anos persistindo a necessidade de mitigar injustiças históricas de raça, gênero, classes sociais, dentre outras desigualdades, em 2023, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), conduzido pelo Ministério da Igualdade Racial, reativou a pauta e resgatou a valorização das políticas afirmativas e dos espaços de deliberação conjunta na gestão governamental.

Como produto, o GTI elaborou o relatório final do grupo de trabalho interministerial para a elaboração do novo programa federal de ações afirmativas (2023), ante a deficiência da gestão governamental e de políticas públicas, redefinindo as ações afirmativas, a saber:

As ações afirmativas são conceituadas de forma ampla pela literatura especializada, podendo a expressão se referir a diversas políticas públicas e privadas que têm por objetivo promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos a grupos sociais que são, ou foram, discriminados na sociedade ou encontram-se em situação de desigualdade (2023, p. 04).

(...) Esta proposição avança na incorporação dos princípios da transversalidade das políticas públicas e da interseccionalidade, sobretudo, de raça, etnia, gênero e deficiência, como objeto central das diretrizes e elaborações normativas do novo Programa (2023, p. 15).

Em seu livro políticas públicas e ações afirmativas, Fonseca (2008), observando a trajetória histórica de desigualdades no Brasil, revela que políticas públicas foram sempre implementadas de forma excludentes, preterindo negros e indígenas, e que as ações afirmativas vêm como forma de resgate da dignidade e autonomia aos excluídos. A política afirmativa surge, assim, como uma reparação, um reconhecimento e afirmação ante a invisibilidade segregadora, que deveria ser um remédio transitório e cada vez mais as ações afirmativas são necessárias para reparar as injustiças sociais e corrigir distorções históricas.

É certo que ainda não é o bastante para equalizar a balança das desigualdades, que terminam minando o exercício democrático da cidadania, mas são conquistas importantes para a mudança da realidade de mulheres negras na sociedade, assim como o Compromisso de 2001 inaugura uma nova era e é o resultado de enfrentamentos em 04 séculos de história, mas é também um diagnóstico dos movimentos recentes no bojo da sociedade e que poderia

resumir numa citação de Ângela Davis, “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Brasil | EL PAÍS Brasil-elpais.com, 2017).

É sempre um longo caminho aquele que se faz em busca de um direito, porque conquistas são processuais e não adeptas a atalhos. Com esta citação, encerra-se o entendimento de que, sob as contas do Rosário, mulheres em quatro séculos de história construíram cada degrau de suas conquistas, reverberando, a partir de sua história, um traçado de lutas, resistências, recuos, avanços, que efetivaram o protagonismo de sempre na Irmandade, agora de fato e direito, com a previsão legal do acento no Compromisso de 2001.

O que há de inovador no Compromisso de 2001 é o caráter inclusivo de mulheres na Mesa Administrativa de fato e de direito. Contudo não é o regramento que traz legitimidade e sim a função social, que se empreende ao dispositivo legal.

Atualmente a Irmandade está sob a égide do Compromisso de 2017, dividido em dois títulos, dez capítulos e 30 artigos, guardando conformidade aos Códigos de Direito Canônico, Direito Civil Brasileiro e Acordo Brasil Santa Sé.

O título I – Da Irmandade e seus afins apresenta os dados da Irmandade e seus objetivos, já o título II – Da Estrutura Organizacional da Irmandade traz a estrutura, critérios de admissão, direitos e deveres de seus confrades, a composição e competência da Mesa Administrativa, eleições, penalidades, receitas, despesas e patrimônio, além de disposições gerais, a saber:

TÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IRMANDADE

CAPÍTULO I Dos Órgãos Estruturais

Art. 3º - São Órgãos Estruturais da Irmandade:

- a) ASSEMBLEIA GERAL
- b) JUNTA DEFINITÓRIA
- c) MESA ADMINISTRATIVA
- d) CONSELHO FISCAL
- e) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
- f) COMISSÕES PERMANENTES

Parágrafo único – Os Órgãos referidos neste artigo têm atuações independentes e harmônicas entre si e as atribuições de cada um acham-se expressas no RI.

O referido regramento entrou em vigor após a homologação e chancela do Senhor Arcebispo Primaz Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger,

devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Salvador da Bahia.

A competência da Mesa Administrativa está no artigo 10, que dispõe sobre o cumprimento legal, a manutenção do culto ao Rosário e Santos católicos, bem como a manutenção da rede física (conservação estrutural), em consonância com Autoridade Eclesiástica e Serviço o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, obras e reparos nos imóveis da Irmandade, a exemplo do Cemitério Quinta dos Lázaros, administração do patrimônio, ingresso, sanções e desligamento dos irmãos, além de estabelecer o valor da joia. Também cabe à mesa, consoante dispositivo supra, mandar celebrar sufrágios na intenção dos irmãos e irmãs, como prática em respeito aos mortos e aos antepassados, manter a harmonia entre irmãos, promover eleições e designar após a eleição, a distribuição de cargos para o triênio (Cânon 309), apresentar relatórios gerenciais angariar donativos destinados à celebração das suas festas e iniciativas de incentivo ao culto da Santíssima Virgem do Rosário.

Cabe ainda à Mesa, autorização de despesas, aprovação de contas e balancetes mensais, prestação de contas e, após exame do Conselho Fiscal, dá ciência à Cúria Arquidiocesana, contratação e desligamento de empregados, além de concessão do Diploma de Membro Honorário, Irmão ou Irmã Benfeitor (a), além de instituir e conceber Medalhas da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, Irmandade dos Homens Pretos.

A Mesa Administrativa, parte da estrutura organizacional da Irmandade, hoje conta com a Sra. “C. P.” e a Sra. “M. M.”, ocupando cargos de importância e destaque, o que não significa ausência de tensionamento nas relações internas de poder na perspectiva de gênero.

O Sr. “A. N.” informou que essa composição feminina, não mais como condignas em Mesas de Honra, se deu a partir do Estatuto de 2001, após um longo período de preterição feminina nos cargos de comando ou significativo na hierarquia da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Neste ensejo, o Irmão “A.N.” lembrou que na história da Irmandade já houve momento em que o tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era branco, porque não se confiava no negro. Segundo ele “o fato de hoje termos uma mulher negra como tesoureira, é um avanço tanto no quesito raça como gênero”.

Vale ressaltar um aumento do número de mulheres na composição dos cargos na Mesa Administrativa. Atualmente, observamos na Mesa Administrativa uma maioria feminina na distribuição dos cargos, ou seja, dos 20 integrantes da Mesa Administrativa (contando com o Capelão), doze(12) são mulheres e oito(08) homens (um integrante do sexo masculino faleceu no curso do mandato e não foi substituído), o que significa maioria quantitativa. O cargo maior é assumido por um homem, mas cargos importantes como vice priora, tesoureira, procuradora geral, definidoras, têm a participação feminina.

No tocante ao ordenamento, cabe aos compromissos instituir o regramento, distribuir o poder entre os mesários e, ao mesmo tempo, oficializar o ato. Representatividade do poder presente neste estatuto e que não apenas determina a ordem política no Rosário, mas a dinâmica do poder interno da Irmandade, aqui tratado como o processo de governança.

Interessante ressaltar que providências têm sido adotadas para que novas eleições sejam realizadas, vez que o mandato da Mesa é de 3 anos, concluído em 29/10/2023, podendo prorrogar por mais 120 dias. Contudo, a permanência, desta Mesa Administrativa está albergada nas possibilidades prevista nos Cânones da Igreja.

Assim dispõe o CAPÍTULO V Da Eleição e Posse da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal, em seu art. 15, §1º e 2º, do Compromisso de 2017:

Art. 15º - As eleições dos integrantes da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral dar-se-ão observando-se este Compromisso e seu RI.

§ 1º - Os membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição por mais um triênio para o mesmo cargo. Todavia, a posse para tais cargos somente ocorrerá após a aprovação dos eleitos, total ou parcialmente, ouvido o Arcebispo Primaz.

§ 2º - Fica vedada a eleição para membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal em uma única chapa.

Como requisito de idade para concorrer e se manterem em cargos eletivos, assim dispões o parágrafo 3º e Único do Capítulo V, art. 15 e parágrafos 1º e 2º:

§ 3º - Ao Irmão ou Irmã que completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, ou que já o tenha completado quando do ingresso na Irmandade, será concedido o título de Irmão ou Irmã Emérito(a), que lhe confere o direito de renunciar, querendo, aos encargos e deveres estatutários e regimentais, mantidos todos os seus direitos e prerrogativas, exceto o de votar e ser votado para exercer cargos eletivos, podendo usar o habito e participar de representações, sempre juntamente com a Mesa Administrativa ou formalmente autorizado por essa, em eventos oficiais ou naqueles em que a Irmandade for convidada.

PARAGRAFO ÚNICO – Não tendo a Irmandade a possibilidade de cumprir o parágrafo anterior, solicitar-se-á ao Arcebispo autorização para manter seus Irmãos ou Irmãs acima de 75 anos em cargos eletivos.

O último compromisso (2017) mantém as mudanças na perspectiva de gênero, conferidas em 2001, sobretudo do direito à participação na Mesa e aos direitos e deveres também previstos (vide anexo).

Num registro de campo, a Irmã “A. S” comentou o tempo que a mulher do Rosário levou para participar de uma Mesa Administrativa e que a criação da Mesa de Honra através do Compromisso de 1900 foi um primeiro e significativo passo para as mudanças que estariam por vir, sob a condução de mulheres. Incrível que, após toda luta empreendida pela mulher, ainda se escuta na sociedade brasileira, comentários machistas do tipo: “quem mandou dar direito as mulheres? Agora aguenta”. Conclui.

2.3 Perspectiva sociopolítica - Mulheres de muitas lutas: Da Mesa de Honra a Mesa Administrativa.

Num poder paralelo à Mesa Administrativa, foi criada a Mesa de Honra como resultado das lutas pela participação político administrativa, na qual eram planejadas atividades, discutidos os problemas inerentes à Irmandade e apresentadas soluções em forma de ações a serem realizadas para angariar recursos financeiros, tanto para o sustento da Irmandade e de suas obras, quanto referente às festividades religiosas, assistência, compra de alforrias e até à construção e manutenção da Igreja do Rosário dos Pretos no Pelourinho. O auxílio financeiro através dos recursos com o ofício de ganhadeiras era muito importante, numa interação entre o social e o religioso.

Ao mencionar o paralelismo de poder, interessante contextualizá-lo e para tal, utilizarei a visão particular sobre o poder na ótica de Michel Foucault. Para ele, o poder é uma rede de relações, que envolve todos os indivíduos, vez que presente nas relações cotidianas. Não pode ser localizado em uma Instituição ou Estado, até porque não é algo que se conhece de modo óbvio. O poder é subjetivo, indeterminado, mas exerce controle, regulando várias dimensões da existência humana.

Em toda perspectiva histórica da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos no Pelourinho, em Salvador - Ba, o poder está nas relações, não na Instituição ou em alguém que a represente, posto que flutuante e penetrante como micro poderes. O maior desafio da Mesa de Honra foi coexistir e sobrepor-se a atitudes machistas da Mesa Administrativa, romper com o silêncio e a interlocução, inicialmente albergada em reuniões de Junta, até participar da Mesa Administrativa sem inviabilizar a continuidade da Mesa de Honra e da atuação destacada em ambas.

Foi um processo paralelo e longo para empreender o poder feminino na Irmandade do Rosário. Muitas foram as inquietações no interior da Irmandade que moveram mulheres e homens por mais de três séculos, sobretudo a não participação das mulheres nos cargos administrativos nas Mesas Administrativas, registrada nas várias edições do Compromisso, até o ano de 1949, que traz a Mesa de Honra.

O Compromisso de 1949 (Capítulo II, Art.4), no que se refere à Administração da Ordem, traz a proibição de mulheres na Mesa Administrativa, os cargos masculinos e a condição de condignas às mulheres, na referida Mesa de Honra, assim descrito:

A ordem será administrada por uma Mesa composta dos seguintes membros: 1 Prior, 1 Vice - Prior, 1 secretário, 1 tesoureiro, 1 procurador Geral, 1 Vigário de Culto, 1 Mestre de Noviços e 8 definidores. Além destes, haverá uma priora, uma Vice-Piora, uma Mestra de Noviças, uma Visitadora, uma Zeladora, uma Procuradora e oito Condignas, que não tomarão parte na Administração da Ordem (Compromisso da V. O. T. Irmandade do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, 1949, Capítulo II Artigo 4) .

Contudo, estudos mostram que, em outros estados como São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, as mulheres já exerciam cargos na Mesa Administrativa na função de escritãs, conforme registro de que “é importante destacar a presença das mulheres, que participavam da mesa administrativa, exercendo inclusive a função de escritã” (Quintão, 2010, p.9). Ressalta Santana (2013, p 21) “não ter ocorrido na Irmandade estudada” (a do Rosário dos Pretos-Pelourinho-SSA-BA).

Em relação ao registro da Mesa de Honra, sobre as atividades das mulheres negras Rosarianas, assim refere Santana (2013, P.8):

Estamos nos referindo apenas, ao final dos anos 1960 para cá quando foram registradas as atividades desenvolvidas pelas Mesas de Honra. Imaginemos os mais de três séculos nos quais o sexismo e o

machismo impediram que fossem registradas as ações dessas mulheres. A primeira forma de participação das mulheres no poder administrativo da Irmandade foi a Mesa Administrativa admitir que a Priora desse seu relato nas reuniões de Mesa. Isso ocorreu em 05 de outubro de 1969, antes apenas anotavam suas deliberações e entregavam a um membro da Mesa Administrativa que repassava na reunião (Santana, A. 2013, P. 8).

Segundo membros da Irmandade, antes de sua Mesa Administrativa ter mulheres em sua composição, o papel da mulher na Irmandade do Rosário dos Pretos sempre foi importante e com um poder de influenciar as decisões. Por três séculos, mulheres negras do Rosário empreenderam lutas e resistências internas, a fim de dividir o Poder na Mesa Administrativa, vez que, não participando de sua composição, exerciam um poder administrativo paralelo e simbólico.

Entre os séculos XVII e XIX (entre 1685 e 1879), as mulheres ocupavam os cargos de juízas, procuradoras e mordomas de festa. Consoante Reginaldo (2011) “nesses cargos, as “juízas e procuradoras”, suas atribuições, eram frequentemente, relacionadas ao cuidado com os altares, andores e imagens, bem como a arrecadação periódica na forma de peditórios semanais” (Reginaldo, 2011, p.183).

Neste período revezavam suas atividades entre a organização do culto ao padroado e festas aos santos de devoção, angariando recursos destinados à edificação do templo, prestando assistência e visitas aos doentes, além de realizar o levantamento das necessidades, dando conhecimento à Mesa Administrativa, mesmo sem o mencionado poder de administrar, vez que a participação feminina não estava registrada no Compromisso. E, ainda conforme esta autora, “embora suas atribuições se distanciassem das instâncias decisórias mais importantes, eram essenciais nas correlações de forças dos grupos em disputa” (Reginaldo, 2011, p.183).

Nos séculos XVII e XVIII, devido ao modelo patriarcal de sociedade, o acesso aos cargos era voltado ao sexo masculino, o que não se aplica nos séculos XX e XXI, com as transformações ocorridas na Sociedade e que, de certa forma, tem acirrado o tensionamento nas relações internas, após romper o silêncio e a invisibilidade imposta às mulheres e que hoje se percebe como construções sociais.

Na Irmandade do Rosário, o poder da mulher tem a ver com o legado e a

contribuição dessas mulheres negras brasileiras no curso histórico e na conformação do processo civilizatório africano brasileiro. Nas múltiplas formas de ser e estar no mundo, bem como todo processo de reconstrução de uma cidadania cultural, no curso histórico, esta passa sem reconhecimento, sem igualdade na redistribuição da renda, mesmo muitas sendo responsáveis pelo sustento familiar.

Segundo Carneiro (1985):

Não participam do processo produtivo em igualdade de condições com os homens brancos, negros, amarelos e mulheres brancas, amarelas, situando-se na base da hierarquia social, penalizadas em relação às oportunidades na estrutura ocupacional (Carneiro; Santos; Costa, 1985, p.8).

Entendemos o papel preponderante das Irmandades Negras no resgate à memória, bem como da oralidade, no repasse do conhecimento ancestral. Teve na ação da mulher uma forma de manter a transmissão de suas memórias e o repasse do conhecimento ancestral para diferentes gerações de descendentes na diáspora negra. No Rosário dos Pretos do Pelourinho, esta memória é reinventada através dos laços comunais e ancestrais, mantida por gerações.

O objetivo era a devoção e o culto a Nossa Senhora, numa ação religiosa e assistencial, na prática de empréstimo e auxílios financeiros, doações e compra de alforria para os irmãos escravizados, além da realização de funerais e missas aos mortos, numa ação assistencial e, por fim, a ação cultural com o resgate da memória e conhecimento ancestral.

A partir do trabalho de ganho na comercialização de alimentos, representavam segmentos mais baixos da Sociedade, unidas sob o mesmo estigma e o compromisso de sustento da casa e criação dos filhos sozinhas.

Segundo Lessa (2005):

Quanto ao estado civil eram chamadas de raparigas, significando mulheres solteiras com filhos, muitas eram amasiadas e algumas com pessoas ilustres da cidade, o termo era usado para as mulheres que tinham filhos, mas não eram casadas. Por isso a festa das Irmandades era conhecida como as festas das raparigas. (Lessa, 2005, p. 90).

As Irmandades Negras sempre foram lócus de organização da luta da mulher negra, que desde cedo entendeu que a sua luta é coletiva e a sua inserção lhe permite visibilidade e a busca por melhores condições de existência. Através das Irmandades e do trabalho realizado, estabeleceu um diálogo com a Igreja Católica.

Em todo processo sócio - histórico a mulher sempre empreendeu uma luta contra o racismo e suas manifestações através do preconceito e da discriminação racial e de gênero. Atualmente, o processo de inserção dessas mulheres nas Irmandades permite, no direito à memória, a manutenção do viés ancestral, que possibilitou a unidade e a identidade cultural no além-mar.

Reconhecem historicamente a sua luta e a do seu povo, além do quão necessário é caracterizar a resistência feminina nas múltiplas relações de poder e na construção histórica vinculada à perspectiva do gênero, dentre outras questões igualmente complexas.

Para Conceição (2011, p.82):

Gênero pode e deve ser entendido como uma construção histórica das relações de poder entre homens e mulheres sem antes refutar as definições de masculino e feminino, colaborando-as numa base dicotômica, passa avariar conforme o tempo e a cultura, assumindo um caráter dialético sobre as relações sociais, nas quais se consideram aspectos individuais e coletivos nos locais onde atuam. (Conceição, 2011, p 82).

(...) O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos papéis de sexos ou a biologia reprodutiva de gênero sugerida. (Conceição, 2011, p. 82).

Na verdade, a história das mulheres negras nas Irmandades e fora delas desconstrói as narrativas elitistas e hegemônicas de uma passividade da mulher, particularmente a mulher negra, que enfrentou todas as atrocidades e violência de uma sociedade sob moldes patriarcais e de um passado recente escravocrata, que a via como serviçal, tanto no trabalho braçal nas lavouras, como no trabalho doméstico.

Segundo Carneiro (2020):

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de armação de superioridade do vencedor (Carneiro, 2020).

O estágio atual é o resultado de um processo de luta pelo reconhecimento, pela redistribuição e pela reafirmação, bem como, o enfrentamento das estruturas de poder que perpetuam projetos de dominação. Este processo de vivenciar o poder oportuniza mulheres a refletir criticamente sobre as suas histórias, resistência e lutas no interior da Irmandade, de qualquer instituição ou de uma forma ampliada, na própria sociedade, por equidade estrutural, seja no

exercício do poder administrativo, contra o machismo, a invisibilidade a que estão sujeitas, do sexismo e do próprio racismo.

São poderes estruturais, perpassam as relações sociais, econômicas, política presentes nas instituições, na sociedade e reproduzem as formas estigmatizantes, inclusive no modo de produção capitalista, independente qualquer parâmetro de tempo e espaço.

Nos primeiros compromissos, a não participação da mulher na Mesa Administrativa pode ser pensada como algo natural, por conta do modelo de sociedade à época e ligado à qualidade de sexo, atribuído ao gênero feminino, o que não significa aceitação passiva das mulheres, observando a realidade de cada momento histórico. Como condignas, participavam de uma mesa de honra e segundo Soares (2006):

Os cargos de decisão e também consultivos eram distribuídos entre os homens na Mesa Administrativa: Prior, Vice Prior, Tesoureiro, Secretário, Procurador Geral, Mestre de Noviços, Vigário de Culto e oito Definidores. Elas ocupavam os mesmos cargos sem poder administrar.

Apenas em 2001, as mulheres passaram a ter assento nas Mesas Administrativas. Na verdade, a participação, antes de fato, passa a ser também de direito. Participar na mesa de honra como condignas aprimorou a atuação num fazer coletivo, voltado a interesses também coletivos.

As conquistas registradas a partir do Compromisso de 2001 tiveram como aliados o sentimento de pertencimento, o conhecimento ancestral e objetivos comuns, que irmanam os participantes de ambas as mesas. A identidade racial tem muito da história de vida de cada Irmão do Rosário, que conduz a uma busca por reconhecimento. Segundo Irmãos do Rosário, como “C. P.”, questões de identidade e gênero são pontos atuais de pauta e gestão da Mesa Administrativa, que refletem as construções sociopolíticas e culturais em torno de ambos, além da efetividade de uma política interna, que confira, no âmbito da governança, uma consciência coletiva, democrática e facilitadora das mudanças.

De 1685 até então, homens negros e mulheres negras se articularam para reconstruir a memória e a identidade do povo negro, através da preservação do patrimônio material e imaterial, da cultura e todo conhecimento repassado, seja pela oralidade ou pela escrita.

Entre os anos de 2001 e 2024, percebe-se que questões de identidade de raça e gênero na Sociedade e na Irmandade têm menos a ver com leis postas, sem função social, do que com o diálogo, negociação e busca por condutas emancipatórias e cidadãs nas relações sociais existentes, conferir reparações e reconhecimento num Estado Democrático de Direito, que se comporta com resquício de colonialidade, apesar dos discursos decoloniais e fundamentos democráticos dispostos no texto constitucional.

Colonialidade enquanto um fenômeno amplo, permanente e sempre atual, nuance de um projeto de dominação, que se materializa na modernidade ocidental. Matriz de poder, com reflexos na sociedade, instituição e nas relações sociais, impactando na história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nos seus Compromissos e numa governança ancestral, que ultrapassa tempo e espaço.

CAPÍTULO III - MULHERES NEGRAS EM REDE DE RELAÇÕES: O ETHOS QUILOMBISTA DA ATUAÇÃO COLETIVA

3.1 Mulheres do Rosário desconstruindo o mito da fragilidade feminina

Mulher negra tem que ter nome e sobrenome,
senão o sistema põe o nome que quiser.
(Lélia Gonzalez)

Este capítulo traz, inicialmente, uma conceituação contextual do que é ser mulher negra na sociedade brasileira atual, como resultado de um processo estrutural excludente, que privilegiou o patriarcado na primazia do gênero masculino e uma política eugênica e racista, tendo a branquitude como modelo.

A este respeito será citado Carneiro (2003), que faz uma reflexão acerca do mito da fragilidade feminina, forjada por uma sociedade machista, que fundou bases numa pseudoproteção paternalista dos homens sobre as mulheres brancas, já que, no discurso clássico da opressão à mulher, as mulheres negras não são reconhecidas em suas lutas e experiência histórica vividas.

Carneiro (2003) traz uma reflexão sobre o mito da fragilidade feminina, vez que este se refere à mulher branca, já que a mulher negra escravizada e, depois, invisibilizada não caberia no discurso clássico da opressão à mulher, vez que nunca foi tratada como frágil, também não reconhecida em suas lutas e resistência empreendida e, assim, duplamente estigmatizada, nos componentes gênero e raça.

Assim refere Carneiro (2003):

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (2003, p. 50).

Se a mulher negra não conhece a falsa proteção desta família patriarcal, ela não se submete às suas regras de convivência e submissão, até porque, como escravas, ganhadeiras, quituteiras ou prostitutas, parafraseando Carneiro (2003) na citação supra, a referida fragilidade não as caracteriza. Estar na contramão do poder, neste contexto, é o não reconhecimento do patriarcado como modelo, tampouco do mito de uma fragilidade imposta por uma sociedade machista.

A experiência colonizadora, aqui no Brasil, igualou homens e mulheres oriundos do continente africano, a realizar um trabalho escravo nas lavouras, nas casas grandes, nos trabalhos de ganho e serviço informal de rua. Desta forma, questiona-se a qual mulher se refere quando trata do mito da fragilidade feminina, vez que a mulher negra escravizada nunca foi tratada como frágil, mas duplamente estigmatizada nos componentes gênero e raça?

Esta questão do mito é complexa e polêmica, pois rotular ou diminuir a capacidade física da mulher em relação ao sexo oposto é uma atitude pensada para mensurar por baixo a sua capacidade mental, isto se reproduz nas relações sociais de produção, tirando da mulher oportunidades e tratamento igual.

Fisicamente, o ser humano, independente do sexo, nasce com a mesma capacidade vital, os estigmas são resultantes de manobras preconceituosas, que mantiveram mulheres afastadas de oportunidades equivalentes às reservadas aos homens. Inúmeras questões poderiam desdobrar, mas fragilidade não é condição do sexo feminino, é outra criação do sistema, por isto que tratado como mito.

Dowling (2001), o mesmo autor de complexo de cinderela, em o “Mito da Fragilidade” traz o dado de que “as mulheres não se exercitam tanto quanto os homens com medo de parecerem muito fortes e masculinizadas e, assim, serem desprezadas pelos parceiros ou pretendentes”.

É comum ouvir, na mídia, frases de efeito como “lugar de mulher é onde ela quer estar”, mas a realidade denuncia uma invisibilidade de desigualdade de gênero, acrescido quando à questão gênero se soma a raça. Ora, se o papel da mulher branca na sociedade brasileira difere do papel da mulher negra, de certo que o “lugar de querer estar” de ambas também tem disparidades.

Numa sociedade pautada na discriminação por gênero e raça, a mulher negra tem um ativismo pautado em questões de reparação e reconhecimento, próprias também ao movimento negro, na intersecção dos fatores gênero, raça e classe social, minimizados, mas não ignorados por um sistema político excludente e pouco democrático.

Assim, em meio às inúmeras transformações sociais ocorridas nos últimos tempos, a discussão em torno do papel atual da mulher na sociedade brasileira guarda resquícios de um sistema social desigual e excludente. Isto remete à

constatação de que este papel reformula e duplica em termos de desigualdades, quando impostas às mulheres negras, enquanto fenômeno sociológico.

Existem construções sociais em torno da masculinidade, que associam o termo a machismo, violência, danos físicos e mentais sobretudo às mulheres, que comprometem a sua saúde, embora seja uma construção social, ligada a um conjunto de comportamentos, atributos e papéis designados a homens e meninos (OPAS, 2019). A Organização Panamericana da Saúde - OPAS e a Organização Mundial da Saúde - OMS (2019) reconhecem como masculinidade tóxica, que vem aumentando, vitimando um maior número de mulheres, dizimando famílias, a saber:

O resumo executivo do relatório “Masculinidades e saúde na região das Américas” (disponível em [espanhol](#) e [inglês](#)) destaca que as expectativas sociais dos homens de serem provedores de suas famílias, terem condutas de risco, serem sexualmente dominantes e evitarem discutir suas emoções ou procurar ajuda – comportamentos comumente referidos como “masculinidade tóxica” – estão contribuindo para maiores taxas de suicídio, homicídio, vícios e acidentes de trânsito, bem como doenças crônicas não transmissíveis (OPAS/OEA, 2019).

A ideia de masculinidade é uma construção social a partir de um conjunto de comportamentos e atributos direcionado a homens e meninos, inicialmente aprendidos na infância e adolescência, no convívio familiar, enquanto o machismo define atitude ou comportamento que se opõe à igualdade de direitos entre os gêneros, incita à violência, se apropria de privilégios e desrespeita direitos alheios, inclusive em ambientes não familiar. Segundo Minayo (2022):

Com base na oralidade masculina, têm-se os elementos constitutivos da masculinidade que lhes foram ensinados na infância e adolescência e reproduzidos na violência conjugal, conformando uma mentalidade que naturaliza a infidelidade, supervaloriza o trabalho, obriga a provisão familiar pelo homem e lhes confere o direito de impor normas, regras e de ter poder sobre a mulher. É claro que o machismo não se contenta com a intimidade doméstica, ele transborda para o ambiente de trabalho, a política, a cultura e o conjunto das relações sociais (Minayo, 2022, p.1).

Se a este condicionante gênero, acrescenta-se o de raça, fatores institucionais são também acrescentados e, desta forma, as normas, os discursos políticos, as ações, desvirtuam tanto conceitos de governabilidade, como de governança. Cada vez mais o Estado se torna competentíssimo na sua ausência, nos seus projetos de poder e as questões sociais, como desigualdades de todas

as ordens, inclusive de gênero e raça supramencionados, ganham complexidade.

Embora assumindo historicamente uma coadjuvância informal, a presença de mulheres sempre foi notada e requisitada no interior da Irmandade, participando da Mesa de Honra, como condigna, brecha utilizada até o Compromisso de 2001, quando, pela primeira vez, em quatro séculos de história, passou a fazer parte como membro da Mesa Administrativa.

Esta coadjuvância informal, muito se deveu à existência em diferentes períodos históricos de um modelo patriarcal de sociedade, que fomenta desigualdade de gênero, vez que, nas relações sociais de produção, ao homem sempre coube direitos e privilégios alheios à mulher.

Na Sociedade Patriarcal, a incapacidade atribuída à mulher passa a ser uma justificativa do mercado para as oportunidades serem maiores para os homens. Como no poema de Conceição Evaristo, “sem voz ou vez numa sociedade assumidamente patriarcal, desigual e discriminatória, como numa viagem, partindo de um projeto de colonialidade até um revide da ressonância do eco da vida-liberdade, num novo traçado decolonial”. (Evaristo,2021, p. 24-25).

A Revolução Industrial do século XVIII determinou a presença de mulheres e a prole em condições inferiores, o que levou à luta por direitos equivalentes. No Brasil, a abolição da escravatura, no século XIX, aumentou o número de mulheres negras no trabalho de ganho, como quituteiras ou por falta de qualificação, muitas foram levadas ao trabalho doméstico e outras, à prostituição. Depois, o sistema capitalista e a consequente desigualdade de classe e falta de uma política efetiva de distribuição de rendas, as colocaram nas cozinhas das famílias e a área de serviço e o quarto de empregada continuaram sendo, nos séculos XX e XXI, as suas senzalas.

A este respeito Gonzalez (2020) traz uma análise das intersecções entre capitalismo e racismo, que termina privilegiando no mercado de trabalho homens e mulheres brancas, enquanto a população negra, mesmo num momento ascendente da economia brasileira, definido como milagre econômico, a população negra teve empregos menos qualificados, mal remunerados, denunciando que mesmo brancos pobres tiveram benefícios com a exploração da mão de obra negra.

Ainda hoje, o mercado estigmatiza em termos de acesso as pessoas negras, sob um falso critério de “boa aparência”, que Gonzalez (2020) afirma que o significado é: “só aceitamos pessoas brancas”. Uma forma desigual de acesso ao mercado de trabalho, onde os filhos das famílias brancas se capacitam e ingressam mais tardiamente e com melhores remunerações, enquanto os filhos das famílias negras ingressam precocemente num mercado informal, com baixa remuneração e poucas condições de se capacitarem.

Por outro lado, uma economia informal pode evoluir num negócio lucrativo e agregar toda família. O trabalho de mulheres empreendedoras, por exemplo, tem tornado possíveis negócios familiares rentáveis, sobretudo no vestuário, artesanato, prestação de serviços e alimentação.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entidade privada que atua na promoção do desenvolvimento sustentável e da competitividade das micro e pequenas empresas, as mulheres representam 47% das empreendedoras no Brasil. Renata Malheiros, coordenadora do SEBRAE “DELAS”, num comparativo entre cenários de empreendedorismo feminino, afirma que a situação diferencia quando se trata de mulher negra, a saber:

Hoje, no Brasil, as mulheres empreendedoras são cerca de 16% mais escolarizadas, mas faturam 16% a menos do que as empresas chefiadas por homens. Além de outros fatores, quando fazemos um recorte por raça, vemos que as mulheres negras dedicam 7% a menos de horas do que as mulheres brancas. Há claramente uma sobrecarga de trabalho doméstico sobre elas (ASN Nacional, 2024).

Ao longo da história, a mobilidade destas mulheres, pelo saber ancestral e direito à memória, foi o necessário e responsável para construir estratégias de resistência e de organização política institucional, mas não suficientemente reconhecido como poder e força de transformação social para a Sociedade como um todo e em muitas instituições acadêmicas de forma específica.

Muitas delas, as “forasteiras de dentro” (Collins, 2016), em sua trajetória histórica, passaram a pertencer, em suas lutas, a vários grupos de intelectuais, integrando vertentes do feminismo negro e dos feminismos na América Latina, através do pensamento crítico e engajamento de intelectuais, como Maria Firmina dos Reis, Carolina de Jesus, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene. Mulheres que vêm colaborando para a reflexão sobre o que é ser mulher negra, através dos seus

trabalhos, contribuindo para o discurso sociológico contemporâneo no Brasil, capaz de, aí sim, entender o papel da mulher nesta sociedade, se é o de repetir velhos modelos, obedecer ou transgredir.

A expressão inglesa “outsider within” (forasteira de dentro) da socióloga Patrícia Hill Collins foi usada pela autora “para descrever posição de mulheres negras em espaços dominados por grupos de outras etnias”. Atribuo a expressão para descrever a posição das mulheres negras em situação de estrangeiras em espaços de grupos dominantes, poderes desiguais e em posição de inferioridade e de marginalização.

O peso maior nos trabalhos destas autoras é a divulgação do conhecimento ancestral como mulheres negras, possibilitando a reflexão da relação sócio-histórica entre a violência sofrida e a resistência das mulheres negras escravizadas aqui na América e sua descendência, em diferentes momentos históricos, seja no sistema escravocrata do Brasil Colônia e Império ou sob a égide de um Estado Democrático de Direito, nos espaços públicos e ou privados da República.

A este respeito, a socióloga Patricia Hill Collins afirma que a epistemologia gestada pelas mulheres afro-americanas, em conjunto, assegura a legitimidade da sua teoria social crítica por abranger três distinções; (I) as mulheres negras como coletividade marcada por opressões interseccionais agenciam a sua própria autodefinição e (II) reagem coletivamente ou individualmente ao sistema de dominação patriarcal, heterossexista e racista; (III) elaboram respostas diferentes a desafios comuns. (Collins, 2019).

Outrossim, Lélia Gonzalez (1981) traz a presença majoritária das mulheres em lideranças dos movimentos organizados e o poder destas, de enxergar a sociedade não apenas como estratégia de exploração de classe, mas como uma organização racista e sexista. Segundo Gonzalez (1985) o campo de visão como mulheres negras é ampliado e se dá como resultado das experiências e vivências destas, em sua maioria, marcadas por questões referentes a raça e gênero. As experiências destas mulheres negras em suas trajetórias históricas convergem ao racismo e ao sexismo.

Retomando a questão inicial, qual o lugar de uma mulher negra numa sociedade de formação racial e sexista? Segundo Lélia Gonzalez, a mulher negra sofre uma tripla discriminação, ou seja, de raça, gênero e desigualdades

históricas advindas das lutas de classe. González (1982) considera não ser uma tarefa fácil no Brasil, com estigmas enraizados no processo histórico e na realidade do povo brasileiro, a saber:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (González, 1982: 97)

Num contexto de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis, a equação é simples, soma-se à classificação racial, questões subjetivas de gênero e a ambas, as diferenças abissais do processo sócio-histórico e das relações sociais de produção e, assim, temos como resultado uma sociedade desigual, sobretudo para mulheres negras.

Considerando as variáveis de tempo e espaço, o contexto e uma variedade de fatores sociais e culturais, observa-se que traços associados à feminilidade como gentileza ou fragilidade, cederam lugar a outros traços, destacando a força, perspicácia, determinação, a resistência e luta.

Contextos excludentes que se alternam num curso histórico entre dominantes e dominados, onde a mulher negra sofreu e ainda sofre violência de gênero e raça, seja ocupando postos de trabalhos precarizados ou residindo nas periferias e favelas do país, como o habitat ou o lócus natural, em que esta mulher negra está sujeita, inclusive à violência doméstica, sendo muitas vezes responsável pelo seu sustento e da prole. A genealogia familiar tem mães como responsáveis pelo núcleo familiar e pais desconhecidos.

A exclusão e desigualdade no Brasil é um processo histórico, que funda na exploração de classe e na discriminação racial, impactando negativamente a população à margem do processo e das relações sociais de produção e, de forma ainda mais estigmatizada, a mulher negra, pobre, subalternizada e periférica. Aqui, além do racismo estrutural, a vulnerabilidade socioeconômica, pelo não acesso a bens e serviços, se revela numa desigualdade histórica da classe, do gênero e da raça.

Situação supramencionada, retratada amiúde no livro “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” de Carolina de Jesus (1960, primeira publicação), um diário de sua luta como mulher negra, mãe solteira, vivendo em condições sub-humanas na Favela do Canindé, retirando do lixão seu sustento e o da sua

família (três filhos), portanto, trabalho informal, sem vínculo empregatício.

Quantas Carolinas de Jesus existem na nossa Sociedade, invisibilizadas, desassistidas, privadas de direitos, acessos a bens e serviços, justiça e cidadania? A história se repete em novos contextos, ou seja, mulheres responsáveis pelo seu sustento e da família, oportunidades reduzidas pela qualidade da cor, do sexo e da classe social, triplamente contraindicada a voz e vez.

Romper com esta situação requer uma rede de informações, ações e organizações coletivas e a inserção em movimentos sociais, como o sem-terra, sem teto e “sem tudo” ou do movimento negro, de forma específica, que, cada vez mais, pela maioria de mulheres participantes e pelas pautas discutidas envolvendo gênero e raça, terminam sendo movimentos de mulheres ou mulheres em movimento, parafraseando Lélia Gonzalez. “Romper com hegemonias é uma maneira de nos reafirmarmos, enquanto sujeitas que falamos, enquanto locutoras que podem ser ouvidas. Por uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial, uma epistemologia situada, que emerge da América Ladina” (Gonzalez, 1988).

Numa sociedade pautada na exclusão, a mulher negra tem um ativismo invisibilizado, vez que carece aos movimentos sociais a intersecção dos fatores gênero, raça e classe social, minimizando e ignorando que a luta pela sobrevivência do grupo é tão importante quanto os enfrentamentos no bojo das relações travadas com o poder institucional.

Poderia bastar ser mulher, mas a massificação do termo mulher negra, desumaniza, invisibiliza e desloca sua natureza humana, sua personalidade, para um personagem de um sistema que vem fazendo da mulher negra um palanque sociopolítico em disputa aberta, um ser coisificado pelo patriarcado capitalista. (Berth, Joice, Redação Nós, 2023).

Segundo BERTH (2023):

Ser mulher negra no mundo de hoje é ter consciência de que mulher negra é um lugar que nos colocaram, mas, que podemos e devemos sair em busca de nosso autoconhecimento e autoestima. Ser mulher negra não é maior que ser pessoa, ser humana, com todas as luzes e sombras que isso significa (Berth, 2023).

Assim atribui ser o sistema raci-machista o responsável pelas etiquetas de “mulher” e “negra” e que a sociedade as quer utilitárias. Ainda parafraseando

Berth (2023), “o racismo e o sexismo contemporâneos criaram o espantalho “mulher negra” e nos venderam que isso é uma coisa boa, barganhando a aceitação que erroneamente buscamos. O bom é ser respeitada como pessoa, sem rótulos ou cabrestos de nenhuma espécie”(Berth, Nós, 2023).

Desta forma, ser mulher negra é sofrer e estar exposta a todo tipo de violência de gênero e raça, resquício do já referido processo sócio-histórico, mas é também luta e resistência contra a opressão que, ao longo do tempo, tem se tornado menos física e mais mental. É ser detentora de um conhecimento ancestral transformador, capaz de provocar a mudança, colocando-se em movimento e na contramão das relações de poderes.

Demanda, por conseguinte, um posicionamento sociopolítico, uma postura vigilante e ao mesmo tempo romper o silêncio, os rótulos, a desumanização e se apriorar de práticas decoloniais, posicionamento e um discurso afro centrado, rompendo, inclusive, com as epistemes que privilegiam o gênero masculino e a branquitude.

Quando às relações raciais são acrescidas também relações de gênero e de classe social, deparamo-nos com a realidade de mulheres negras que foram, no curso histórico, triplamente discriminadas, rotuladas pela sociedade patriarcal como transgressoras da moral e dos costumes, responsáveis pela cobiça masculina, ao balançar sensual dos seus corpos, equilibrando seus tabuleiros, aventurando-se no trabalho de ganho.

Fomenta o rótulo racista, sexista e ultrajante do corpo negro ser ligado à sexualidade, discriminações, presentes em diferentes momentos da trajetória histórica do povo negro e é também uma manifestação do mesmo fenômeno da colonialidade, que introduziu a classificação racial e outros estigmas, que requerem reparos em termos de políticas efetivas, emancipadoras e cidadãs.

Segundo Carneiro (2020):

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de armação de superioridade do vencedor (Carneiro, 2020).

Ainda hoje, seja no mercado de trabalho, no bojo da sociedade, na convivência diária, a mulher negra sofre a discriminação por raça e gênero e, nos confrontos, se posiciona na contramão das relações de poder. O

empoderamento feminino negro nesta sociedade de castas, sempre foi taxado como uma ameaça aos privilégios postulados à branquitude e ao homem.

Assim, ao questionar a irmã do Rosário Sr.^a “L. A.”, o papel da mulher negra na sociedade brasileira atual, respondeu: “ser mulher nesta sociedade onde homem é quem manda, mas quem tem mais deveres e obrigações são as mulheres, é ter consciência deste processo desigual”. Em seguida, ao ser indagada sobre o que é ser mulher negra, relativizando a complexidade do questionamento, resumiu sabiamente em duas palavras: “orgulho de pertencimento” e, sobre o que é ser mulher da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, assim definiu: “Ser mulher do Rosário é ter orgulho de participar de uma Irmandade que historicamente vem atuando e se posicionando pela luta e resistência a favor do povo negro”.

A fala da Sra. “L. A.” revela a construção sócio-histórica do gênero feminino, que está presente na sociedade e nas instituições, nas relações sociais, inclusive no interior da própria Irmandade e que Evaristo (2008) perfila num modelo de sociedade que invisibiliza, silencia e limita o direito à cidadania, que parte de um projeto de colonialidade, mas, no curso da viagem, o revide é possível e chega num novo traçado decolonial.

Romper com estas estruturas de poder tem sido uma realidade das mulheres negras, que organizam sua resistência em redes de apoio e movimentos, como o próprio Movimento Negro, cuja pauta de trabalho ultrapassa 50% dos demais problemas tratados.

3.2 Relações de poder sob a perspectiva do duplo pertencimento: Mulheres de fé - o diferencial na religiosidade

Relações de poder sempre existiram no bojo da sociedade e, embora hoje a atuação das mulheres negras ainda sofra represálias e certo constrangimento, muito evoluiu. A religiosidade, em todo momento histórico, foi utilizada para amenizar, aquietar e conformar posições ou situações antagônicas, próprio das referidas relações de dominação do forte contra o fraco, do dominante sobre o dominado, seja pela força física ou ideologia.

Da religiosidade europeia vem o catolicismo, o culto ao padroado e os santos católicos da devoção do povo brasileiro, bem como a organização e

realização de festas religiosas e a família sob modelo e condução do patriarcado. A Igreja Católica, como instituição de poder, colocou-se no Brasil Colônia a serviço de um Projeto de Dominação, dividindo com o Estado o poder político e reproduzindo relações desiguais, muito embora, num determinado momento, numa sociedade escravocrata, as Irmandades Negras, sob modelo das Confrarias Portuguesas, funcionaram como único espaço de inclusão.

Já da religiosidade africana vem a reverência a Alá, que representa o supremo, o Deus do Islão, pertencente à religião abraâmica, aos Orixás, divindades africanas da religião iorubá, que personificam forças da natureza, a organização e realização das festas populares, iniciadas com a lavagem pelos escravos das Igrejas, adros e escadarias, após as festas dos padroeiros e santos católicos. Nas religiões de matriz africana é comum a liderança feminina na condução espiritual como o candomblé, que nos terreiros possui Mães de Santo, responsáveis por todos os filhos.

Para os Irmãos do Rosário, nas Irmandades Negras fundadas na fé católica, no formato das confrarias portuguesas, as mulheres negras tiveram que travar sua luta histórica para pertencer à Mesa Administrativa, diferente do candomblé, onde há notória participação da mulher, considerado como uma religião feminina, como também um diferencial na religiosidade.

Poderíamos questionar se a dupla pertença para as mulheres não foi um habilitador no quesito enfrentamento, para empreender, no interior da Irmandade, as mudanças nas relações de poder na perspectiva de gênero? De certo que sim, um alicerce de base ancestral, capaz de permitir a mudança e capacitá-las ao seu exercício.

A dupla pertença religiosa é um termo utilizado pelos Irmãos do Rosário para definir a questão da religiosidade de muitos dos irmãos, como o Sr. "A. N.", que define este termo como a liberdade de seguir a crença que deseja. Logicamente reconhecem a Irmandade como Afrocatólica, de um casamento de crenças ancestrais com a Igreja Católica, que já dura quatro séculos.

Figura nº 05- Festa de Santa Bárbara



Fonte: Marli Simões, Festa de Santa Bárbara – Iansã (2024). Abre o Calendário Festivo de Festas Populares em Salvador, com missa campal

Acima temos um exemplo do rito sincrético na Festa de Santa Bárbara, que abre o ciclo de festas populares em Salvador. Em procissão pelas ruas do Centro Histórico, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário promove uma missa festiva na Praça José de Alencar, Largo do Pelourinho, formando um grande tapete vermelho, em alusão à Orixá protetora dos raios e trovões.

Durante período em que se promovia uma suposta democracia racial no Brasil, era comum a utilização de termos como miscigenação, Brasil Mulato e sincretismo religioso, este último com um aporte ideológico de uma falsa unidade.

A ideia equivocada de que o Brasil encontrava uma solução para o racismo na miscigenação deu ênfase, na década de 30, ao mito da democracia racial, já referido no texto como uma manobra política, que desvia o cerne da questão, mitiga e não identifica o caráter violento do racismo, camuflado por uma ideia romanesca e equivocada de harmonia entre as três raças, formando um paraíso racial, que, na verdade, em vez de emancipar ou abrir o diálogo para discutir o racismo no Brasil, não o enfrenta diretamente. Esta ilusão de paraíso racial serviu para pensar que a reparação histórica para os negros escravizados e sua descendência não seria necessária, algo

que incomoda não apenas aos movimentos negros, mas, sobretudo, ao povo brasileiro em sua descendência. Reconhecimento do racismo em termos de regramento veio com a Constituição de 1988, conhecida como cidadã.

Desdobramento da colonialidade no discurso sincrético, que promove a supremacia do catolicismo, como a religião do colonizador, presente nas colônias portuguesas, visto Portugal ser um país católico. A Igreja Católica foi uma aliada da Coroa Portuguesa e seu projeto expansionista.

Por outro lado, a Reforma Protestante do século XVI, também de origem europeia, contrária aos dogmas da Igreja Católica e ao poder que representava, não postula o dito sincretismo e não vê com bons olhos esta aproximação. Teve uma penetração nas colônias inglesas, difundindo a fé ao norte do continente americano. A Contrarreforma, também do século XVI, foi um movimento da Igreja Católica para frear o avanço do protestantismo.

Desta forma e consoante a realidade local, o sincretismo é visto como um fenômeno que se dá na combinação dos elementos de diferentes tradições religiosas numa única prática ou crença.

Sobre o assunto, vale a citação de Dissertação do Mestrado (Santana S., 2020, p. 41):

Ainda num documentário da TV UFBA – Perfil, de 2015, Mãe Stella afirma que como todas as —famílias de bemll deveriam ser católicas, porque era a religião oficial e quem não se declarasse como tal seria marginalizado, ela e toda sua família foram batizados, crismados e casados na fé católica. A sua conversão à religião de matriz africana se deu parafraseando a própria Mãe Stella, —de forma contida e discreta, como caçadora que era, vez que filha de Oxossi. Não era simpatizante ao termo —sincretismo, pois para ela e os afrodescendentes seguidores do candomblé, não existe o termo sincretismo religioso, porque este, como já referido, era usado quando não podiam exercer a sua fé.

Para a Mãe Stella de Oxóssi, “catolicismo e candomblé são distintos: candomblé é candomblé e catolicismo é catolicismo, o que deve haver, é o respeito entre as religiões” (TV UFBA – Universidade Federal da Bahia - Perfil, de 2015).

Há que relatar, por fim, que a intolerância religiosa enseja o não diálogo entre religiões, que transformam preconceitos em dogmas e reproduzem relações de poderes, como diferencial negativo da religiosidade.

De várias definições, a que melhor traduz a convivência secular entre Igreja Católica, seus dogmas e códigos canônicos e a Irmandade de Nossa

Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o respeito à ancestralidade, é que entre ambas existe uma união secular, muito respeito, cumplicidade e admiração por uma história construída juntos.

É comum ouvir relatos dos Irmãos do Rosário de que a dupla pertença criou e o conhecimento ancestral revelou uma religiosidade afrocatólica, distante do catolicismo europeu. Muitas vezes, os códigos canônicos não respondem às demandas dos irmãos, que buscam identidade não somente no catolicismo brasileiro, mas também na cultura ancestral.

Outrossim, seria uma análise incompleta das relações de poder, sob a perspectiva da religiosidade, se não fosse pontuado também a relação entre o islamismo e a negritude, que, propositadamente, foi obscurecida em nossa história.

O islã foi trazido ao Brasil no final do século XVIII por escravos originários de regiões islamizadas da África, tendo sofrido modificações no processo de conversão das diversas populações africanas. Esse processo ficou conhecido como “africanização” do Islã, vez que, à medida que os africanos se convertiam, levavam traços de suas culturas para o Islã (Marzano, 2011).

Registra-se, no século XVIII, uma nova fase da islamização africana, que tem a ver com o comércio transatlântico de pessoas escravizadas, o surgimento de novos Estados na costa litorânea africana, além de elites comerciantes muçumanas. Parte desses escravizados eram muçumanos adeptos a rituais politeístas e, por isso, considerados “impuros”. A expansão do islamismo muito se deu devido à relação entre o comércio e a religião (Marzano, 2011).

Em “Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês”, João José Reis afirma que “na Bahia de 1835, os negros que pertenciam a um dos grupos étnicos mais islamizados da África Ocidental eram conhecidos como malês”. “O termo malê deriva de imalê, que significa muçulmano, na língua iorubá”. Os muçumanos iorubas que aqui chegaram, saíram do continente africano pelos portos negreiros da Costa da Mina, local de grande atividade comercial, sendo a maioria embarcada em Onim/Lagos, após aprisionados às centenas, à traficantes, pelos antigos aliados haussás e fulanis.

Segundo Reis (1986, p. 116):

O islã não constituía uma força religiosa hegemônica entre os africanos na Bahia. Na melhor das hipóteses representava um concorrente de peso, num ambiente cultural que também incluía o culto dos orixás

nagôs, o vodun dos jejes, o culto aos espíritos ancestrais dos angolanos — entre outras expressões religiosas africanas. Some-se o próprio catolicismo crioulo e se terá uma idéia do pluralismo religioso da comunidade africana e afro-baiana naquela época. O único grupo étnico cujos membros parecem ter, na maioria, abraçado o islã antes de chegar à Bahia era o haussá; talvez também seus vizinhos, os nupes (chamados “tapas” na Bahia), e os bomus. A maioria dos nagôs, etnia majoritária na província, permanecia adepta do candomblé. Mesmo os haussás, embora islamizados, continuavam ainda ligados ao culto de seus espíritos nativos, o bori — que não deve ser confundido com o ritual do candomblé com o mesmo nome (Reis, 1986, p. 116).

Ao analisar a Revolta dos Malês sobre o prisma religioso, observa-se relações de poder em conflito, sejam ligados à religiosidade, a questões políticas, sociais e econômicas, que se insurgiram no século XIX, período que registrou um forte movimento de conversão ao Islamismo dos nagôs, que eram maioria em termos de população africana em Salvador à época do levante.

O islamismo e o candomblé sofreram perseguições ao culto, sendo tolerados e ou reprimidos tanto pelos senhores de escravos como pelos chefes de polícia (Reis, 1986). Uma das medidas adotadas após o Levante dos Malês era obrigar os senhores a converter seus escravos ao catolicismo, se isto não acontecesse em seis meses, seriam multados. Consoante artigo 276 do Código Penal de 1830, que, aliás, proibia “o culto de outra religião que não seja a do Estado”.

Os mulçumanos passaram a renegar sua religião e ou praticar às escondidas, ante as perseguições políticas e religiosas, impondo conversões e práticas católicas, o que justifica a ausência de seguidores do Islã em descendentes de escravos. No Islamismo, a posição das mulheres sempre foi guiada pelo Alcorão, por outras leis secundárias e pela sociedade. Aqui no Brasil passou por preconceitos comuns e que variam em cada época.

Na sociedade de outrora e na atual, aculturar crenças ou subjugar uma religião a outra, é parte de um estigma racista, que sempre trabalhou no propósito de retirar o direito à memória, dividir e apagar a identidade não alheia do povo da diáspora e sua descendência. Muitas foram as perseguições sofridas à época da escravidão e muitos foram os embates. A participação e contribuição de bantos, malês traz, também, uma identidade negra, que reúne elementos históricos sobre a formação do Brasil, seja do ponto de vista étnico, identitário e cultural (Cunha Jr, 2002).

A Revolta dos Malês foi um desabafo às condições sofridas pelos africanos no espaço urbano de Salvador, que continuou apresentando motivações parecidas na Greve Negra de 1857. A religiosidade dos mulçumanos incomodava, tanto quanto as suas habilidades comerciais, além do fato de saberem ler e escrever, o que os tornava uma ameaça. Várias abordagens, todas atreladas a um projeto de dominação, amplo, contínuo e permanente.

Portanto, a religiosidade é um viés significativo para o entendimento de relações de poder, que tanto conforma ideologicamente, reprime ou liberta, dependendo ao que se está a serviço.

3.2.1 Catolicismo – Dogmas sob domínio do patriarcado: A ótica do Colonizador

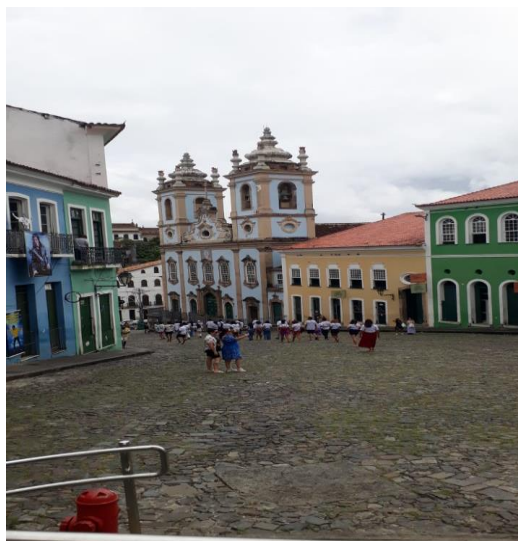
Conjunto de costumes da religião católica, que significa universal, vertente do cristianismo, uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo, dentre outras definições, o catolicismo é uma religião que segue o cristianismo, com dogmas, unidade na fé e sob o comando do Papa.

Inicialmente, é interessante apresentar uma síntese do retrospecto da aproximação da Igreja Católica aqui no Brasil, passando a relações de poder, como dogmas e, portanto, intransponíveis como a sujeição do gênero feminino, por questões diversas, como o intercâmbio cultural no encontro de 03 continentes: o europeu com a cultura do colonizador, o americano, com a dos povos originários e o africano, com toda a herança ancestral.

A catequese católica se deu pelos jesuítas aos povos originários, sendo o Pelourinho, local onde se situa a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, um sítio Jesuíta, o que possibilitou uma aproximação do povo indígena com o povo negro. Vale ressaltar que ambos os povos foram convertidos ao catolicismo, tendo suas crenças e religiões de origem satanizadas.

Estabelecida no Centro Histórico de Salvador, Sítio Jesuíta, local de catequese e dizimação indígena, no momento em que a Igreja Católica propagava a sua fé, através das Santas Missões, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos tem como característica a gênese na fé, devoção Mariana e culto ao padroado.

Figura nº 06- Largo do Pelourinho Igreja – Praça José de Alencar



Fotografia: Stela Santana, 2024

A fotografia acima traz uma vista panorâmica do Largo do Pelourinho, que no passado foi um local de catequese dos povos originários em Missões Jesuíticas e também do comércio e castigos aos escravizados e, nos últimos anos, espaço cultural da cultura ancestral. Revela, ainda, a imponência arquitetônica da Igreja do Rosário ao centro, cuja festa da padroeira, Nossa Senhora do Rosário, tornou-se patrimônio imaterial da Humanidade.

As missões nem sempre se davam de modo pacífico, não obstante, os ensinamentos catequéticos e a proteção jesuítica contra a violência e a dizimação inicialmente dos povos indígenas e, depois, a escravidão da população negra. Devido à expedição, no século XIII, de São Domingos de Gusmão e a penetração do catolicismo em terras africanas, como África Centro-Ocidental, a conversão da população escravizada ao catolicismo muitas vezes se deu ainda no continente africano, nos portos como o de Angola e, muitas vezes, em navios negreiros.

Os lotes de pessoas escravizadas oriundas do Porto de Angola foram as primeiras levadas do tráfico de escravos na Bahia e foram também os primeiros a se organizarem em associações como as Irmandades ou Confrarias. Muitos são os laços das pessoas traficadas pelo Porto de Angola com a Irmandade e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em 2018, a imagem de Nossa Senhora da Muxima, padroeira de Angola, foi trazida da África (Angola) para a Igreja do Rosário no Pelourinho, Salvador – Bahia – Brasil.

Segundo os irmãos “A. P.” e “A. N.”, esta foi uma iniciativa que envolveu a Igreja Católica e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, da qual muito se orgulham, ante a forte presença de angolanos Mamã Muxima, que representa uma devoção Mariana de Angola.

Figura nº 07- Altar de Nossa Senhora da Muxima no corredor lateral da Igreja do Rosário



Foto: Stela Santana, 2024

Acima, na nave lateral da Igreja do Rosário, o altar de Nossa Senhora da Muxima, cuja entronização da imagem se deu na Igreja do Rosário, em 22/10/2022, com a participação de autoridades eclesiásticas do Brasil, como o arcebispo Primaz do Brasil na Bahia, Dom Murilo Krieger e, de Angola, o Bispo Dom Vicente, em missa festiva ratificando o estreitamento das relações históricas e religiosas entre os dois países. Para a Igreja, aqui representada pela Arquidiocese de São Salvador da Bahia, é um fato importante na universalização e expansão da fé católica.

A identificação do Brasil com Angola está no processo de colonização portuguesa, no idioma e na aproximação ao catolicismo e a devoção aos santos católicos, bem como, na presença nas irmandades negras aqui no Brasil e, no caso específico, o culto à Nossa Senhora do Rosário.

No Brasil, as Confrarias ou Irmandades nos moldes de Portugal tiveram um papel importante na propagação da fé católica, sobretudo na Colônia e no Império, tendo inclusive força política.

Consoante Reginaldo L. (2012, p.303):

Organizadas a volta de um orago protetor, as irmandades desempenharam, no período moderno, um papel importantíssimo na preservação dos preceitos e valores do catolicismo entre os leigos. Contribuíram tanto para valorizar o clero e os sacramentos da Igreja - por meio dos ofícios litúrgicos e dos ritos de passagem que orientavam a vida de cada crente -, quanto para preservar o culto aos santos e o calendário religioso romano, por meio das festas em sua celebração. (Reginaldo, 2012,p.303)

O culto ao padroado, as celebrações, procissões e eventos religiosos, organizados e presentes na devoção pelas Irmandades, fortaleceu a fé católica. Isto tem sido perpetuado na devoção a Nossa Senhora do Rosário e no significado que teve este culto e a aproximação de mulheres negras ao mesmo. Segundo Reginaldo (2012, p.304) “a defesa dos sacramentos, dogmas e figuras santas, levou a Igreja a pôr em relevo personagens e linguagens que aproximassem os fiéis do culto católico”.

Interessante destacar que as Irmãs do Rosário, ao longo do percurso histórico, tiveram em comum a gênese na fé no Rosário, o caráter religioso afrocatólico, inclusivo, sociopolítico, econômico, buscando a reafirmação da identidade de um povo e a reconstrução de bases culturais que remetam à ancestralidade e à atuação na realização da festa e culto ao padroado, na devoção Mariana, fé no Rosário e aos Santos Católicos.

Para as Irmandades Negras, além da devoção à Virgem do Rosário, há também forte devoção aos santos negros como São Benedito, Santa Efigênia, Santo Elesbão, Santo Baltazar e Santo Antônio de Categeró. Também era guardada devoção a Nossa Senhora de Guadalupe (Reginaldo, 2011).

Desde o século XVII, há registros em Angola, Congo e, também Moçambique, da presença de Irmandades do Rosário e, portanto, muitos africanos escravizados já chegaram ao Brasil como irmãos do Rosário e devoção aos santos católicos, sobretudo o culto a Maria. Influência significativa na formação das Irmandades do Rosário dos Pretos pelos Angolas e na composição inicial das confrarias dedicadas ao Rosário espalhadas na Bahia, não esquecendo dos crioulos e, na segunda metade do século XVIII (1719-1826), os

Jejês, passando a ser a maioria, seguidos pelos crioulos e os angolas (Reginaldo, 2011).

Existe uma hierarquia no catolicismo que coloca o homem em posição de comando e privilégios em relação à mulher, reforçando a ideia de uma instituição sob moldes patriarcais. Dogmas sobre os quais, o sacerdócio o habilita a fazer celebrações, conceder sacramentos, estar à frente da Igreja, da Paróquia, da Arquidiocese e da Sé. Já às mulheres, como noviças, freiras ou madres, são reservados o enclausuramento, as participações limitadas nas celebrações, seja na homilia, nas orações e na distribuição de hóstia, quando já realizado o mistério eucarístico pelo sacerdote. Dogma que reforça privilégios de gênero e submissão.

Da mesma forma, a Irmandade tem a ideia de que às Irmãs do Rosário cabem deveres e obrigações domésticas, em atividades de rotina como lavar as vestes utilizadas no culto e as roupas do padre, além de providenciar alimentos para ações e festejos, como a sopa de São Benedito, dentre outros.

Segundo irmãos do Rosário, na procissão realizada sob organização da Irmandade, as mulheres vão à frente e os homens atrás para protegê-las, em sinal de cuidado, apreço e respeito. Isto é questionável, porque, para a maioria dos homens da Irmandade isto significa apreço, cuidado e proteção, já para as mulheres, pode reafirmar a crença na fragilidade feminina que não existe. Para a Sra. “C.P.”, a própria atuação das mulheres na Mesa de Honra é prova substancial de que as mulheres do Rosário precisam ser creditadas em funções de comando. Isto, para ela, é cuidado, apreço e respeito.

Igualados na violência sofrida, povos originários e negros conviviam à margem da sociedade e, portanto, influenciando mutuamente uns aos outros. Registra-se, na Igreja do Rosário dos Pretos no Pelourinho, a existência em suas torres de um penacho indígena no formato de uma coroa, conhecido como coruchéo.

Na República, mesmo com a laicização do Estado, a Igreja Católica seguiu sendo a religião oficial no Brasil, perdendo, com o tempo, em quantitativo, observando-se o crescimento das Igrejas Evangélicas. Nos últimos anos, a Igreja Católica tem-se aberto ao diálogo ecumênico. Para os Irmãos do Rosário, Igreja e Irmandade têm um casamento duradouro, em quatro séculos de história e, como toda união duradoura, têm discordâncias, mas se mantêm unidas no

propósito do respeito mútuo, na preservação da fé no Rosário e, sobretudo, na perspectiva de continuar sendo uma Irmandade Afrocatólica, que prima pelo reconhecimento da identidade do povo negro e do conhecimento ancestral.

A Irmandade do Rosário mantém convênio com a Associação Social Arquidiocesana – ASA, entidade civil vinculada à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, formalmente criada em janeiro de 2001, responsável pela promoção humana da população em situação de vulnerabilidade social, através de projetos sociais e paga 35% do que arrecada com os seus bens, atividades e doações a esta Associação.

No tocante ao procedimento de ingresso na Irmandade, um leigo católico leva 03 anos para ser um Irmão do Rosário; no primeiro ano é o postulado, período de avaliação, o segundo ano é o noviciado e no terceiro ano entra na Irmandade, mediante pagamento da “joia”, que é um termo designado no Estatuto/Compromisso, à quantia paga/depositada em favor da Irmandade, parte dos proventos computados pela tesouraria da Irmandade.

Para a Irmã “L.A.”, em registro de campo “além de ser católica, a sua participação na Irmandade e a de todos, tem início com as devoções aos santos da Igreja Católica, sobretudo santos negros (como Santo Antônio do Categeró, São Elesbão e São Benedito), para observar e avaliar. Sua história começou com a devoção aos santos católicos, no seu caso específico, iniciou com a devoção a Santa Bárbara, depois a São Benedito e, por fim, a Santo Antônio do Categeró, pagando uma “joia” no valor de R\$ 60,00(sessenta reais) em cada período, até chegar à Irmandade, na devoção a Nossa Senhora do Rosário, com o depósito da joia de 120,00(cento e vinte reais).

Interessante esta questão da participação, vez que se pode pensar que, em uma Irmandade de Homens Pretos, teoricamente, só teria participantes negros. Mas o que ocorre é que cada compromisso revela questões específicas de seu tempo, ou seja, no compromisso de 1820, bastava pagar a joia e o escrivão lançar o nome do interessado no Livro dos Irmãos e seguir os regramentos e assim adotou como requisito a joia sem distinção de cor.

Esta situação sofreu mudança no século XX, cujos requisitos previam aos interessados a exigência de auto declaração de serem da cor “preta”. Já o Compromisso de 1949, em seu capítulo I, art1º, assim define:

A Irmandade é uma associação religiosa de pessoas católicas de ambos os sexos, de cor preta, de exemplar procedimento e honesto meio de subsistência que como bons cristãos praticam os mandamentos de Deus e da Igreja.

O relato da Irmã “L. A” traz a questão do pagamento da joia, contudo, nos tempos atuais , apesar de uma flexibilização na dita participação, há entre os participantes certa discussão quanto à questão étnica, que refere apenas a pessoas negras, vez que é comum ouvir expressões tipo, “embora a Igreja queira também a participação de brancos, para Irmãos do Rosário, esta é uma questão ainda não passiva, ressaltando ser a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e que este nome já diz tudo.

Elevada à categoria de Ordem Terceira apenas em julho de 1899, o título de Venerável Ordem Terceira é uma deferência que a Igreja do Rosário dos Pretos ostenta e sempre é festejado no dia Dois de Julho, durante a passagem do cortejo que vem do bairro da Lapinha, como parada obrigatória, nos festejos da Independência do Brasil na Bahia.

As Ordens Terceiras eram instituições da Igreja Católica, formadas por leigos, muito ativas no período colonial. Para ter o título de ordem terceira, os leigos dependiam de autorização dada por uma Ordem Primeira, obedecendo critérios rigorosos e seletivos. Segundo Silva (2021):

Menos seletivas, as Irmandades e Confrarias eram mais comuns, formadas por homens brancos, negros, pardos, mestiços e mamelucos, com profissões e classes sociais diferentes, seja rico ou seja pobre. Cada grupo, com suas respectivas irmandades e devoção a seus santos, mas sem se misturarem. Ser aceito e fazer parte de uma Irmandade ou Confraria, era primordial para o reconhecimento social, dos homens no período colonial.

Para os Irmãos, o título de Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo - Irmandade dos Homens Pretos reconhece e coroa, por fim, um templo histórico, que abriga esta Irmandade negra secular.

3.2.2 A autonomia feminina no Candomblé: Legado do Colonizado

A autonomia do poder feminino, presente nas religiões de matrizes africanas e nas irmandades, traz todo conhecimento ancestral, que vem empoderando mulheres negras, em suas crenças. “O sagrado não tem começo e não tem fim, pois quando pensamos que um ciclo está para terminar, outro já

captou os sinais e se encaixa na continuidade dos mistérios” (Amparo, 2011, p.83).

No enfrentamento de questões impostas à população escravizada, a oralidade foi a forma de manter o conhecimento ancestral como um princípio basilar desta população, conduzido e repassado em sua cultura e religiosidade.

A conversão forçada da população escravizada, ainda no porto ou nos porões dos navios negreiros, à fé católica, religião do colonizador, causou, a princípio, um silenciamento desta na sua religiosidade, que foi rompido com a força da cultura africana e do intercâmbio cultural que foi a diáspora negra no encontro dos três continentes.

Assim que conheci a Irmandade, fui apresentada a um viés quilombista ligado à religiosidade, tratado pelos irmãos como dupla pertença. Termo que distancia a ideia do sincretismo introduzido pelo colonizador como uma forma de explicar que a religião oficial era o catolicismo e as religiões de matrizes africanas algo paralelo, que precisava se adaptar, a exemplo do culto aos santos católicos nas Igrejas e dos Orixás nos Terreiros, ante a memória de um tempo anterior de perseguição e aculturação.

A não sujeição ao silêncio, à perseguição cultural e religiosa resultou na atuação de matriarcas como as lalorixás, Mães de Santos à frente de um Terreiro de Candomblé, uma comunidade que se reveza entre a fé nos orixás e a preservação da crença e cultura ancestral, a qual simboliza, desde sempre, a força e a luta de mulheres com uma autonomia de quem acredita num futuro melhor ao povo negro e que nos remete ao trabalho de ganhadeiras na cidade do Salvador e mulheres do partido alto no recôncavo baiano, em Cachoeira, século XIX.

Autonomia feminina, percebida por Ruth Landes no final da década de 1930 (anos de 1938 e 1939), onde através de pesquisa em terreiros de candomblé na Bahia e umbanda, no Rio de Janeiro, conheceu um poder feminino diferenciado, um matriarcado cultural inserido numa perspectiva ancestral.

Revisitando conceitos de ancestralidade, a atuação de mulheres negras, foi constatado no viés quilombista presente na Irmandade do Rosário e que configurou a resistência e a luta de mulheres na contramão das relações de poder no interior destas, é também o viés quilombista presente nos espaços culturais e de religiosidade de matriz africana, como os terreiros de candomblé,

onde esta mulher negra, constrói a sua atuação e inserção na Sociedade, não a partir de um feminismo, que se antagoniza ao patriarcado e seus modelos de submissão da mulher, mas de um modelo próximo ao Mulherismo da África, que não vai ter o homem como inimigo.

Significa dizer que questões de gênero envolvem uma gama de outras situações complexas, que não necessariamente tem a ver com o ativismo feminino, tampouco com um feminismo negro observando a condição da mulher negra, até porque são entidades independentes e construções diferentes.

O conhecimento ancestral habilita mulheres negras a resolverem questões de gênero sob um enfoque afrocentrado, ou seja, homens e mulheres negros igualmente sofrem o racismo e aprendem juntos a empreender a resistência não se vendo como opositores.

ASANTE afirma, que um projeto para ser considerado afrocentrado, características básicas são imprescindíveis, como: interesse pela localização; compromisso com a descoberta do lugar africano como sujeito; defesa dos elementos culturais africanos; compromisso com o refinamento léxico; compromisso com uma nova narrativa da história da África (ASANTE, 2009, p.93 e 96)

O Mulherismo surge como um conceito central em reconhecimento das lutas e vivências das mulheres negras, uma teoria e prática feminista que observa contextos e especificidades. A autora Alice Walker percebeu que o feminismo não dizia respeito as condições de mulheres negras, atribuindo às suas vivências, expressões mais complexas de luta e resistência, que interseccionalizam opressões de gênero, raça, classe social.

Alice Walker (1980) traz o mulherismo como um feminismo mais inclusivo, evidenciando a importância à cultura e ao poder das mulheres e de forma específica às mulheres negras, se concentrando em suas experiências, atribuindo ao mulherismo quatro significados: a luta contra a opressão interseccional; o poder da mulher negra; a cultura da mulher negra; a luta pela justiça social(WALKER, 1980).

Segundo Bárbara Omolade (1994):

Feminismo negro é por vezes referido como Mulherismo porque ambos estão preocupados com as lutas contra o sexismo e o racismo enfrentados pelas mulheres negras, que também são parte

dos esforços da comunidade negra para alcançar a igualdade e liberdade (Omolade, 1994)

Por outro lado, o Mulherismo Africana, ideologia própria das mulheres africanas, vem revelando que mulheres africanas são capazes de abordar questões de gênero sem participar de atividades feministas. De acordo com Patricia Hill Collins, "Apesar de algumas mulheres africanas apoiarem justamente as mesmas ideias do feminismo, muitas rejeitam o termo "feminismo" porque acreditam estar associado com a causa das mulheres brancas (COLLINS, 1996, p 11).

Este não favorecimento a mulher negra, é também por conta de um modelo de feminismo, que atende a uma agenda eurocêntrica, fazendo com que a autora Cleonora Hudson-Weens apresente na década de 1980 o conceito de mulherismo africana (womanist africana) como alternativa teórica e política ao feminismo criado para responder aos anseios da mulher branca de classe média e não as mulheres pretas e pobres. Vínculos formatados por um liberalismo econômico e um sistema em conformidade ao patriarcado e outros traços decorrentes da colonialidade das formas de poder.

Segundo HUDSON-WEENS (2020, p.44):

O paradigma do mulherismo africana "é uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de descendência africana. Fundamenta-se em nossa cultura e, portanto, concentra-se necessariamente nas experiências, lutas, necessidades e desejos únicos das mulheres Africana" (HUDSON-WEENS, 2020, P.44).

Um novo paradigma que revela a posição africana sobre questões de gênero, centra na família e nas relações com traços quilombistas, interesses coletivos, contexto multicultural e numa perspectiva afrocentrada de reconhecimento, luta e resistência, a partir do legado de mulheres africanas no mundo, observando a sua descendência.

Vale destacar que na dupla pertença, as mulheres do Rosário se aproximaram mais da autonomia vivenciada em religiões de matrizes africanas, do que no condicionamento católico ao modelo patriarcal. Esta autonomia é menos pela orientação e mais da necessidade de sobrevivência em busca de uma equidade ou pela paridade, entendendo que a luta do povo negro sempre

foi por liberdade, reconhecimento, identidade, reparação e redistribuição. Ao colocar a luta antirracista no centro, a mulher negra percebe que é companheira do homem africano no enfrentamento da opressão racial em todo o mundo e em sua descendência.

Inspirado por um conhecimento ancestral e numa postura afrocentrada, o mulherismo africano traz ao centro a realidade sócio-histórica da comunidade negra e o papel central da família nesta forma aquilombada de viver, como as populações quilombolas ou em terreiros de candomblé, sob a proteção física de um espaço sagrado e espiritual de Mães de Santo. É da cultura africana e não está perfilado em modelos que remetem ao judaico-cristão, que também é parte da agenda europeia, internalizada na religião católica e na família patriarcal. Afirmções que junto a outras questões explicam um certo desconhecimento do mulherismo no Brasil e uma evidência em relação ao feminismo.

Duras críticas ao feminismo por sua base racista e eurocêntrica foram apresentadas por Cleonora Hudson Weens (2020, p. 52-60), que escreveu vários livros sobre o tema, tendo recebido muitos prêmios, inclusive o título de Doutor Honoris Causa na 1ª Conferência Internacional de Mulherismo Africano na Universidade do Zimbábwe, em 2010.

Vale dentre suas obras destacar Mulherismo Africano : Recuperando a nós mesmos, em que HUDSON WEENS(1993) estabelece um paradigma para as mulheres de descendência Africana, através de dezoito características presentes na Mulherista Africana a saber: "auto nomeação, auto definição, centralidade familiar, irmandade genuína entre mulheres, força, harmonia com os homens na luta pela libertação, totalidade, autenticidade, flexibilidade de papéis, respeito, reconhecimento, espiritualidade, compatibilidade masculina, respeito pelos mais velhos, adaptabilidade, ambição, maternal, e fomentadora.

Desde cedo as mulheres negras percebem que a mulher branca luta contra o homem branco por subjugar-la e preteri-la, já a mulher negra (pretas e pardas) tem uma luta mais complexa contra as forças opressivas, que as estigmatizam, assim como aos seus companheiros e filhos, quando homens negros, o que denota que a opressão de raça e classe para esta população, é mais significativa de que a opressão baseada em gênero.

Isto reflete na história das mulheres do Rosário, que por quatro séculos não participaram da Mesa Administrativa, mas a Mesa de Honra, como

condignas, construíram numa unidade de luta e resistência, a manutenção da identidade de um povo, salvaguardando a cultura ancestral. Também internalizaram um traço quilombista no trabalho coletivo empreendido, com resultados partilhados e moldados na busca por uma sociedade pluriétnica e multicultural para todos, sem prerrogativas de raça, gênero ou classe social.

A mulher negra logo percebeu que a invisibilidade atribuída a ela, quando se coloca ao centro a questão da raça, é a mesma vivenciada pelo homem negro, que sofre igualmente o racismo, inclusive em viver a sua cultura e a sua religiosidade, em decorrência de um racismo estrutural, internalizado nas relações em sociedade, por isso a unidade é um ensinamento ancestral contra a opressão racista.

Assim, observando os escritos de Ruth Landes na década de 1940, após conhecer terreiros e mulheres de religiosidade de matriz africana, a exemplo da Mãe Menininha do Gantois, como donas de si e ocupantes de um lugar de respeito e deferência na sociedade, apesar das relações de poder sócio historicamente existentes, a autonomia das mulheres do Rosário se reverbera ainda hoje, quando se referem a “dupla pertença” na vivência da fé.

Dupla pertença como um chamado ancestral, que aproxima as irmãs do Rosário a crença e cultura dos antepassados e de viverem livremente a sua fé, como uma característica também da mulher Rosariana, que hoje representa numa Irmandade Afro católica, o direito de ser o que quiser, afinal, reafirmam que são livres e podem ser católicos ou umbandistas, candomblecistas (ambas religiões de matrizes africanas) e ou seguir a apenas uma, a todas ou a nenhuma.

Existe entre os irmãos do Rosário, o orgulho de ter na Irmandade uma consciência ancestral que possibilita uma identidade afro católica, que na dupla pertença reverenciam os santos católicos, sem preterir ou macular a fé nos orixás. Este respeito entre os cultos foi uma conquista, que oscilou mesmo após o fim do sistema escravocrata, entre exercícios de tolerância religiosa mais ou menos democráticas. Uma maior presença de instrumentos percussivos nos cantos e na liturgia das missas, sinaliza um avanço que a Irmandade do Rosário tem como destaque na manutenção de uma cultura matriz.

Estas Irmandades Afro católicas assumiram características de uma associação de leigos, cuja divulgação e promoção se dá em torno do culto ao

padroeiro. Dista desde o período colonial e aos poucos foram se tornando espaços de afirmação da identidade cultural e inserção na sociedade. Segundo James Sweet, em “Os Rosários dos Angolas” confirma que religião e religiosidade se constituíram na pedra de toque da resistência de africanos e seus descendentes na Diáspora”. (Sweet, 2007).

Um duplo pertencimento dos irmãos das Irmandades Negras, que vem de uma conformação entre o culto ao padroado, venerando os santos católicos nas Igrejas e, ao mesmo tempo, a vivência do culto africano, na reverência aos Orixás. São exemplos de irmandades afro católicas: A de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, da Nossa Senhora da Boa Morte, São Benedito dos Homens Pretos e Irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia.

A diferença entre irmandades e confrarias é o traço de formalidade, com registro, regimentos e estatutos, formação de pessoa jurídica, bem como prestação de contas a um dignatário religioso, que a primeira tem em relação à segunda.

Muito da intolerância religiosa tem a sua gênese na colonialidade, conforme definido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, que classificou a sociedade em raça e assim promoveu, e ainda promove, uma desigualdade e um racismo não assumidos por quem os mantém.

No Brasil, o Estado reconhece o racismo na década de 50, mas o processo de criminalização é lento. Vale citar a Lei 1.390, de 3 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, primeira lei brasileira a tornar a discriminação racial uma contravenção penal. Proposta do Afonso Arinos de Melo Franco, a Lei, que inclui ao tipo penal prática de atos de preconceito de raça e cor da pele, foi promulgada por Getúlio Vargas.

O reconhecimento da existência do racismo pelo Estado Brasileiro ganhou força na segunda metade do século XX. Ressalta-se trabalhos realizados na USP, na década de 60, pelo sociólogo Florestan Fernandes, que, ao fazer o estudo do racismo no Brasil por um viés sociológico e junto com o antropólogo Kabengele Munanga, ajudou a comprovar que no Brasil havia o racismo e, portanto, a democracia racial no Brasil, um mito que precisava ser desmistificado.

Reconhecer e tipificar na Lei o racismo não confere a reparação necessária, mas estimula mudanças de comportamento, dando função social à legislação e

perspectiva de punição. Contudo, em relação a este dispositivo legal, há críticas quanto a sua aplicação (só em ambientes públicos) e a sua punição (flagrante ou após apresentação da testemunha), que levava quase sempre o ofensor a se livrar da pena.

A Lei antirracismo, Lei 7.716/89, tem uma abrangência maior e pune qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de raça, sexo, cor, idade ou origem. Em seguida temos a Lei Caó (Lei 8.801/90), que explicita os crimes praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional. A Lei 9.459/97, altera a Lei Caó e estabelece pena de um a três anos e multa para os crimes de praticar, induzir, ou incitar o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A pena é a mesma se qualquer desses crimes é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza (Agência Senado).

Temos ainda o Decreto n. 4.887/2023, que dispõe a garantia dos direitos sobre terras quilombolas, auxiliando as comunidades quilombolas na identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas. Outrossim, a Lei n. 10639/2003 trouxe a temática História e Cultura Afro Brasileira como item obrigatório ao currículo. Já a diversidade trouxe a expressão cultural ao artigo 215 da CF/1988, apoiando e valorizando as manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

A Lei n. 12711/2012, conhecida como Lei de Cotas, garantiu acesso ao ensino superior às pessoas negras, tornando obrigatória uma reserva mínima nas Instituições Públicas, de 50% das vagas para egressos da rede de ensino público, pessoas de baixa renda, além de pretos, pardos e indígenas.

Finalizo com o Decreto n. 4.886/2003 que estabeleceu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e a Lei n. 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial, que propõe a adoção de programas e políticas públicas, que além da inclusão, garanta a equidade. O referido Estatuto altera as Leis 7.716, 9.029, 7.347 e 10778, e cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Agência Senado).

Temos uma Constituição Cidadã (CF/1988), fundada em direitos e garantias fundamentais, que dispõe que todos são iguais perante a Lei, o que

pressupõe assegurar a promoção do bem-estar comum e a supremacia dos interesses coletivos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero, classe social, nem a possibilidade de qualquer forma de discriminação. Ocorre que, quando analisadas questões de raça e gênero, há um espaço abissal, entre legislação e realidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso V, dispõe que, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa”. Sobre a liberdade religiosa, a Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipula “ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”.

Apesar de muita luta, mobilização e resistência no combate ao racismo, tornando-o crime inafiançável e imprescritível, muito ainda precisa ser feito para punir o agressor nos crimes de racismo. Quando a questão envolve a mulher negra, pobre, invisibilizada e violentada no seu direito, o crime e a punição ao agressor são mitigados. Como tipos penais, temos o racismo e a injúria racial, que, cometida por duas ou mais pessoas, tem a possibilidade de ter a pena dobrada.

Nos últimos tempos, o silenciamento condicionado à população negra, sobretudo da mulher negra, tem sido denunciado por um discurso decolonial, rompendo, enfim, com a supressão da história, dos movimentos e lutas pelo direito à religiosidade e do Candomblé como religião de matriz africana, eminentemente feminina, tendo no matriarcado a sua ancestralidade preservada. Vale, por oportuno, citar a Lei 14.519, de 5 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé e Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação racial.

Não obstante o aspecto cogente, taxativo e fundante das legislações supracitadas, muito das conquistas veio do conhecimento ancestral, que na crença, na cultura, no trabalho e nas relações sociais tem conduzido o povo negro, destacando o protagonismo feminino na manutenção e recriação das bases culturais.

Das lalorixás destacamos, no século XX, Mãe Aninha ou Sra. Eugênia Ana dos Santos, fundadora do Terreiro de Candomblé, o Ilê Axé Opô Afonjá, hoje Patrimônio Histórico Nacional, ou Sociedade Beneficente Cruz Santa, em 1910, no bairro de São Gonçalo do Retiro, após ter fundado o Ilê Axé Opô Afonjá no Rio de Janeiro. Influenciou Getúlio Vargas a descriminalizar a religião do candomblé, com a promulgação do Decreto-Lei 1.202, no qual ficava proibido o embargo sobre o exercício da religião do candomblé no Brasil - contou com a ajuda de Oswaldo Aranha, seu filho-de-santo e chefe da Casa Civil e do Ogã Jorge Manuel da Rocha. (Santana. A, 2013, p. 09).

Não obstante, a Sra. Eugênia Ana ainda atuou como ganhadeira, em comércio próprio nos arredores da Igreja no Pelourinho) e como Irmã do Rosário, exercendo o cargo de priora (Mesa de Honra), no início do referido século XX. O sepultamento desta irmã teve a cerimônia afro católica na Igreja do Rosário e no candomblé, seguiu o ritual deste. “Iyá Oba Biyi era seu nome sacerdotal.

Instituiu o Corpo de Obás de Xangô (doze Ministros de Xangô) em 1936, onde os Obás formam uma seleta hierarquia, abaixo da Mãe de Santo e da Mãe pequena. São exemplos de Obás de Xangô, os escritores Jorge Amado e Antônio Olinto, compositores como Gilberto Gil e Dorival Caymmi, o artista plástico Caribé, pesquisadores como Vivaldo da Costa Lima, pessoas de prestígio social, trazendo força ao culto e divulgação deste.

Vale ressaltar o caráter inovador e de forte cunho ancestral ao divulgar a religião e a cultura desta irmã do Rosário. Filha de africanos, a Obá Biyi, Mãe de Santo ou simplesmente Mãe Aninha foi uma irmã do Rosário, destacando-se na vida social, política e religiosa, sendo muito importante para afirmação dos valores e da religião africana no Brasil (Santos, 2003, p.106).

Outro expoente, agora do século XXI, da luta e resistência das mulheres na preservação do patrimônio material e imaterial, foi a Irmã “I.S. P.”, lembrada na oralidade e conhecimento ancestral dos irmãos do Rosário. Como mulher participou inicialmente da Mesa de Honra como Priora, Vice Priora, Secretária, Mestre de Noviços. Com participação na história recente da Irmandade Secular, atuou a favor da inclusão das mulheres na Mesa Administrativa (Santana, 2013, p. 09-10).

Mãe Stella de Oxóssi foi outra mulher negra defensora da cultura ancestral. Enfermeira, escritora e Mãe de Santo, Maria Stella de Azevedo

Santos, Mãe Stella de Oxóssi, Odê Caiodê foi a quinta lalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, Bahia, Casa que liderou por quatro décadas como a primeira sacerdotisa afro brasileira a compor uma Academia de Letras no Brasil, cadeira de nº 33 e que já pertenceu ao poeta abolicionista Castro Alves. Foi uma das maiores lalorixás do Brasil, tendo sido iniciada aos 14 anos de idade para Oxóssi e vivido por 80 anos dentro do Candomblé, guiada no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, casa que chegou a liderar por mais de quatro décadas.

Em entrevista à Revista do Brasil, edição nº 66, assim se posicionou Mãe Stela em relação ao sincretismo religioso:

Eu poderia aproveitar que a escola fica dentro do terreiro para pedir que ensinassem o candomblé. Mas religião não se impõe." (...) "O sincretismo não leva a nada. Enfraquece os dois lados. Não vejo vantagem nenhuma em misturar São Jorge com Oxóssi. Publicado 18/12/2011 - 00h00

Como inicialmente referido, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Pelourinho-SSA-BA, os Irmãos também não falam de sincretismo e sim dupla pertença religiosa. É comum seguir o culto católico e também serem seguidores de religião de matriz africana. Vale ressaltar que, embora o diálogo ecumênico seja uma realidade neste milênio, a Irmandade se identifica como uma Irmandade Católica, seguindo os códigos canônicos.

Interessante comparar esta questão com outra Irmandade Negra, a de Nossa Senhora da Boa Morte no Recôncavo Baiano, uma Irmandade de Mulheres Negras, também católica, mas que tem como um dos requisitos a iniciação no Axé, resquício de um contexto histórico que dista do século XIX.

Para isto, necessário um breve retrospecto histórico, à luz de historiadores como João José Reis, cuja obra muito referencia os movimentos sócio-políticos do século XIX, aqui na Bahia.

Erguida em 1726, a Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, em 1764, passou a sediar a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, formada por escravos e, depois, pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, criada por um grupo de mulheres no início do século XIX, um marco numa sociedade patriarcal. Logo se destacaram nas festividades, posto que tinham liberdade para organizar e decidir, colocando a Igreja supra referida em destaque, no culto ao padroado e nos quesitos missas e procissões.

Em 1820, esta Irmandade migra para o Recôncavo Baiano, instalando-se em Cachoeira, ante as perseguições sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosa que sofriam das autoridades Lusas. A Bahia vivia um momento de conflitos e revoltas urbanas, haja vista as lutas para a independência de Portugal e, na década seguinte, a Revolta dos Malês (Reis, 2003).

Aqui em Salvador, a criação da Irmandade foi concomitante à criação também do Terreiro de Candomblé Iyá Omi Axé Ayá Intilá, espaço próximo à Igreja da Barroquinha, muito frequentado e de destaque, motivo da Igreja, autoridades políticas, policiais e famílias de brancos ricos, pertencentes à elite da época, se incomodarem e iniciarem uma perseguição a tudo relacionado à religiosidade, cultura ancestral e à presença dos negros (de origem nagô, sobretudo), que culminou na migração para o Recôncavo, supra referida.

Período que chegaram, na Bahia, grandes carregamentos de pessoas escravizadas da região da Costa da Mina, hoje correspondente aos atuais Benim, Nigéria, Togo e Guiné. Os escravizados provenientes dessa região, em especial os iorubás (Queto, Oió, Save e outros locais) registrando 77% da população africana, onde os nagôs na Bahia, eram considerados sinônimo de africano, participavam da Irmandade dos Martírios, que mais tarde foi fachada ao culto aos Orixás.

Num primeiro momento ficavam num anexo da Irmandade do Rosário e depois fixaram-se na Igreja da Barroquinha, fato que alguns Irmãos do Rosário atribuem a uma ligação da Irmandade do Rosário com a Irmandade da Boa Morte, ambas irmandades negras, onde as mulheres que migraram para o Recôncavo Baiano, cidade de Cachoeira, fundariam, no início do século XIX, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

A este respeito, a Irmã “V.O.A.”, que noviciou em 1992, professou seu pertencimento à Irmandade em 1993, com a colação de grau, afirmou ser incontestemente a ligação do Rosário com as Irmandades, que já fizeram parte dela, de certa forma, num dado momento histórico, como a Irmandade da Boa Morte, a Protetora dos Desvalidos, a Montepio dos Artistas e Bolsas dos Patriotas.

Vale ressaltar que a Irmandade do Martírio tinha a participação de homens brancos pobres, passando a atrair o interesse de brancos ricos e influentes como membros de honra, após a filiação do Governador-Geral da época, o Conde dos Arcos.

Com a retirada deste Terreiro da Barroquinha (berço do Candomblé Queto), que foi obrigado a sair na segunda metade do século XIX, outros três terreiros se formaram em Salvador, o primeiro na Vasco da Gama (Ilê Iyá Nassô Okó), conhecido como Casa Branca e a partir de 1920, dois Terreiros: o Ilê Axé Opô Afonjá (São Gonçalo do Retiro) e o Ilê Iyá Omim Iyá Massê (Federação), conhecido como Gantois (Memorial da Fundação Gregório de Mattos, 1999)

Destaca-se a grande frequência de mulheres nagô-iorubás da nação Ketu, que mais tarde seriam responsáveis pela formação da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e a criação, em 1830, de um Terreiro de Candomblé em Cachoeira, nos arredores da Igreja, tendo inicialmente instalado uns batuques.

A importância de todos estes episódios, sobretudo na composição da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, foram as contribuições nas questões sociais inter raciais (brancos e negros) e do que se convencionou como sincretismo religioso baiano, que já compreendo como dupla pertença e todo conhecimento ancestral das culturas nagô-iorubá e a atuação de mulheres negras na aplicação de conhecimentos trazidos da África, região da Costa da Mina(Memorial da Fundação Gregório de Mattos, 1999).

Assim, a autonomia feminina no candomblé leva à reflexão as múltiplas histórias de mulheres, cuja resistência e luta foram alicerçadas na espiritualidade negro africana ou afro-brasileira, que, na realidade brasileira, materializou um catolicismo afro brasileiro um tanto híbrido. Na atualidade, isto continua contribuindo e ressignificando os conhecimentos adquiridos da ancestralidade africana e permite ao universo feminino negro reconhecer e reelaborar formas de vivência que lhes foram negadas pela sociedade brasileira.

Para tal, a Irmandade, através da Mesa Administrativa, vem, nos últimos anos, promovendo a realização de cursos, palestras, Encontros e Seminários como o de Avivamento da Memória e temáticas decoloniais, além do repasse do conhecimento de uma cultura ancestral, a interseccionalidade presente nas questões de raça e gênero, no enfrentamento ao racismo, respeito à diversidade e ao feminismo negro, afrocentrismo, diálogo ecumênico e tolerância religiosa, dentre outros.

Sobre a morosidade de se conquistar o assento feminino na Mesa Administrativa, de fato e de direito, O irmão “A. P.” assim concluiu: “Esta é uma Irmandade de Homens Pretos, que leva o nome da Mãe do Rosário e, portanto,

mais feminina não poderia ser. É a Mãe que concentra todo poder sobre seus filhos”.

Isto é um postulado de fé, porque, na prática, este poder feminino perante a Mesa Administrativa, com poder de vez e voz em decisões da Irmandade, só veio acontecer na legislação no século XXI, após Compromisso de 2001, tendo apresentado, na segunda metade do século XX, mudanças significativas, com a participação de ambos os sexos, mas não imune, na prática, de questionamentos e reprimendas machistas. O talento e a capacidade feminina precisam ser de forma incontestes, porque sofrem amplo estigma e perseguição. Não basta ser bom, tem que parecer bom.

3.3 Redes de relações - a forma aquilombada da produção e atuação das Mulheres do Rosário

Quando se fala em rede de relações, vem a priori a ideia de interação, conexão, de um fazer coletivo num traçado comum em busca de objetivos consonantes e comuns. Uma definição sociológica, posto que se constrói num viés interativo e das formas possíveis e conquistadas pelas mulheres do Rosário dos Homens Pretos Pelourinho-SSA-BA.

Estas redes têm um legado de organizações que interagem em torno de interesses comuns, semelhantes às estruturas conhecidas no Continente Africano, antes mesmo da escravização. Um rapto violento de pessoas, que foram violentadas, dispersas, escravizadas e ainda recriaram suas bases culturais. Esta reconstrução do conhecimento e cultura ancestral foi possível a partir das redes de relações estabelecidas desde a Colônia, até os dias atuais. Segundo Duarte e Frei (2008, p. 156), “rede social é uma estrutura da sociedade composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, partilhando, através delas, objetivos e anseios comuns”.

Desde cedo, as mulheres aprendem que a luta pela sobrevivência do grupo é tão importante quanto os enfrentamentos individuais diários travados no bojo das relações com o poder institucional, os quais demandam articulações coletivas. Redes de relações estreitam o diálogo, oportunizam e disponibilizam recursos para construir a sua luta sabendo o que procuram. As desigualdades no Brasil, sejam raciais, de classe, gênero ou de ideologias, desigualam a

população sócio estruturalmente desassistida e desprovida de qualquer privilégio, criando *apartheids* estruturais abissais.

Através das redes de relações esta mulher percebe, se reconhece e se instrumentaliza para enfrentar a realidade diária de ausência de direitos, de reconhecimento e respeito, agregado a dificuldades de sustento, porque as oportunidades não se equivalem a todos e as possibilidades de resgate de cidadania são mínimas, ofuscadas e reduzidas, muitas vezes tornando-se fábula, distante ou inalcançável. Diante disso, qualquer discurso de um processo de desenvolvimento equitativo e democrático, para milhões de mulheres negras, que são invisíveis ao sistema, torna-se falacioso, ante aos fatores socialmente definidos e biologicamente criados.

Entre os séculos XVI e XIX, em mais de trezentos anos de escravidão, as mulheres negras sofreram o assédio de seus senhores, cobiçando sua carne e explorando a mão de obra escrava, seja no trabalho de ganho, na informalidade das ruas, na produção exaustiva das lavouras de cana de açúcar e plantações de café ou no trabalho doméstico, todas com uma jornada excessiva, cuidando e, às vezes, amamentando os filhos de seus senhores. Nos séculos XX e XXI, o assédio passa a ser de seus patrões, em condições precárias de trabalho, baixa remuneração e toda dificuldade para o sustento próprio e de sua família.

A responsabilidade pelo sustento de muitos e pela alforria de seus próprios filhos no passado, não é uma situação estanque, mas própria da desigualdade sócio estrutural. Segundo Patrícia Collins (2019), a luta das mulheres negras é também a luta pela sobrevivência ao lado de seus filhos, maior bandeira e o alicerce de seus ativismos, desde a diáspora africana toda resistência e luta das afro-americanas se pautaram em garantir a sobrevivência do grupo.

Em terras brasileiras, as mulheres africanas e descendência (crioulas) também criaram estratégias de resistência e emancipação. Foram estas mulheres as que mais facilmente encontraram formas coletivas de superação dos obstáculos, mais tarde vivenciada nos Quilombos como Palmares, atribuindo função social às relações sociais de produção e ao produto destas.

Assim, inovaram com a forma de produção coletiva, revertendo o lucro a interesses coletivos, como a liberdade de familiares escravizados e outros oriundos e descendentes da diáspora, vez que o parentesco, para o africano,

excede os limites da consanguinidade, a exemplo das comunidades no entorno dos terreiros, destacando grandes matriarcas, como as lalorixás (Frazier, E. F. Pires & Castro, 2020)

Neste viés de ancestralidade, as mulheres irmãs do Rosário utilizaram este conhecimento ancestral para atuarem coletivamente na Irmandade e em prol desta, que vai desde a maneira de se organizar, definindo o porquê da referida atuação coletiva, até a forma de inserção e de construção da sua luta, observando a proximidade com princípios de resistência e organicidade, inspirados no quilombismo, que remete à unidade, à produção coletiva, função social do trabalho e ao destino do que se produziu e obteve lucro.

Uma proposta perfilada no ABC do Quilombismo de Abdias Nascimento, em trabalho apresentado no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá, em 1980. Reforça a ideia de que a população negra atuou de forma organizada, com conhecimento ancestral, foco numa resistência com traços quilombistas marcantes e que definem os quilombos como importantes fenômenos genuinamente brasileiros, de organização sócio-política transversal e futurista.

O ativismo presente no quilombismo de Abdias propõe um modelo de sociedade fundada numa estrutura comunitária e democrática, voltada à afirmação da identidade e resistência do povo negro, portanto, uma atitude política.

Guerreiro Ramos, seu companheiro de ativismo desde 1939 e posteriormente pertencente ao Teatro Experimental do Negro, neste sentido divergia de Abdias Nascimento, uma vez que via a atuação do povo negro e o fim do preconceito racial vinculados às condições de vida do negro, desaconselhando qualquer iniciativa de organização política com este fim.

Para Shiota (2010, p. 54), a crença de Guerreiro Ramos era que “a partir do diagnóstico de um problema de cunho econômico, cultural e educacional e não propriamente racial, a luta dos negros devia se voltar contra a desigualdade existente em relação aos brancos (Shiota, p.54).

Ambivalência e ambiguidade nas propostas de Guerreiro e Nascimento, durante as décadas de 40 e 50, mas que não tira o ativismo uníssono de ambos, em relação à formação social e às questões raciais no Brasil e deste com a sua identidade (Shiota, p.58). A concepção de Guerreiro Ramos é considerada por

Abdias Nascimento como não diretiva, contemplativa e resignada. Na verdade, o que Guerreiro Ramos defendia era o combate do preconceito social por uma sociedade mais justa, com mudanças econômicas e sociais, ou seja, o preconceito existe e a superação passa por mudanças estruturais, as quais também incluem o foco político.

Segundo Shiota (2010, p.54),

a participação de Guerreiro Ramos no TEN – Teatro Experimental do Negro, ocorrida em 1948, demandou uma revisão de suas concepções sobre o tema e o reconhecimento da presença do preconceito de cor na sociedade brasileira, independentemente de outras variáveis consideradas.

A ideia de Quilombo, para Dagoberto José Fonseca, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara (SP), é mais um legado africano. Quilombo vem da palavra “Kilombo”, que em banto significa “sociedade guerreira com rigorosa disciplina militar”. “Havia pena de morte para adultério, roubo e deserção”.

Ademais, a oralidade é uma prática de linguagem e também objeto do conhecimento, próprios da realidade dos povos africanos e muitos dos hábitos da vida em Quilombos não são totalmente conhecidos, porque os quilombolas não deixaram registros escritos. “Sabe-se, porém, que eles eram governados por um rei, com o título de Ganga Zumba (“grande chefe”), assistido por um conselho composto pelos chefes dos vários mocambos (Correa apud Fonseca, Rede Soberania, 2018).

Comungo com a ideia de um grande legado de modelo de sociedade de organização coletiva deixado pelos povos africanos, completamente diferente do modelo de sociedade escravocrata que aqui encontraram, quando escravizados.

Segundo o Irmão “A. N” ., “as Mulheres da Irmandade sempre estiveram à frente de todas as ações, independente de participação na mesa administrativa, ou seja, nas Mesas de Honra como condignas’. Sem elas não somos nada, nem andamos a lugar algum. São responsáveis por coisas simples e complexas, como a organização do culto, produção de alimentos para os festejos e até pela lavagem da rouparia do culto, como a batina do padre”.

As mulheres do Rosário se revezam em atividades administrativas, assistenciais e culturais, além de atuar em rede de relações, favorecendo o empoderamento das mulheres na luta por direitos e pelo reconhecimento da

identidade. Completa o seu pronunciamento afirmando que “a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tem muitos homens, mas são as mulheres que fazem a Irmandade funcionar”.

A irmã “L.A.” concorda com a fala do Irmão acima, ressaltando que atividades de arrecadação de ofertas e doações não são realizadas em festas que foram tombadas como patrimônio artístico e cultural, como a festa de Santa Bárbara (Iansã) em 04 de dezembro e agora a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário em outubro, vez que, com o tombamento recebem recursos públicos.

Além da Festa de Santa Bárbara, que abre o calendário das Festas Populares em Salvador, outras festas como o de Santo Antônio do Categeró, Santa Efigênia e São Elesbão, são organizadas pela Irmandade. Com o tombamento da Festa de Santa Bárbara como Patrimônio Imaterial, além da iniciativa e doações de comerciantes do Centro Histórico, também dispõe de recursos público. As demais festas da Irmandade, em suas devoções, envolvem uma organização coletiva dos festejos, obtenção de recursos materiais e financeiros junto à iniciativa privada e os irmãos do Rosário, assim como, em ações promovidas pela Irmandade, a exemplo da distribuição de sopa da devoção de São Benedito, toda primeira quinta-feira do mês.

Há também uma forte presença feminina se revezando em atividades de rotina, como o controle do acesso para visitação da Igreja do Rosário dos Pretos, que é realizada por munícipes e turistas por um valor de R\$5,00 (cinco reais) e este e qualquer outro valor que entra como receita é administrado pela Irmandade e revertido na administração da estrutura física e do culto. Para “L. A.”, “uma Irmã do Rosário tem o dever e obrigação de zelar pela casa”.

Ao observar a característica de um genuíno quilombo, as Irmandades trazem, no passado e presente, a atuação de mulheres de muitas lutas e de uma característica no pensar e no fazer, muito próxima a características do quilombismo trabalhado por Abdias do Nascimento(1980), nas suas ações e num movimento sócio político e cultural, com múltiplas características, revezando-se em conformidade ao momento histórico, seja numa frente de ação cultural/resistência, cultural/assistência ou cultural/religiosa.

Uma visão mais comum remete às Irmandades ou Confrarias um cunho associativo, inclusivo, como uma grande rede de solidariedade, mas, ao olhar amiúde uma Irmandade Negra como a do Rosário dos Pretos, percebe-se que a

ação cultural é, sem dúvida, um locus de organização e de resistência do povo negro na América Lusa após a diáspora negra, o primeiro e grande intercâmbio cultural entre povos de diferentes continentes, até os dias atuais.

A ação cultural/resistência apresenta as Irmandades como espaços de luta e de se pensar estratégias de resistência, como a compra de alforrias na Sociedade Escravocrata, ou no curso histórico, em diferentes períodos, como na migração e radicação de mulheres negras no Recôncavo Baiano, preservando o conhecimento ancestral e participando de rebeliões e lutas como a luta pela Independência da Bahia.

Ainda hoje, as Irmandades negras têm nas ações culturais um marco de resistência, num movimento afrocentrado e voltado a identidade, ao reconhecimento e a cidadania. Internalizado no protagonismo coletivo, que é um legado dos antepassados.

Interessante contextualizar o quilombismo enquanto um fenômeno sempre atual nas irmandades negras e resultado do avanço dos vários quilombos, subversivos ou consentidos, muitas vezes criados pela elite branca, mas que se legitima nas ações realizadas por seus membros, consoante sabedoria ancestral. As Confrarias, Grêmios e Irmandades são espaços associativos urbanos e legalmente permitidos, posto que formado com Mesa Administrativa, estatuto ou regimento interno, criados pela elite branca (Nascimento, 2009).

Nascimento (1980) vê no quilombismo “um movimento amplo e permanente de resistência, genuinamente da realidade brasileira”, que se faz presente cada vez que o povo da diáspora e sua descendência luta pelos seus direitos, insurgindo na defesa da sua liberdade física e mental.

Surge do avanço dos quilombos, mas, enquanto movimento contínuo e permanente, ele perpassa a ideia física de espaço, tempo e a situação sócio histórica da escravidão, inserindo-se na Sociedade dos dias atuais, conferindo motricidade ao protagonismo da população negra em movimentos de combate ao racismo, discriminação, desigualdade. Embates permanentes por reconhecimento e redistribuição de renda em forma de acesso e oportunidades.

É o conceito de Quilombo em diferentes perspectivas históricas e em todas as mulheres que fizeram do associativismo a forma de inserção e atuação. As formas associativas são diversas, embora a memória escolar tenha definido

Quilombos como espaços rurais, onde se organizava uma sociedade livre, baseado na solidariedade, convivência e interesses coletivos, os chamados quilombos proibidos, como o lendário Quilombo dos Palmares.

Comungando com esta ideia da resistência associada a um caráter organizativo, Beatriz Nascimento (1977) aponta as falhas da historiografia ao retratar o quilombo, não explorando sua amplitude enquanto organização social. Acrescenta ainda Beatriz Nascimento (1985):

O quilombo, para Beatriz Nascimento (1985), representou um marco na capacidade de resistência e organização de nosso povo, explicita também as muitas revoltas negras como a Conjuração Baiana (Revolta dos Búzios), a Balaiada no Maranhão, Cabanagem no Pará e tantas outras como Revolta dos Malês, são suficientemente importantes para entender que sempre circundou um caráter de resistências entre negras e negros no Brasil.

Como cultural/assistência temos, na solidariedade e no papel inclusivo das Irmandades, a motivação inicial dos membros, que as viam como único espaço de convivência social na Sociedade Colonial, além de garantir rituais fúnebres, enterrando os seus mortos dignamente. Destaca-se um contributo futurista das Irmandades à ideia de seguridade e previdência social em Sociedades Protetivas. Aqui na Bahia, em relação à Irmandade do Rosário dos Pretos, destaca-se o trabalho da Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD, como organização civil de homens negros e livres no Brasil no século XIX, responsável pela assistência social.

Na frente cultural/religiosa destaca-se o papel das Confrarias, Irmandades ou Ordem Terceira, que são associações religiosas com modelo idêntico às Confrarias Portuguesas, seguindo regramentos e compromissos, espaços legitimados pela Igreja Católica, com o culto a um santo católico de devoção. O título de Venerável Ordem Terceira é uma deferência ou honraria que a Igreja do Rosário dos Pretos ostenta, significando “respeito” e “culto”.

As Irmandades têm em seu percurso histórico um papel agregador, como um Quilombo de preservação da identidade, do respeito à cultura e à ancestralidade, não importando se são criações Católicas ou se as suas ações as habilitam a um viés de resistência em toda trajetória secular. A atuação aquilombada e coletiva, que as mulheres do Rosário tão bem utilizaram e ainda utilizam, através de Redes de Apoio, tem resultado no fortalecimento da Irmandade, reconhecimento do seu trabalho e razão de sua longa existência.

Em todas as frentes de ações desenvolvidas pela Irmandade, seja cultural, assistencial ou religiosa, a presença de mulheres foi responsável por transformações sociopolíticas e econômicas, exercendo um papel agregador, num viés quilombista de preservação da identidade, do respeito à cultura e à ancestralidade.

Sob responsabilidade das mulheres não ficam só os afazeres domésticos, tipo cuidar da casa, limpeza das vestes, preparação de alimentos em eventos festivos ou atividades de rotina como a já referida sopa de São Benedito, às quintas-feiras, cabe também a organização do culto, atividades da rotina administrativa, porque a Irmandade é uma empresa, tem empregados, recolhe FGTS, PIS, paga o imposto que tem a pagar, diferente das isenções cabíveis à Igreja do Rosário dos Pretos, templo pedra, dirigido ao culto, consoante previsão constitucional.

Importante na manutenção dos conhecimentos ancestrais a atuação de mulheres também em cursos e em promoções de encontros e palestras com uma perspectiva afro centrada de observar princípios ancestrais, fortalecer a identidade e a cultura do povo negro, de forma que o direito à memória seja preservado. As mulheres negras foram as que mais utilizaram a oralidade para preservar toda ancestralidade, passando à sua descendência, através das suas falas, músicas, danças, lutas por reconhecimento e por redistribuição de renda e oportunidades.

As palestras também têm um cunho integrativo, informativo e capacitante ao diálogo com outras religiões, sejam de matrizes africanas, espíritas ou evangélicas. Os irmãos a definem como uma Irmandade Afro católica e a forma de se veem e organizarem o culto tem um comando ancestral. Têm ligação com o que os irmãos da Irmandade se referem como liberdade de ser e ter a crença que quiser e até um duplo pertencimento na fé, respeitando a crença alheia.

São herdeiros e disseminadores de uma cultura ancestral, que muito tem contribuído para um auto reconhecimento e valorização da identidade cultural pelo povo da diáspora. Pode ilustrar esta linha de atuação citando os Seminários que tiveram nos anos 2000, uma proposta de resgate da memória.

Seminários como o de “Avivamento da Memória” (Irmandade do Rosário dos Homens Pretos-Pelourinho, SSA-BA, 2000), por uma história contada pelo povo negro, especialmente pela mulher negra, favorecendo um debate ampliado,

que evoca consciência política e a cidadania, transversalizados com questões de gênero e etnia, como a História de Maria Felipa, que os livros não contam e que foi realizado pela Irmandade.

Segundo FARIAS (2010):

A História de Maria Felipa de Oliveira funda-se numa fonte de significações, de ressignificações e de múltiplos sentidos concretizados em comunicações, que suscitam emoção e ampliação da consciência política para as questões da cidadania quanto ao gênero e à etnia e para a sustentabilidade do patrimônio, ensejando o bem-estar social da comunidade (Farias, 2010, p.26-27).

Como também já mencionado, a busca por doações ou o trabalho de ganho nas ruas de Salvador, para obtenção de recursos para os festejos da padroeira e outros santos católicos, tem mudado com o tempo, primeiro por conta do tombamento de algumas festas como patrimônio público e, portanto, recebe recursos públicos para este fim e, segundo, as relações de trabalho mudaram com o tempo, a precariedade e a vulnerabilidade, hoje tem a exploração, a dominação e a desigualdade, próprios do capitalismo.

Outras atividades são específicas dos componentes da Mesa Administrativa e têm se projetado, firmando a necessária presença da mulher em todos os níveis de atuação, nas mais diversas formas, sem estigmas referentes à capacidade ou a uma falsa fragilidade, para coibir oportunidades.

Ressalta-se que, não obstante o declínio das Confrarias e Irmandades na República, após o laicismo entre Igreja e Estado, a Irmandade do Rosário dos Pretos manteve-se forte ao longo dos tempos, devido seu aporte cultural iniciado pelo intercâmbio cultural possibilitado pela diáspora negra.

O interessante é pontuar que, não obstante a colaboração, a manutenção do conhecimento ancestral, legados históricos, culturais e religiosos, a mulher do Rosário, de forma efetiva, cuidou da memória coletiva e individual do povo da diáspora e sua descendência e isto, dentre outros feitos, poderia resumir a atuação das mulheres do Rosário.

Esta é a forma aquilombada da organização e atuação das mulheres do Rosário. Aquilombada como uma construção do empoderamento feminino, da concretude e função social, que tem resultado à secular Irmandade uma atuação politicamente engajada. Aquilombar-se numa posição de resistência contra hegemônica.

Segundo Souto (2020)

A prática do quilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais. Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia Nascimento (1989), quilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, quilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político (Souto, p. 141, 2020).

“Na Irmandade do Rosário, a mulher sempre foi maioria no quantitativo de irmãos ingressos”. Esta citação é repetida com orgulho pelas irmãs do Rosário, atribuindo à fé e ao sentimento de pertença, além do compromisso com a ancestralidade, que reconduz à base matricial, como legado que se deixa como herança. Para o irmão “A. P.”, o Compromisso de 2001 é o resultado de um longo processo de luta para conferir justiça à atuação de mulheres na Irmandade, que tem como marco a organização social do trabalho.

A atuação é em rede, a produção é coletiva e o resultado, disponibilizado em comum. Segundo ele, a Irmandade e todos que a integram, giram em torno da figura de uma mulher, a Mãe do Rosário, que tudo pode e defende seus filhos.

3.3.1 Trabalho de ganho: organização secular do trabalho e empoderamento socioeconômico como premissa da luta e resistência

A organização e a luta da mulher negra sempre se apresentaram de diferentes formas. Internalizaram em suas ações estratégias que não apenas as reinventaram sociopolítico e economicamente, mas mobilizaram e deram sentido à sua causa e à do povo negro.

Da África veio uma experiência de mulheres com atividades comerciais, atuação no trabalho de rua e característica específica do trabalho coletivo e de manter uma rede de relações fundada no apoio, na assistência aos desvalidos, na solidariedade, crença, vida em comunidade, uma forma de agir e pensar, de forma quilombada.

Termo derivado do radical quilombo, como uma sociedade alternativa, que, no escravismo colonial, teve como seu agente social o negro escravizado, que, ao passar a viver a vida sob as regras do Quilombo, adquire uma consciência maior, que o retira da condição de negro fugido, para quilombola (Moura, 2019).

O estado consciente do quilombola invoca valores culturais ancestrais, dá um novo sentido ao trabalho, negando os moldes executados nos engenhos escravistas, por um trabalho livre de organização coletiva (Moura,2019). Trabalho que vem como legado africano, com uma perspectiva futurista do que hoje se discute como direito de propriedade, uso da terra e função social a esta propriedade e produção.

São temas interseccionais e transversais, de suma importância em discussões de questões complexas, que envolvem raça, gênero, classes sociais e que se desdobram, por sua vez, em racismo, sexismo, desigualdades sociais, ou estigmas, preconceitos, pobreza e invisibilidade social. Desdobram ainda, em relações sociais de produção estigmatizantes, não emancipatórias, não redistribuidoras de renda, não viabilizadoras de reconhecimento, apenas mais uma face capitalista do poder no bojo da sociedade. Seja nos séculos XVII, XVIII e XIX, sempre presente no trabalho informal de rua das ganhadeiras ou na informalidade atual do século XX e XXI, no subemprego ou atividades de ganho, que vêm resultando num empreendedorismo da mulher negra, sobretudo em vestuário e alimentos.

No espaço urbano, a produção e organização coletiva do trabalho mais se aproxima do trabalho de ganho empreendido pelo africano e a sua descendência, sobretudo no século XIX, no qual a mulher negra se imbuíu no exercício deste trabalho de ganhadeiras nas ruas, escravizadas, forras ou libertas (Reis, 1993).

Se o trabalho na venda de iguarias, secos e molhados, venda de produtos de fabricação própria, tinha uma uniformidade na forma de comercializá-los, a mesma coisa não se tinha quanto à remuneração do trabalho, vez que as negras libertas tinham uma margem de lucro maior que as escravizadas, cuja maior parte do dinheiro que ganhavam era entregue aos seus senhores, ficando com uma parcela, um pouco do lucro ou o excedente das vendas, que era utilizada para a compra de suas cartas de alforrias.

Embora o forte das ganhadeiras fosse o comércio de alimentos, sobretudo iguarias africanas, também comercializavam louças, tecidos e miudezas. Ganhadeira podia ser o ofício de mulheres libertas ou escravas, uma se diferenciando da outra no grau de interferência dos senhores e a apropriação de quase todo valor arrecadado. Ambas desempenhavam a mesma função,

contudo, as libertas integravam-se mais facilmente no comércio urbano, conseguindo prosperidade. Assim como o valor do trabalho da negra liberta era melhor do que o da negra escravizada, já que, não residindo com o senhor, não lhe dava despesas com casa e comida (Soares, 1994).

O referido trabalho possibilitava às mulheres escravizadas uma situação de maior liberdade em relação ao controle dos seus senhores, podendo entregar diariamente os lucros ou ficar dias longe dos seus senhores, comercializando seus produtos e prestando serviços. Era comum encontrar nesse comércio ambulante (tabuleiros, gamelas e cestas) ou fixo (quitandas), alimentos como cocadas, doces, canjicas, mingaus de tapioca, bolos, pães, açaçás, mungunzá, arroz e carne seca, carne de baleia, inhames cozidos, caruru, arroz de hauçá, peixe frito ou carne de sol, angu, feijão e farofa, frutas, verduras, refrescos, água, aguardente (Mattoso, 1992; Gonçalves, 2018; Durães, 2006).

Quando eram africanas, possuíam maior desenvoltura no comércio, justamente por terem experiências anteriores na Costa Ocidental da África, do que as crioulas, nome dado às afrodescendentes nascidas no Brasil, cujo trabalho era mais absorvido no âmbito doméstico.

Segundo Soares, o trabalho realizado pelas ganhadeiras apresenta proximidade com atividades desempenhadas na Costa Ocidental Africana, “onde eram consideradas exímias comerciantes(...) pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade” (Soares, 1994, p. 53-54).

Mulheres da antiga Costa da Mina, localizada no Continente Africano, onde se encontravam os povos jeje, que, com o tráfico negreiro, migraram para o Brasil, revelando positivamente a atuação de mulheres em negociações e na venda de mercadorias.

A desestruturação do sistema escravocrata e a urbanização acentua a presença do trabalho de rua e o investimento de ex senhores da economia rural, que foram se deslocando para o meio urbano, devido à crise do sistema agrário exportador. Durães (2006) faz considerações de quanto antiga é a prática do comércio de rua:

No século XVI e XVII, no início da formação das primeiras aldeias de povoamento (com os jesuítas), vilas e cidades, movimentando pequenas redes de trocas simples de mercadorias, ainda com predomínio da escravidão indígena. Porém, certamente, o trabalho de rua passa a ganhar impulso com a intensificação e posterior

desestruturação do sistema escravista africano, a partir do século XVIII e XIX, com o paulatino crescimento das cidades. (Durães, 2006, p. 67).

A partir do século XVII, o trabalho de ganho conhecido nas áreas urbanas passou por um maior controle de sua prática pelo Estado, o qual ainda na época do Império, objetivava a concessão de licença aos proprietários para o seu uso.

As flutuações do mercado eram entraves menores do que os estigmas sofridos na sociedade escravista, que as tornaram fortes e capazes de ascenderem economicamente, passando a movimentar a economia urbana. Registra-se na cidade de Salvador (como no Rio de Janeiro, Recife, dentre outras cidades de destaque político e econômico na Sociedade escravocrata), relativa importância das ganhadeiras na prestação de serviços, circulação de bens e produtos alimentícios, monopolizando espaços na cidade com os seus tabuleiros.

Interessante reforçar o papel destas ganhadeiras no comércio de rua de Salvador no século XIX, o qual resultou numa forma de poder sócio –econômico, seja na permissão de comercializar livremente no espaço urbano ou dispor de seus ganhos, em meio a significativas mudanças históricas neste período em todo o mundo. Apesar da omissão da legislação sobre este comércio, este tipo de prática era comum e muito intenso principalmente a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre os escravos e escravas de ganho tiveram direito a acumular pecúlio.

Se observarmos as características da sociedade brasileira e condições do mercado do final do século XIX, os trabalhadores de ganho, em seus ofícios, influenciaram a estruturação do mercado de trabalho livre brasileira, considerando os percalços de uma sociedade cheia de máculas e mazelas decorrentes da colonialidade impregnada num sistema econômico baseado na mão de obra escrava, que monopolizou por três séculos a economia da Colônia e Império.

Muito embora o patriarcado, como um sistema social fundado na cultura de uma supremacia de homens e de uma subordinação de mulheres socialmente construída, tenha vigência sobretudo à época da sociedade senhorial e escravocrata dos séculos XVIII e XIX, destaca-se a habilidade de mulheres que demonstraram, de forma exitosa, a sua atividade em pequenos Comércios, bem

como, a sua inserção social, político, econômica e cultural.

Trata-se de relações escravistas sob o sistema de ganho, no trabalho de rua de mulheres negras do século XIX, que tanto eram mulheres escravas, colocadas na atividade por seus senhores, como mulheres alforriadas, que buscavam tanto o sustento e, muitas vezes, a liberdade de seus companheiros e filhos, através da compra de alforrias (Reis, 2003).

Muitos fatores influíam no rendimento, seja pelo espaço ocupado nas ruas, sexo, idade, habilidades pessoais para o comércio e a saúde. O comércio de rua passou por um maior controle de sua prática pelo Estado, o qual ainda na época do Império, objetivava a concessão de licença para atuação.

Há que considerar preliminarmente o espaço urbano da Salvador do século XIX, a precariedade do trabalho e as relações sociais de produção existentes. O trabalho de ganho foi impulsionado com a urbanização das cidades e de um certo declínio da economia agrária, muito também por conta da desestruturação do sistema escravista. Isto vale não apenas como uma prática comum às mulheres negras, escravas ou libertas, mas às irmãs do Rosário, que também utilizaram o espaço da rua para o sustento e obtenção de recursos para a manutenção da própria Irmandade.

Atualmente, muitas Irmãs do Rosário atuam em atividades e trabalho de rua, com a venda de alimentos, a exemplo de iguarias vendidas em tabuleiros de Baianas de Acarajés, mas não para angariar recursos para a Irmandade, mas para sustento próprio e da família. Os Irmãos do Rosário quando falam da identidade do representante atual da Igreja Católica no Rosário “P.L.” com a ancestralidade presente na Irmandade, remetem ao fato da genitora deste ter sido baiana de acarajé.

A rua é o espaço que concentra uma grande mistura cultural, seja em termos de religião, das expressões no canto, na capoeira e nas lutas diárias, inclusive contra o poder público. Luta contra a dualidade entre o mundo da elite branca e a dos negros e mestiços. Não contra um patrão, porque relações trabalhistas não existiam e sim um regime de escravidão e, após período escravocrata, o trabalho do Estado à frente da administração pública também não acontecia, segundo argumenta Reis (1991) era “a luta entre dois mundos distintos e auto - excludentes, a saber, o da elite branca e o dos negros e mestiços – mundo branco e o mundo negro/mestiço”, a saber:

De um lado, chefes de polícia, Câmara Municipal, faziam valer as mais severas punições, prisões, multas, decretos e leis requisitadas pela elite, e de outro, os ganhadores, carregadores, vendedores (as) ambulantes, quituteiras, que representavam os grupos socialmente discriminados e excluídos do fazer oficial da cidade, mas que também estavam a servir aos interesses da elite branca. Era, portanto, uma estrutura social contraditória, na qual a elite branca dominante sempre saía ganhando, seja reprimindo ou liberalizando, era ela que sempre se beneficiava com a continuação ou derrotada do escravismo, com escravo no eito ou no ganho, com o trabalhador de rua ou com o assalariado livre nas fazendas (meeiro ou parceiro).

A relação das ganhadeiras com o espaço urbano é presente na cultura e ocupação de locais, dando vida a cidade. Autores como Soares (1994) e Durães (2006) também falam do equilíbrio das gamelas, cestas e tabuleiros nos torços firmados nas cabeças, perambulando em feiras livres, na região do porto, praças e mercados públicos. Um movimento de sobe e desce e uma aparente liberdade, em meio de um número cada vez crescente de negras e mestiças, causando certo desagrado à elite branca, que promoviam através das autoridades locais, perseguições e repressões às trabalhadoras, a saber:

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importantes para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupavam as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais (Soares, 1994, p.60).

Na prática, o trabalho de ganho funcionava como uma espécie de agenciamento da mão de obra, tanto das escravas como das libertas, ou seja, as ganhadeiras mantinham um vínculo com seus senhores ou quem demandava os seus serviços e ficava com a maior parte dos rendimentos, sob a vigência de um acordo ou contrato informal.

Havia um valor estipulado por um comerciante, atravessador, muitas vezes contrabandistas ou pelo proprietário, quando não alforriadas, e o excedente ficava com as ganhadeiras, daí o interesse de comercializar nas proximidades do Porto de Salvador e da Rampa do Mercado, ambos situados na Cidade Baixa, zona portuária, local com maior circulação de pessoas e mercadoria.

Mesmo reconhecendo esta situação de exploração, sobretudo de mulheres negras, muitas vezes havia o interesse de comercializar nos arredores

do Porto porque acreditava se tratar de um trabalho livre e por ser um local, como já referido, onde negros do trabalho de ganho, podiam desenvolver diferentes trabalhos, relacionando-se de forma coletiva e organizada no espaço urbano.

De acordo com Soares (1994, p.09):

(...) a vida urbana conferia aos escravos uma vida mais autônoma, onde podiam reunir amigos, desfrutar com mais liberdade da companhia da mulher e dos filhos. A família tinha a função de reforçar os laços de solidariedade étnica e religiosa. Conflitos e amor são características também da família escrava e liberta (Soares, 1994, p.09).

A presença de mulheres negras nas ruas de Salvador, realizando diversas atividades no ofício de ganhadeiras, termo, segundo Durães (2006, p. 80) que traz a ideia de uma pessoa que “ganhou ou almeja ganhar, foi o vencedor”, mas, a imagem propagada no século XIX pela elite branca”, aponta a existência de um grupo social subalterno e à margem, inclusive, do processo produtivo, a saber:

Certamente, funcionou muito mais como uma forma negativa de tipificar um grupo social subalterno, como um modo de dizer que eles e elas (ganhadores e ganhadeiras) não fazem parte do mundo branco, da sociedade, mas que estão alijados, nas ruas, mas em apenas algumas ruas, ou melhor, uns cantos de rua (Durães, 2006, p. 80).

O mesmo acontece com a relação de gênero, ou seja, em termos de rendimentos, o trabalho masculino era mais valorizado, assim como o valor do trabalho de ganho da negra liberta em relação à escrava. Segundo Soares, “Há ainda registros de que “valorizava-se mais o trabalho masculino em até duas vezes o valor estabelecido para os ofícios femininos” (Soares, 1994, p. 50).

Havia uma espécie de exploração do trabalho de ganho tanto pelo senhor escravocrata e certa valorização do trabalho masculino, na maioria braçal, como o transporte de pessoas, tintas e atividades no armazenamento de mercadorias no Porto, em relação ao trabalho feminino, que em sua maioria prestavam serviços domésticos e comercializavam alimentos.

Para o senhor escravocrata que tinha escravos de ganho era um comércio ambulante rentável, no qual, em apenas três anos, os senhores recuperavam o que tinham gastado com a compra do escravo ou dos acordos firmados, quando libertos.

Para Reis (2003):

(...) com o capital investido no escravo após pouco mais de três anos, [o senhor] usufruía um lucro líquido ao longo dos próximos seis anos, com o qual poderia ainda comprar talvez mais dois escravos novos. (...) Era um excelente investimento, sobretudo a época de prosperidade econômica, quando se dinamizava o mercado de trabalho dos ganhadores. Nas épocas de baixa, continuava a compensar porque os escravos podiam se auto-sustentar – comer, vestir e muitas vezes morar com recursos próprios. (Reis, 2003, p.352-353).

Outrossim, o trabalho das ganhadeiras nas ruas de Salvador tem um forte traço ancestral e identidade cultural, que vem sobrevivendo, ao longo do tempo, ao aparato repressivo do Estado, às lutas travadas e ao racismo estrutural presente nas relações de gênero e raça. No sobe e desce das ladeiras entre o Centro Histórico e o Porto de Salvador, o trabalho de ganho movimentava o comércio das ruas de Salvador. Reis (1991) afirma que este trabalho urbano, ao ser realizado por ganhadeiras acabava tendo maior prosperidade, conferindo sobrevivência a elas e a sua família, a saber:

Uma das práticas dos ganhadores neste sobe e desce de caminhos íngremes e árduos era o canto, cantoria que afirmava sua cultura e identidade. As canções africanas de trabalho faziam parte das caminhadas, mas sobretudo eles criavam letras de canções que denunciavam a realidade vivida por eles: críticas acerca dos senhores, dos brancos e da escravidão (Reis, 1991).

Continua Reis (2000):

Além da cantoria, o que marcou fortemente as ruas de Salvador foram os cantos: locais de concentração dos escravos e libertos, trabalhadores de ganho, que se encontravam ali a espera do trabalho, “verdadeiras instituições africanas”, “grupos de trabalho etnicamente organizados” (Reis, 2000, p.216, p.199).

Soares (1996), ressalta que essa movimentação de negras e mestiças ia de encontro com os padrões da Sociedade Escravocrata, que promovia exclusão e uma postura de invisibilidade seguida de perseguições e repressões, pelas autoridades, para com essas trabalhadoras, a saber:

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importantes para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupavam as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais (Soares, 1996,p.60).

Apesar de uma maior concentração do trabalho de ganho ocorrer a partir do século XIX, há registro de trabalho de rua desde o início da colonização do

Brasil, no século XVI e XVII, no período das missões jesuíticas, ainda escravidão indígena, com a formação de aldeias ou pequenas vilas e cidades. Comum nesse período a prática do escambo, trocas de mercadorias com a vigência de um sistema mercantilista.

Vale ressaltar que a presença da mulher negra nos espaços urbanos, escravizadas e libertas, teve uma maior adaptação no cenário urbano, trabalhando no comércio de rua para os seus senhores, prestando diversos serviços na cidade. A maior parte do dinheiro que ganhavam era entregue aos seus senhores, ficando com uma parcela — um pouco do lucro ou o excedente das vendas, que era utilizada para a compra de suas cartas de alforrias e, mesmo libertas, continuavam nesse serviço aos seus senhores, para também alforriar companheiros, filhos e irmãos negros escravizados.

Para as Irmãs do Rosário, o trabalho de ganho foi sempre uma forma de obtenção de recursos para utilizar na edificação do templo, na manutenção do auxílio ao próximo e assistência aos desvalidos, bem como para custear as ações da Irmandade e os festejos religiosos. Este tipo de trabalho de ganho com o aval religioso era mais aceito, diante prática de solidariedade e assistência.

Figura nº 08- Igreja do Rosário 1859 -Pelourinho século XIX



Fonte: Foto de Ben Mulock em 1859, Pelourinho século XIX

A fotografia de Ben Mulock em 1859, retrata o Pelourinho do século XIX, onde havia nos arredores da Igreja do Rosário, como posição estratégica de proteção, uma concentração de trabalhadores de ganho. Uma cópia desta

fotografia encontra-se exposta no Museu da Cidade do Salvador, ante a sua importância histórica.

O estigma do trabalho de ganho no século XIX pela “elite branca” aponta a existência de um grupo social subalterno e à margem, inclusive, do processo produtivo. Ao fazer o registro sobre a Greve Negra de 1857 na Bahia, João José Reis “insere 1857 como o nascimento da autoconsciência dos ganhadores enquanto classe trabalhadora a partir da greve, entendendo também o fator racial como uma forma de viver esta posição social”.

Acrescenta Reis (1991):

Em um contexto em que a condição de ganhador ou ganhadeira, mesmo que liberto, não garantia a total emancipação e autonomia, lutar pela liberdade era também lutar e/ou negociar as interferências abusivas das autoridades sobre o exercício do ganho, inclusive resistir por sua manutenção na cidade. A experiência de disputa em torno de direitos, portanto, se iniciou no mundo do trabalho escravo e não com o operariado imigrante no início do século XX, como se ressalta em relação às greves do início do século XX.

A informalidade do trabalho de rua do século XIX e a precarização do espaço urbano e da situação social dos trabalhadores de ganho, sem dúvida, foram problemas que aumentaram algumas insatisfações, vez que sofriam repressões do poder público municipal, além do processo de exclusão, o qual vivenciava na sociedade. Consequência do perfil histórico e fatores socioeconômicos vivenciados pelos trabalhadores de ganho numa sociedade que privilegiava os brancos e que condicionaram a greve, dentre outros.

Parece um equívoco uma greve sobre condições de trabalho, avalia Reis (1991), ante a inexistência de um mercado de trabalho assalariado, sob moldes capitalistas e sim um sistema escravocrata, com suas incongruências e contradições. A greve é o resultado da precariedade das condições sociais do trabalho dos ganhadores no espaço urbano. A medida disciplinar que regulamentava o ofício dos trabalhadores de rua, lançada em 1857, referia-se à liberação da prática, mediante a concessão de licença concedida pela câmara municipal.

Em seu livro “A Greve Negra de 1857 na Bahia”, Reis (1991) resume a motivação da greve a um maior controle policial e ao aumento de impostos, conforme Lei que surgiu para disciplinar o trabalho do negro em Salvador. O edital da Câmara destacava: 1) ganhadores de cesto ou tina; 2) ganhadores de

pau e corda; 3) carregadores de cadeiras – todo negro dedicado ao trabalho remunerado de rua.

Esta Lei escondia o verdadeiro interesse, ou seja, a perseguição, sobretudo ao africano, para que este retornasse à África ou ao trabalho nas fazendas. O contexto na capital da província era de uma maioria de negro (70%) em relação aos brancos (30%) e isto era temido por muitos. Dos 70% dos negros, 30% a 40% eram africanos, de maioria nagôs, devido à última carga antes da proibição do tráfico. Os africanos tinham conhecimento na atividade do comércio, o que também era uma ameaça aos comerciantes locais. Interessante que a Lei não incluía as ganhadeiras, que mercadejavam secos e molhados nas ruas do Centro Histórico de Salvador. Esta lei foi direcionada apenas ao trabalho de ganho masculino, forros, libertos ou escravos.

Todo o transporte de mercadorias era realizado por negros, sendo que existiam trabalhos que o crioulo não fazia, já o africano realizava todo tipo de serviço. O trabalho do ganhadeiro nas ruas, quando agenciado e explorado pelo senhor do escravizado que realizava o trabalho de ganho, tornava-se uma espécie de escravidão de rua sem feitor, mas, ainda assim, apresentava-se como vantajoso para os ganhadeiros escravizados. Vale, por oportuno, esclarecer que o trabalho de ganho para os libertos tinha outra autonomia.

A organização do trabalho tinha um caráter essencialmente coletivo, agregador da experiência africana com o comércio de ganho, organizados em cantos, que podiam estar em toda parte: praças, ladeiras, ancoradouros. A ganhadeira, embora livre da Lei que, do ponto de vista fiscal, taxou o pagamento de 2.000 reis para a inscrição/matrícula e 3.000 reis por uma placa, que aviltava a autoestima de ganhadores, que deveriam andar com uma placa no pescoço, identificado como um animal.

Apesar de não estarem incluídas na Lei executada pela Câmara, as mulheres negras não ficaram omissas ao fato. Segundo Reis (1991), enquanto os ganhadores cruzaram os braços, as ganhadeiras os alimentavam, garantindo a resistência, sobretudo dos negros livres, vez que os escravizados eram obrigados pelos seus senhores a retornarem ao trabalho de ganho e, por isto mesmo, muitos foram alvo dos grevistas, acusados de serem fura greves. Esta atuação das ganhadeiras também foi constatada no episódio da Revolta dos

Malês. Em 1835, ganhadeiras foram acusadas de fornecer comida aos rebeldes malês e participar da conspiração (Reis, 1968, P. 242).

Esta atuação das ganhadeiras não era ignorada pelas autoridades da época, tampouco também estava livre do controle e da vigilância, nem dos embates com autoridades da época, conforme Soares (1996, p.65):

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importante para a distribuição de bens essenciais a vida urbana, preocupava as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais.

(...)

No século XIX, as leis deixariam de proibir a participação negra no varejo, mas continuariam a tentar um controle seguro. Constantemente as negras defrontavam-se com as autoridades municipais, especialmente fiscais que exigiam o cumprimento de posturas.

Interessante, ainda, trazer a associação do trabalho de ganho ao crime, bem parecido ao tratamento até hoje dado ao trabalho informal. O trabalho do negro tinha a sua disciplina, não da organização conhecida por uma sociedade escravocrata, mas uma organização coletiva, distribuídos em cantos, que funcionavam na cidade, como estação de trabalho-símbolos, territórios altamente disputados.

O trabalho da mulher negra seguia esta organização coletiva e não estava livre dos controles, pelo contrário, era cobiçado por senhores que, na cidade, queriam se estabelecer no comércio, porque o poder de penetração da mulher no espaço urbano era mais aceito, infelizmente muito pela sensualização e exploração de seus corpos e do seu trabalho de ganho, até por atravessadores pardos, que as intimidavam e as extorquiam.

Essa situação nem sempre imperou em Salvador. No período colonial uma legislação portuguesa concedia a exclusividade do comércio varejista as mulheres brancas. O comércio varejista permaneceu por muito tempo a única atividade aberta às mulheres livres na sociedade escravista²⁰. Mais tarde este privilégio foi estendido, por força do uso, a mulheres das mais variadas condições sociais, as negras inclusive. Não raro, proprietários bem sucedidos colocavam também suas escravas no ganho (Soares, p. 63)

Antes, porém, ressalta-se que o comércio varejista, aquele realizado em pequenas quantidades e direto ao consumidor, era exclusividade da mulher branca, cujo trabalho era em estabelecimentos comerciais, tendo a mulher negra

ascendido e se destacado no trabalho de ganho, informal e de rua, concluindo Soares (1996, p. 70-71):

As negras de ganho tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo enfrentar de maneira peculiar as flutuações do mercado e as medidas de vigilância e controle social. Fugindo aos lugares a elas destinados na sociedade escravista, ascenderam a condição de pessoas de relativa importância na economia de Salvador, particularmente por realizarem a circulação de bens alimentícios essenciais. Apesar da vigilância fiscal e policial imposta aos negócios exercidos por africanos, as mulheres, parecem ter se saído bem, ao ponto, inclusive, de poderem monopolizar alguns setores de comércio, como vimos anteriormente (Soares, 1996, p. 70-71).

A passagem do Brasil Colonial para o Imperial e República acontece num curso histórico repressivo, de uma relação mais pessoal e do controle passando do Senhor para o Estado e determina importante mudança institucional no país, ligada à repressão de atividades de rua, onde o Estado representa os interesses da elite branca conservadora. Assim, o trabalho de rua ganha nova dimensão, ou seja, sai da relação senhor/escravo, para o tripé: senhor - Estado/polícia - trabalhador de rua.

Após a Lei Aurea o trabalho de rua se reinventa. As ruas passaram a ser espaços de comercialização de brancos e negros, a relação com os senhores dá lugar à presença do Estado para regular as relações sociais de produção. Neste momento histórico ainda não se fala em relações de trabalho e emprego.

Reis (2000) traz algumas considerações sobre o contexto da rua após a abolição, ou seja, em vez de ser de liberdade a toda população negra, passa a ser um espaço de controle e demarcação por parte do poder público, o que ele chama de anacrônico.

Para Reis (2000):

Se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia ao Estado a tarefa de controlá-los.
(...) Daí também a transferência para a polícia, órgão repressivo por excelência, de uma tarefa que antigamente era feita pela municipalidade. (Reis, 2000, p.201-202).

Quando a mudança do elemento repressor sai do Senhor Escravocrata e se fixa na figura do Estado, percebe-se mudanças e uma situação divergente, de maior aparato repressivo. Serviu também, contraditoriamente, como um fator de possíveis concessões e ameaça coletiva (ao poder constituído, à cidade e ao

Estado, ao sistema e à elite branca), que tentava melhor controlar os trabalhadores de rua (os negros e mestiços em geral).

O espaço urbano, antes movimentado por negros escravos ou libertos, sofre uma ressignificação e o Estado, com sua política de branqueamento, fomenta práticas de um racismo institucional. De um lado o senhor perdeu força frente aos ganhadores (escravizados, libertos e população livre), que vão reestruturar a atividade de ganho como forma de trabalho autônomo, mas submetidos às leis do Estado.

Outrossim, não se pode falar da organização secular do trabalho de ganho nas ruas de Salvador, sem ressaltar que, muito embora a política eugênica tenha lançado tentáculos, sobretudo na conformação do espaço urbano, a tradição de ganhadeiras hoje tem assento na cultura baiana, a exemplo do grupo de ganhadeiras de Itapuã. Na página inicial do site Associação Cultural “As ganhadeiras de Itapuã - Museu Casa de Ganho, desenvolvido por Solisluna, assim está descrito:

Formado por senhoras, crianças e músicos locais, o grupo **As Ganhadeiras de Itapuã** nasceu da vontade coletiva de resgatar, valorizar e fortalecer a riqueza da identidade cultural do bairro de Itapuã, com base na lembrança das tradições e festejos que marcaram a história desta antiga vila de pescadores. (Museu Casa de Ganho, 2021)

Outras atividades de ganho, decorrentes do comércio informal de rua e que guardam conformidade com a cultura ancestral são baianas de acarajé, que, em 2012, tiveram o reconhecimento como Patrimônio Imaterial da Bahia, a partir de ofício incluso no livro de Registro Especial dos Saberes e Modo de Fazer, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural.

A profissão hoje é regulamentada, através do Decreto Municipal de Salvador nº 12.175/1998 e portarias subsequentes, que trata, dentre outras coisas, a cultura ancestral presente nas indumentárias, como “torso de seda, brincos de ouro, corrente de ouro, pano-da-costa e sandália enfeitada”, parafraseando o cantor baiano Dorival Caymmi. Trata ainda das questões sanitárias, para a manipulação de alimentos, manuseio e higiene.

Os tabuleiros e as gamelas do passado, de iguarias da culinária afro brasileira, guardam no ofício das baianas de acarajés, elementos da cultura e religiosidade de matriz africana, mas também, um pouco da cultura dos povos originários, em alimentos à base de milho e mandioca, como enrolados em

folhas.

Segundo as irmãs do Rosário, que atuam no trabalho de ganho nas ruas de Salvador como “baianas de acarajés”, este “é o reduto ancestral, que requer identidade, religiosidade e um legado, posto que é herdado”. De certo, nenhuma tentativa de demarcação no comércio informal aqui no Brasil, após a Lei Áurea, tiraria da população negra atividades que concentrassem a cultura ancestral e a produção coletiva das mulheres. Ante o exposto, Irmãs do Rosário, que são baianas de acarajé, reconhecem a ancestralidade deste patrimônio baiano, que vem do trabalho de ganho de escravizados e libertos e hoje tem o reconhecimento e a tutela de órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Salvador e do Governo do Estado.

Há historicamente um descompromisso político, que salvaguarda interesses e mantém privilégios, mas há também perspectivas epistemológicas e metodológicas que podem contribuir na direção de rever as relações raciais no Brasil e que, decerto, abrem novas análises e discussões deste processo e o enfrentamento.

Assim, em meio a desigualdades estruturais e uma força cogente antes do escravocrata e hoje do Estado, o trabalho de rua permanece atual, mas com características próximas ao passado, uma organização secular baseada nos espaços urbanos, na informalidade, desigualdades da não inserção no mercado formal e num empoderamento socioeconômico dos ganhadores como premissa da luta e resistência.

Atualmente, como um legado ancestral, temos mulheres no Rosário que comercializam alimentos em tabuleiros, outras são baianas de acarajé, mantendo em suas iguarias, no rito em torno da preparação do alimento, a reverência à cultura dos antepassados e a consciência do seu papel na manutenção do trabalho de ganho, o aporte cultural e o compromisso com o direito à memória.

CAPÍTULO IV - SALVE MARIA: SOB AS CONTAS DO ROSÁRIO, PROMESSAS DE CIDADANIA

Quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta
com ela. (Ângela Davis)

Salve Maria é a saudação entre os Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Pelourinho, em reverência à Nossa Senhora a Mãe de Deus e nossa. Feminina saudação à rainha, invocação pelos confrades em “família”, tanto quanto é a Irmandade no aceno à inclusão e a Mãe do Rosário ao pertencimento, porque a condição maternal faz dos seus filhos e filhas, Irmãos do Rosário.

O Compromisso de 2001 não apenas possibilitou a participação das mulheres na Mesa Administrativa, mas ações em prol da ancestralidade e o Direito à Memória. E, se a legalidade é fruto de luta e resistência, vale uma saudação ampliada, com permissão da Rainha, Mãe do Rosário, COMPROMISSO DE 2001

4.1 Direito à Memória e à cultura: o legado ancestral sob uma condução feminina

Reconhecer a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos como uma Instituição Afro católica significa uma preservação da fé de matriz africana com a presença do catolicismo europeu e seus dogmas e santos.

Desde o século XVII, inúmeras confrarias católicas foram criadas na cidade de Salvador e em menor número na zona rural. Escolhiam seus oragos, entre os santos de devoção negra, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito de Palermo, Santa Efigênia, Santo Elesbão, Santo Rei Baltazar e Santo Antônio do Categeró. As devoções aos santos negros, propagadas pelas ordens religiosas, com o tempo escaparam do controle das mesmas, ao serem apropriadas pela população negra, constituindo um espaço significativo para as reinterpretções da mensagem católica (Reginaldo, 2011).

Em ‘Os Rosários dos Angolas’ (Reginaldo, 2011) é apresentado o aproveitamento dos espaços das Irmandades pelos angolas e congos,

observando a não inserção na sociedade colonial e, portanto, a necessidade de buscar formas de pertencimento para, dentre outros motivos, reconstruir suas identidades sociais. Assim a autora refere:

Na reconstrução da identidade, a dimensão religiosa na sua dupla face, religiosidade nativa e cristã, desempenhou um papel marcante. A presença da religiosidade cristã pode gerar perplexidade para os que desconhecem a longa presença cristã no Congo e em Angola. O catolicismo nesses países exerceu um papel mediador entre africanos e portugueses. Muitos escravizados, ainda na África, tiveram contato com ritos e símbolos cristãos. (Reginaldo, 2011, p. 823).

É, de fato, uma perspectiva inclusiva em que a mulher tem um protagonismo, determinando a sua luta e resistência, desde à sobrevivência ao rapto forçado e à viagem ao novo continente em situações insalubres e de violência física, mas que marca o grande intercâmbio cultural que foi a diáspora africana. Muito da criação de novas bases culturais vem do conhecimento ancestral, da manutenção da identidade cultural e do repasse a outras gerações e isto é muito da mulher e do seu sentimento de pertença.

Este intercâmbio cultural, possibilitado a partir da diáspora, é apresentado por Gilroy (2001) na metáfora do Atlântico Negro. Aqui temos o uso político deste conceito não como uma dispersão catastrófica, e sim, a partir de novos fluxos e novas bases culturais, enfatizar o problema e os limites da identidade étnica e racial, redefinindo a mecânica cultural e histórica do pertencimento. A ideia de Gilroy é de rompimento do território para determinar a identidade e o surgimento de uma nova topografia, redefinindo novas formas de identificação no tempo e espaço.

Segundo Gilroy (2001):

Sob a chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem (Gilroy, 2001, p. 25).

Muitas memórias, crenças, laços ancestrais, cultura (arte, música, dança), inclusive a fé no Rosário, seja por influência dominicana (expedições de São Domingos de Gusmão, século XIII na África) ou como resultado de concepções cristãs africanizadas do processo de catequização, realizada no Congo e Angola (região da África Central no século XVI), vieram com os africanos nos porões dos navios negreiros (Reginaldo, 2011). A fé na Virgem

Maria aderiu à crença popular, servindo de esteio para a evangelização dos povos colonizados pela Coroa Portuguesa.

Aqui na Bahia, data do século XVII, consoante pesquisa de Reginaldo L. (2011) as primeiras Irmandades Negras com a invocação da Virgem do Rosário, compostas de escravos e libertos, servindo como um canal de inclusão e, ao mesmo tempo, expressão da população negra no período colonial, com a incorporação de ritos e objetos do culto, como o rosário e certa familiaridade ao catolicismo.

Desde então, a saudação Salve Rainha invoca os seus filhos e filhas, devotos da Virgem do Rosário, a andar sob a sua proteção. Para os irmãos do Rosário, numa sociedade escravocrata, ausente de direitos, esta proteção via Irmandade, era a única forma do povo negro se fazer presente e incluso nesta Sociedade. Com as Irmandades Negras, o povo negro (escravizados, alforriados ou libertos) edificava as Igrejas, saía dos espaços laterais, passando também a ocupar as naves centrais.

Consoante Rocha V. (2018, p.02):

A criação de irmandades negras foi uma das maneiras encontradas pelos escravizados para fortalecer seus vínculos e buscar alternativas para uma vida menos sofrida no Brasil. Na Bahia, a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho é uma dessas instituições que conseguiu certa autonomia e resistiu às dificuldades encontradas à época, deixando de ser uma confraria de altar lateral e construindo sua própria igreja no início do século XVIII (Rocha, V.J. 2018, p. 02).

A diáspora africana provocada pelo deslocamento ou rapto de pessoas do continente africano resultou também no encontro dos três continentes, o europeu, o americano e o africano, que alterou os contornos e perfis socio-históricos e culturais. A dispersão dos povos e o surgimento de novos fluxos de pessoas e rotas com a diáspora criaram novas bases culturais, fundadas na ideia de desterritorialização da cultura, como visto na metáfora do Atlântico Negro de Paul Gilroy. A cultura não mais presa ao espaço, mas como um legado, enquanto conhecimentos, crenças, hábitos, que viajaram nos navios negreiros e aqui ganharam novos contornos.

Num movimento contrário, práticas e discursos decoloniais vêm possibilitando reconhecimento, redistribuição, ou simplesmente uma recondução do povo negro, à sua matriz ancestral. Legado que atravessou o atlântico com os povos que foram raptados, sofreram violências e tiveram que reconstruir suas

bases culturais em outros espaços.

Não se pode negar que muito deste movimento encontra efetividade através da atuação feminina. Legado que tem muito do conhecimento ancestral de matriarcas africanas, líderes que tiveram encontro com uma cultura europeia, de princípios cristãos judaicos, que submetiam mulheres ao crivo de uma sociedade patriarcal, machista, que preconiza uma submissão das mulheres.

Muito do conhecimento transmitido por gerações de afrodescendentes tem na oralidade um veículo que as mulheres sempre aprimoraram muito bem em defesa de elementos da cultura africana.

Trazer a África, a cultura africana e o povo africano ao centro, mudando o foco que tentou apagar suas contribuições históricas, culturais, sociopolíticas dentre outras. Segundo Molefi Kete Assante, “o afro centrista está preocupado em proteger e defender os valores e elementos culturais africanos como parte do projeto humano”.

O Direito à Memória permite um resgate, um recontar da história sob a ótica de uma proposta decolonial. A referida proposta requer um rompimento epistêmico e um discurso afro centrado. Segundo Assante (2009,p.93):

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (Assante, 2009, pag. 93).

A visão afro centrada tem a ver com tempo e lugar. O tempo dista de uma sociedade escravocrata até uma sociedade democrata, ambas com diferentes roupagens e a mesma ausência de direitos no tocante à raça, gênero e classe social. Por outro lado, a localização africana por muito tempo foi propositadamente invisibilizada. As próprias teorias de conhecimentos trataram de apagar da memória qualquer rastro que conduzisse a uma localização africana, como um dos ramos principais da afrocentricidade.

Segundo Molefi K. Assante:

“Localização”, no sentido afrocêntrico, refere-se a lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história. Assim, estar em uma localização é estar fincado temporária ou permanentemente, em determinado espaço.

[...] Descobrir a localização de alguém refere a saber se essa pessoa está em um lugar central ou marginal com respeito à sua cultura. (Assante, 2009, p. 96)

A afrocentricidade vem colocar o africano, seus saberes e a sua cultura no centro ou simplesmente tirá-lo da posição periférica ou da invisibilidade orquestrada por teóricos representantes de uma elite branca. Articula uma poderosa ideia contra hegemônica e, portanto, questionadora da epistemologia colonial, enraizada na realidade e experiências culturais, eurocentradas e patriarcais.

O conhecimento ancestral que vem reconduzindo a base matricial teve no passado o aporte das Irmandades Negras como espaço de identidade racial, político, sócio inclusivo e religioso e a atuação das Mulheres de Irmandades Negras, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como referência de luta e resistência, posicionando-se na contramão das relações de poderes. Vem com um chamado ao ativismo, ao reconhecimento e à identidade cultural, divulgado e internalizado em diferentes espaços.

Pesquisas, como a da Irmã do Rosário, Anália Santana, cuja dissertação de mestrado sob o título “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969-2001)” traz uma denúncia de relações históricas desiguais, provocando inquietude frente a uma discriminação de gênero na Irmandade do Rosário, que dista desde a sua criação no século XVII, em Salvador – Bahia - Brasil, prolongada por quatro séculos de história.

Esta pesquisa de Anália Santana repercutiu positivamente na autoestima dos irmãos pelo feito de uma Irmã, como uma conquista coletiva, que dignifica a Irmandade e provoca reflexão e discussão sobre as relações de gênero e poder no interior da Irmandade. São unânimes, o orgulho e o respeito em relação à pesquisa e a pesquisadora.

Interessante destacar o poder cultural presente nas Irmandades Negras, responsáveis que são pela transmissão do legado da ancestralidade, da identidade étnica e da cidadania cultural do povo da diáspora e descendência. Poder que evoca o direito à memória e à redemocratização, numa perspectiva emancipatória.

Revestida de um legado cultural e um vínculo com questões emancipatórias, a Irmandade, através de uma Missa Festiva celebrada pelo Padre Lázaro, saudou os participantes na abertura do Fórum Cultural de Secretários e Secretárias de Cultura, vinculada ao G20, cujo encontro foi de 04 a 08 de novembro, em diversos locais da capital baiana sob o slogan: “A cultura do Mundo vai estar na Terra da Cultura”.

O evento contou com a participação de Ministros e Ministras da Cultura e delegações dos 20 países com as maiores economias do mundo, além de países convidados e mais de 20 organizações internacionais como UNESCO e UNCTAD, segundo informação do Secretário de Cultura.

Figura nº 09- Padre Lázaro no altar ao fundo e o Secretário de Cultura do Estado da Bahia, Bruno Monteiro - Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Cultura



Fonte: Fotografia Stela Santana, 2024

Acima o registro da presença do Secretário de Cultura do Estado, Bruno Monteiro, ratificando a importância da Irmandade neste movimento cultural e associativo, de inclusão e de ações sócio promocionais, que efetivam o exercício da cidadania. Segundo o Secretário, o Governo do Estado foi o anfitrião da reunião de Ministros de Cultura e do Grupo de Trabalho de Cultura do G20.

A importância sócio, política e cultural deste Fórum, para a Irmandade, é a visibilidade internacional e o estreitamento das relações com outros órgãos, com vistas à manutenção da cultura ancestral, sobretudo neste momento em que a Igreja do Rosário dos Homens Pretos recebe o título de Patrimônio Imaterial.

Durante algum tempo, por interesses diversos, inclusive racistas, o protagonismo sociopolítico das Irmandades e dos confrades foi mitigado e escondido sob um apelo religioso e uma passividade, como se indiferente e alheio às tensões sociais. Hoje, Irmandades Negras como a do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte têm o seu mote de atuação, num direito à memória e à cultura, como um resgate e, ao mesmo tempo, manutenção da sua identidade.

A condução feminina vem também pela oralidade, nas músicas e nas histórias ouvidas pelos antepassados, como um canto ou um conto para espantar o banzo ou para ter a mãe África sempre por perto e presente na memória. Um legado ancestral, passado por gerações advindas de uma realidade afro diaspórica, tornando as Irmandades espécies de núcleos de resistência também cultural, como um quilombo urbano atual e atuante na perspectiva do reconhecimento e da manutenção e repasse do conhecimento ancestral.

4.2 Histórias de Vida, de Irmãos do Rosário e de Mulheres da Mesa e de Honra

Quando se pesquisa uma Irmandade secular como a do Rosário, revisita-se parte da história de três continentes e de uma trama de relações entre eles, conhecida a partir da modernidade inaugurada com a descoberta das Américas. Era das grandes navegações, da descoberta de um novo mundo, demarcado entre o renascentismo dos séculos XIV e XVI, como um movimento cultural, que realizou a transição entre a idade média e a moderna e o iluminismo, enquanto conceito histórico que se estendeu até a Revolução Francesa.

De modo específico, uma história que é a nossa, demarcada pela modernidade e o Projeto Eurocêntrico de poder, que o Sociólogo Anibal Quijano define como colonialidade do poder e que esculpiu as estruturas desiguais em que a sociedade brasileira foi moldada.

Contudo, fechando o foco na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, temos, a partir de sua história secular e do relato dos irmãos, a realidade e a trajetória de uma Irmandade negra, que, por quatro séculos, se posiciona sócio politicamente como espaço de resistência, de construção de identidade e de sociabilidade.

A pretensão é que o registro etnográfico, a partir do olhar e o ouvir atento dos comentários dos irmãos, consolide uma teoria a respeito da atuação das mulheres numa Irmandade de Homens Pretos, posicionadas na contramão das relações de poder existentes em toda trajetória histórica.

A partir dos relatos, alguns temas abordados nos capítulos anteriores serão aprofundados com base na experiência e no conhecimento dos Irmãos do Rosário em relação à atuação das mulheres na Irmandade, a despeito das relações de poder externos e internos a esta.

Inicialmente serão apresentados aspectos do princípio basilar da ancestralidade, esta como fonte de conhecimento e conexão com o passado. Assim, fundamentado no conhecimento repassado pelos antepassados, foi observado que a oralidade foi a forma mais utilizada no repasse deste saber ancestral, agregada à prática da partilha e da fé no Rosário, que, nos quatro séculos de Irmandade, se renova a cada geração. Os filhos são conduzidos por seus pais e se tornam uma grande família, constroem um sentimento de pertença e entendem que são responsáveis por também passar adiante este legado.

A mulher negra mantém a ancestralidade em suas veias, em suas lutas diárias, na resistência, no direito à memória, crença na sua cultura e na sua religiosidade, manutenção de um saber e organização coletiva do trabalho em rede de relações. O conhecimento ancestral e a oralidade da população negra e descendência possibilitou a manutenção da matriz africana na memória, narrando as histórias, os poemas e os cantos.

É próprio das mulheres negras a construção de seus saberes em rede de relações, em contato com a família e a comunidade, numa tradição de mães para filhos. Uma organização baseada no conhecimento dos antepassados e relações diferenciadas de gênero, numa autonomia de mulheres em suas atuações, sem necessariamente ser um feminismo em oposição ao macho evidenciado no patriarcado e na branquitude. Como atitude política seria um matriarcado, próximo ao mulherismo africana e não um feminismo negro ocidental.

O aquilombamento feminino ensinou as mulheres a construírem sua resistência, lutando pelos irmãos, homens e mulheres, companheiros e filhos, que no passado, no trabalho de ganho, adquiria a alforria de escravizados e hoje, muitas são arrimos de família, mães solo, mulheres empreendedoras, mães de comunidades quilombolas e de terreiros, respeitadas e reconhecidas no legado cultural e de preservação da fé e identidade de matriz africana.

Desde cedo perceberam que seus pares, homens negros, não contemplavam e ainda não contemplam os privilégios do patriarcado perfilado numa elite branca. Da mesma forma que o mito da fragilidade feminina não alcança a realidade de mulheres, sobretudo de mulheres negras, que desde a diáspora, nunca foram poupadas, nem considerada sexo frágil para a sociedade brasileira, a não ser quando construções de gênero contemplam atenuantes estigmatizantes, que possam preterir acesso, oportunidade, reconhecimento ou redistribuição de renda a mulher negra.

Mulheres também apresentadas ao mundo em pesquisas como a de Ruth Landes realizada no final da década de 30, num mergulho antropológico em terreiros de candomblé aqui na Bahia, considerada uma narrativa sensível, a partir de fontes primárias que retratam mulheres importantes no candomblé e sua autonomia, apesar da construção sócio - histórica, o que possibilitou à época, uma releitura do matriarcado para a antropologia, a partir da forma de atuação e inserção na sociedade baiana. Para tal, contou com o apoio do baiano Edson Carneiro em suas dinâmicas, escritor, ensaísta, folclorista, etnólogo, um estudioso em temas afro-brasileiros.

São histórias de vida, relatos que retratam o modo de ser e agir do negro no Brasil e que na pesquisa da antropóloga e pesquisadora Ruth Landes, como em outras pesquisas como esta, que originou a presente Tese, bem como as que ainda virão, deixarão registros do muito que chegou da aproximação de pesquisadores ao objeto de estudo, chamando em especial atenção a atuação de mulheres.

Figura nº 10- Tradição de Mãe para Filha



Fonte: Fotografia Anália Santana gentilmente cedida – Ancestralidade e Devoção no Rosário de Mãe para Filha.2000

O conhecimento repassado na oralidade encontrou no instinto de preservação e continuidade materna um assento feminino como guardiã de histórias de vidas, como ouviram de seus antepassados e repassam aos seus filhos, feito um conto, um poema de denúncia e protesto ou uma cantiga de ninar, semelhante aos versos de Conceição Evaristo (2021, p.24-25):

Vozes-Mulheres

Conceição Evaristo

“In Poemas de recordação e outros movimentos”

A voz de minha bisavó

ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Histórias de vida, repassadas por nossos antepassados e que são falas e histórias de mulheres do Rosário, que, em quatro séculos, tiveram suas vozes inaudíveis ou silenciadas e sua presença sociopolítica, invisibilizada, ambas pelo Sistema.

Outra questão abordada é a manutenção da cultura, preservação da identidade e a luta e resistência que as movem a manterem-se atuais e atuantes. Numa das incursões em campo para pesquisar documentações, as falas dos irmãos “A.P.”, “V.O.A.”, “A.R.N.” e “R.C.S.B”, integrantes da Mesa Administrativa, sobre a importância da Missa de Santo Antônio do Categeró, celebrada às terças à noite, dia da benção no Pelourinho, trouxeram também a importância dos preparativos, no mês de outubro, do novenário e da festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira homenageada em 20 de outubro.

No tocante à atuação feminina no culto ao padroado, essa se faz presente no movimento das definidoras no interior da Igreja, em detalhes sobre a preparação dos festejos aos santos católicos e sobre o início do novenário sempre em outubro, em louvor a Nossa Senhora do Rosário. Para o irmão “A. P”., o trabalho das mulheres na Irmandade é excelente e necessário, no culto ao padroado ou na manutenção da cultura ancestral, afirmando por oportuno, “que

o mês de outubro reservava a homens e mulheres, reverencia a mais importante dentre todas as mulheres, a Mãe do Rosário”.

Para a irmã “V. O. A”., “o mês de outubro é mágico, porque é inteirinho dela, Nossa Senhora do Rosário: Salve Maria !” Acrescenta com o sentimento de orgulho e pertença, ao tempo em que reafirma que a sua luta e de tantas outras mulheres negras e Irmãs do Rosário, nos embates diários e desafios adicionais, são desdobramentos de outras questões complexas como resultado da interseccionalidade de opressões vividas.

A partir da década de 1990, a referida irmã “V. O. A.”, participou de um movimento interno para revitalização da cultura no interior da Irmandade e extra muro, ou seja, na comunidade do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. Para tal, contou com a ajuda de pessoas como o irmão “A. P.”, dentre outras, hoje pertencentes à Mesa Administrativa, as quais envidaram esforços por mudanças em frentes de atuação, cultural, religiosa e assistencial.

Ações decisivas e que dariam novos contornos às relações de poder na Irmandade, na perspectiva de igualdade de gênero, além de ensejarem mudanças importantes na estrutura da Irmandade, como as apresentadas no Compromisso de 2001, com o encerramento das reuniões de Junta, com a participação de ambas as mesas, de honra e administrativa, e a vigência de uma só mesa, a administrativa, com lugares de assento para as mulheres da Irmandade do Rosário nos cargos existentes e não mais como condignas.

É um marco significativo na história da Irmandade, cuja primeira promessa de cidadania, se deu ao caráter inclusivo desta, que permitiam acesso à população negra, numa sociedade desigual e discriminatória e, atualmente, a conquista feminina pela participação na Mesa Administrativa. Antes de 2001, em toda trajetória histórica, nenhum outro compromisso havia significado em termos de mais participação das mulheres na Irmandade, um ganho legal e legítimo, visando à igualdade de gênero.

Logicamente que mudanças externas ocorridas na Sociedade e no mundo, mobilização e luta por cidadania, em muito contribuíram para que internamente encerrasse a existência de uma mesa de honra dissociada da mesa administrativa e juntasse todas numa só Mesa Administrativa com participação de ambos os gêneros. “Promessas de Cidadania sob as contas do Rosário”, assim concluíram os irmãos “A. P”. e V. O. A”.

Esta geração de Irmãos do Rosário trabalhou aspectos culturais, identitários e ancestrais na década de 1990, resgatando tradições como a missa de terça, em devoção a Santo Antônio do Categeró. Hoje, na rotina sociocultural do Centro Histórico temos a terça da benção e da Missa na Igreja do Rosário. Segundo a Irmã “V. O. A”., começou aos poucos, sempre às terças feiras, inicialmente com umas 8 pessoas, depois foi aumentando e hoje tem terça-feira que a Igreja superlota, ficando alguns munícipes e turistas espalhados pelos arredores da Igreja.

Entendem que o reconhecimento e a identidade passam pela conquista da cidadania, na visibilidade das mulheres e seus direitos, na inserção sócio, política e econômica, mas, sobretudo, a cidadania cultural, esta, capaz de manter o vínculo orgânico ancestral.

A este respeito Marilena Chauí, quando secretária de Cultura da cidade de São Paulo, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 – 1992), trouxe a ideia de cidadania cultural, explorando a relação entre cultura e cidadania, que defende não apenas a política cultural, mas a necessidade de uma cultura política nova, onde a população possa construir uma sociedade democrática. Através de ambos, teríamos a cidadania cultural.

Não obstante, Carvalho (2002) traz o conceito de cidadania “na presunção de coexistir dentro de uma sociedade os direitos civis, políticos e sociais”. Assim, a cidadania plena só é contemplada numa sociedade quando esses três direitos se articulam e efetivam também num processo democrático, com um longo caminho a ser percorrido.

Para as mulheres da Irmandade, cidadania é menos o direito de participar de uma mesa administrativa e mais o de fazer parte de uma Irmandade Negra, de forte conteúdo ancestral. Além disso, reconhece que não é a participação numa mesa administrativa que assegurará direitos às mulheres e à cidadania tão almejada.

Outra situação ligada à cultura e tradição na Irmandade e que ocorre na segunda feira, durante novenário de Nossa Senhora do Rosário, é o famoso bacalhau com toucinho, episódio que os Irmãos gostam de lembrar, como um gesto de resistência, ocorrido quando da perseguição aos Mulçumanos na Bahia, tradição que dura desde o século XIX. Sobre este evento, os Irmãos

sempre repetem o episódio da armadilha lusa, após épico Levante dos Malês, em utilizar esta festa para prender os revoltosos.

Os próximos parágrafos trazem um pouco do repasse das histórias contadas pelos irmãos do Rosário e seus antepassados sobre a Revolta dos Malês, que completaram 190 anos em janeiro de 2025. São relatos que ouviram de seus pais e avós, significando, para os integrantes da Irmandade, uma força identitária e desafiadora do conhecimento ancestral.

Quanto ao protagonismo da Irmandade em relação à Revolta dos Malês, observando a proibição mulçumana quanto ao consumo de carne de porco e ante o costume de ser servido bacalhau, a estratégia das autoridades era ser acrescido ao preparo do prato o toucinho. Desta feita, os que se recusassem a comer seriam identificados como mulçumanos e, portanto, envolvidos na Revolta dos Malês de 1835, devendo ser castigados, mortos ou deportados à África.

Não obstante, a Irmandade do Rosário dos Pretos teve conhecimento prévio das intenções das autoridades policiais e políticas da Província e ao comando luso, evitando que obtivessem êxito no intento de perseguição e punição. Como a busca se daria durante os festejos, a Irmandade se antecipou na preparação de parte do bacalhau sem o toucinho, para que fosse servido aos Mulçumanos, evitando a captura. Contam que os mulçumanos ficaram por um tempo escondidos no interior da Igreja, sob a proteção da Irmandade, até que acomodassem as perseguições e punições vivenciadas pelos participantes do Levante, sobretudo os líderes Mulçumanos.

Em relação a este fato épico, as Irmãs “T.O.”, “G.B.”, “I.S.J.” e “R.C.”, falaram do orgulho de, enquanto professoras ou ocupantes de cargos na Mesa, fazerem parte da Irmandade do Rosário, cujo legado tem sido cuidar do povo da diáspora. Contam que, antes do Levante dos Malês, o prato era servido nas festas dos santos padroeiros sem o toucinho e que, a partir de então, seguiram servindo com toucinho. Para os Irmãos do Rosário, também atuantes na Sociedade Protetora dos Desvalidos, os Srs. “L. B”. e “R.C” afirmaram que o toucinho foi um ingrediente vindo depois, como uma forma de identificar os mulçumanos.

Outra questão importante é a contribuição mulçumana para a criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos, que data de 1832 e, segundo eles, toda diretoria e estrutura funcional da Sociedade estava sob o comando de

mulçumanos e com a perseguição após 1835 na Revolta dos Malês, foram escondidos e abrigados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, motivo que fez as autoridades políticas e policiais voltarem sua atenção à referida Irmandade, ordenando que fosse servido na Festa do Rosário, bacalhau com toucinho.

Cada versão do fato ocorrido, são falas e repasse de fatos ocorridos, que, de tanto repetido viraram verdades, memórias ou simplesmente conhecimento posto. É a tradição oral possibilitando uma memória viva, além dos escritos internalizados no cotidiano da Irmandade.

Saber se o preparo anterior do prato usava ou não o toucinho é menor do que o registro da postura das autoridades da época contra a população negra, sobretudo os africanos libertos e mulçumanos, que aqui viviam e não eram por estes bem vistos não apenas pelo Levante dos Malês ocorrido, mas por serem influenciadores de uma resistência. A população mulçumana tinha conhecimento da leitura e escrita, porque eram comerciantes natos e dominavam o comércio de ganho no espaço urbano da Salvador do século XIX.

O preparo do prato é feito por participantes da Mesa, o que não significa que as irmãs professoras não participem da atividade, descascando e cortando as verduras, por exemplo. Outrossim, esta é uma atividade que envolve homens e mulheres. Informações que são repassadas desde a família, fidelizadas aos rituais dos antepassados, já que este preparo tem sido terceirizado em parte, por prestadores de serviços da área de alimentação, o que é desaprovado pelos irmãos, que defendem o direito à memória e à manutenção das tradições e conhecimento ancestral como a Irmã “C. P.”.

Em relação à preparação do escaldado, a vice priora afirma que, assim como a sociedade, a Irmandade também tem sofrido mudanças e na contramão das relações de poder. Observa a situação atual, comentando que, aos poucos, as mulheres saíram das cozinhas e dos espaços que destinaram a elas, num revide, empurrando os homens para realizarem a preparação dos alimentos a serem servidos, dentre outros afazeres, sob a condução feminina.

A preparação do escaldado de bacalhau envolve não só a culinária, como também elementos culturais, simbólicos e ancestrais, porque “o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de pertença e identidade social e isso parece valer para todos os seres humanos” (Sousa, 2010, p. 16). O

preparo, a partilha e o ato de comer coletivo, reveste a alimentação festiva do Rosário de um valor cultural imprescindível. A comida é um elemento sagrado, que estabelece vínculos com a vida, o axé, princípios ancestrais e a religiosidade, todos presentes nos ritos e atividades na Irmandade.

Os irmãos de religião de matriz africana reforçam e influenciam os demais, ressaltando a importância da comida, considerada elemento fundamental para manter os ritos do candomblé, mantendo a conexão entre orixás e seres humanos.

Segundo a Irmã “A.S.”, “são três dias só para dessalgar o bacalhau”, o preparo de alimentos é coletivo e tem uma simbologia toda especial para as religiões de matrizes africanas. Num passado próximo, havia uma irmã do Rosário, descendente dos Malês, a Sra. “I.S.”, que já ouvia a história contada pelos seus antepassados, com detalhes do protagonismo da Irmandade na Revolta dos Malês e que muito orgulha e agrega em sua história.

Consoante Santana (2021):

É comum a distribuição gratuita de diferentes alimentos em todos os dias de festa, especialmente alimentos de origem africana e indígena presentes na culinária baiana como: mungunzá, mingau de carimã, feijoada, acarajé, abará etc. A tradição do Escaldado de Bacalhau, porém, acontece apenas uma vez no ano, no mês de outubro, na segunda-feira da festa de Nossa Senhora do Rosário, após a cerimônia de reverência aos antepassados. A sua preparação envolve, em média, três a quatro dias porque há uma mobilização dos irmãos para que tudo ocorra de acordo com a tradição. Conta-se que a tradição do Bacalhau começou após a explosão da Revolta dos Malês, que aconteceu em Salvador em 25 de janeiro de 1835, organizada por negros islamizados, conhecidos na Bahia como nagôs. Eram africanos falantes da língua Yorubá que desejavam a instalação de uma república islâmica, lutavam contra a imposição da religião católica, a escravização dos negros e negras. Queriam, ainda, o extermínio de brancos e mulatos e o sequestro dos seus bens. (Brazilian Journal of Development, ISSN: 2525-8761, 2021)

Figura nº 11- Festa na Irmandade – O prato bacalhau com toucinho é servido à população



Fonte: Acervo Irmandade, gentilmente cedido por Anália Santana

Acima, registro fotográfico da festa na Irmandade, com a distribuição do bacalhau com toucinho. A iguaria é servida sempre numa segunda feira, durante os festejos a Nossa Senhora do Rosário, uma tradição secular e que, a cada ano, recebe mais pessoas de cada canto da cidade, sejam munícipes e turistas.

Para o irmão Sr.“A.N.”, esta convivência da Irmandade, formada inicialmente por angolanos escravizados ou de africanos, que, em sua maioria, saíram de portos angolanos e chegaram na Bahia (e de modo específico em Salvador – capital da província), com o povo Malê foi de um grande aprendizado ancestral. Alfabetizados, com conhecimento da leitura e escrita, além de habilidades comerciais, os povos mulçumanos, de certo, exerceram influência, sobretudo no espaço urbano e incomodaram as autoridades políticas e policiais da época.

No tocante às relações de poder, percebe-se que as mulheres ainda enfrentam resistência, muitas vezes dos seus pares, ou seja, outras mulheres, que escolhem em processo eletivo, uma mulher como Vice Priora, mas afirmam não votar em mulher para o cargo de Priora, reproduzindo traços e princípios presentes numa sociedade patriarcal e internalizados e reproduzidos na sociedade e família brasileira.

A irmã “C.P.” afirma que, mesmo com a participação na Mesa Administrativa, ainda sente um comportamento machista, tanto no discurso e

ações de homens, que coíbe um avanço democrático na perspectiva de gênero, como a rejeição, inclusive, de mulheres do Rosário, falando que a apoiaria num cargo de vice ou segundo escalão, não como titular da Irmandade, designando ser um cargo, dentre os existentes na Mesa Administrativa, mais apropriado para o homem. Significa que, nos quatro séculos de história da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos-Pelourinho-SSA-BA, a mulher só foi Priora na Mesa de Honra, nunca a partir da sua participação na Mesa Administrativa, com a unificação das Mesas.

A discriminação quanto à participação da mulher na Irmandade, muitas vezes parte das próprias mulheres, irmãs do Rosário. “Não há discriminação maior do que a sentida pelos pares, mas eu não desisto de continuar na luta”, conclui a Sra. “C.P.”.

Sobre a Mesa de Honra e a Mesa Administrativa “ambas tinham a mesma formação, o que diferia era que, na Mesa de Honra, tinha 08 condignas e na Mesa Administrativa temos 08 definidores. No mais é o mesmo, a mulher trabalhando, e muito, afirmo porque sou uma das que assim procede”, concluiu Sra. “C.P.”. Segundo ela e outras irmãs, que foram condignas na Mesa de Honra, existe um saudosismo em relação ao fim desta, pois acreditam que ambas poderiam conviver: a Mesa de Honra tocando ações religiosas e sociais e a Mesa Administrativa, as demais atribuições, com a participação de mulheres no elenco dos cargos, logicamente.

Contudo, as questões de poder político, segundo a irmã “C.P.”, não estão apenas na distribuição dos cargos na Mesa Administrativa e no fato de um estigma velado quanto às mulheres, mas também na religiosidade. Muito preconceito sofreram as religiões de matrizes africanas e os seus adeptos também. Para a irmã “C. P.”, “embora se fale muito na dupla pertença, o respeito e o espaço ainda são questionáveis para alguns irmãos e, passa por luta, resistência e afirmação”. Ela estava referindo à proposta de cimentar o quintal, discordando, vez que, a preservação do espaço de terreiro de chão batido, considerado sagrado, com uma árvore frondosa ao centro, guarda a história dos antepassados e é parte da cultura ancestral.

Para a irmã “C. P.”, outra questão que demonstra nitidamente relações de poder no interior da Irmandade “é o embate de relativizar o que é tradição e legado ancestral do povo negro e para os Irmãos do Rosário, transformar a

Irmandade apenas num espaço cultural, como hoje é a Igreja da Barroquinha”. Ela faz parte de um grupo de irmãos, que não concordam com a descaracterização da Irmandade, qual seja no ingresso de pessoas brancas, muitas vezes reproduzindo comportamentos racistas e destratando os irmãos, vez que se trata de uma Irmandade negra ou pela inobservância do legado dos antepassados.

Os irmãos que são contra o ingresso de pessoas brancas alegam se tratar de uma Irmandade dos Homens Pretos, como o próprio nome enuncia. Ao serem questionados se havia alguma liderança em relação a esta proposta, disseram que desconhecem. Acrescentaram que o padre “P. L.” é favorável à proposta, mas acreditam que seja por questões religiosas, de acolhimento e, outros irmãos, que são minoria em termos numérico, considerando o quantitativo total de 250 irmãos inscritos, são favoráveis por interesses em fazer a Irmandade um produto negociável, o que a maioria discorda. Segundo Sr. “A. N”. , que é contrário, “tudo na Igreja do Rosário, construído pelos antepassados nos seus quatro séculos de história, tem um significado a ser salvaguardado, que diz respeito à nossa cidadania cultural e à população negra”.

Figura nº 12- Acesso lateral da Igreja, com o nome Rosário dos “Pretos”



Fonte: Stela Santana, 2024

Acima o registro fotográfico da lateral direita da nave principal da Igreja do Rosário, que dá acesso a uma área considerada importante em respeito aos antepassados e à cultura ancestral. Solo sagrado, com quatro séculos de história, traz significados e uma subjetividade, que só quem guarda conhecimento e sabedoria ancestral reconhece. Exemplifica a Sra. “C. P”.: “no fundo da Igreja tem um espaço de chão batido, como dos terreiros de candomblé e assim deve permanecer, mas há quem queira cimentar. Sou contra a tudo que vai de encontro à identidade cultural da população negra”. “Temos um compromisso com os que nos antecederam”. Conclui.

Nesta linhagem de mulheres de luta e resistência, com um cargo hierarquicamente importante na Mesa Administrativa da Irmandade, conheci outras duas mulheres do Rosário, as irmãs “M.M.M” e “S.M.B”.

Por oportuno, sobre o papel da mulher na Irmandade, houve momento que a mulher na Sociedade era tida como incapaz, representada por seus pais e depois os maridos, sendo classificada como doméstica ou do lar. As Instituições reproduziam o que a sociedade patriarcal reservava à mulher e assim também foi na organização interna da Irmandade. Era assim nas reuniões de Junta, as mulheres da Mesa de Honra, parafraseando a fala da Irmã “I” (*in memorian*), uma espécie de referência de conhecimento ancestral, “a mulher entrava muda e saía calada”.

Qual perspectiva de cidadania estaria no silêncio de uma mulher e, de modo específico, da mulher do Rosário, que busca reconhecimento? Vale registrar a fala da Irmã Sra. “S.M.B”., que sintetiza o pensamento das demais: “no início, mesmo sendo portadora do conhecimento, a mulher tinha de se subjugar ante o modelo de sociedade; a cidadania para a mulher do Rosário, requer que as políticas internas e externas, que incluam esta mulher, venham acompanhadas de outras pautas como a diversidade étnica, linguística e cultural”.

A Sra.”S.M.B”, assumiu vários cargos, inclusive na Mesa de Honra, participou das lutas pelo acesso à Mesa Administrativa na década de 1990, atualmente exerce um cargo importante na Mesa Administrativa e é referência quando o assunto diz respeito à atuação da mulher do Rosário. Tem uma narrativa própria e a sua oralidade traz a história do povo negro disperso por todos os continentes, citando os Orixás, na crença de que estes abrem caminho,

para, neste processo sócio-histórico, que já conta quatro séculos, esta população, no passado escravizada, possa passar.

A identidade e o reconhecimento carecem também de equidade na redistribuição de acessos, rendas e oportunidades. Ou seja, a irmandade também precisará dar função social ao Compromisso, enquanto ordenamento interno. A participação da mulher na Mesa passa pela efetivação do acesso a todos os cargos. Esta é uma luta a ser democratizada, inclusive entre as mulheres, apoiando o trabalho e, sobretudo, votando nelas.

Outrossim, sob as contas do Rosário, a cidadania é resultante de promessas de participação social, política, religiosa e cultural, mas também é econômica. Desta feita, a Mesa Administrativa atual tem à frente da sua tesouraria uma mulher, que reconhece a importância de ser a única mulher, atuando como tesoureira numa Mesa Administrativa de Irmandade de Homens Pretos. Por muito tempo e com previsão legal em compromissos, “pela qualidade do sexo”, a prática era o homem tomar conta do dinheiro, mesmo quando este era fruto do trabalho e angariação de recursos das mulheres da Mesa de Honra.

A Sra. “S.M.B” conta que, num passado recente (até década de 1990), “as mulheres na Mesa de Honra repassavam seus recursos para a tesouraria da Mesa Administrativa e depois tinham que ter a permissão desta “Mesa de Homens” para receberem algum deste recurso para gastar, geralmente nas atividades sociais e religiosas”. Segundo ela, “era tanta burocracia e humilhação, que resolveram criar, na Mesa de Honra, uma tesouraria própria, que, ao final das atividades realizadas, prestavam contas à tesouraria da Mesa Administrativa”.

Esta iniciativa foi interessante, porque deu agilidade na atuação da Mesa de Honra, mas as insinuações discriminatórias continuavam, a exemplo de: “mulher não pode tomar conta de dinheiro”. Ambas, “S.M.B” e “M.M.M”, reconhecem que já avançaram muito, mas que também muito tem a avançar.

Vale dizer que a Mesa de Honra teve uma passagem exitosa em todo século XX, agregando um valor de movimento revolucionário, a partir de 1949, intensificando no final da década de 60 e ganhando o status de necessária, próximo à virada do milênio, demonstrando que a experiência empreendedora é um legado de mulheres africanas, que aqui inovaram no modo de produção

coletiva, seja como ganhadeiras, mulheres do partido alto ou simplesmente irmãs do Rosário.

Existe um sentimento comum por parte das mulheres do Rosário, ou seja, muito embora reconheçam a conquista que é a participação na Mesa Administrativa, questionam a unificação da Mesa, com o encerramento da Mesa de Honra. Acreditam que a manutenção desta não invalidaria a participação também na outra. O interessante da Mesa de Honra era a participação exclusiva de mulheres e os resultados positivos dos trabalhos por elas realizadas para a Irmandade. Este feito não tem apenas o reconhecimento do Prior, mas de todos os Irmãos.

Outrossim, como referido na metodologia, a convivência na Irmandade e com os Irmãos do Rosário, exercitando consoante Roberto Oliveira, o olhar, o ouvir e o escrever, permitiu confrontar em meio à oralidade do povo negro, o que são fatos que se reproduziram, respeitando os argumentos e o conhecimento dos antepassados.

Seguindo com os relatos das histórias de vidas de mulheres da Irmandade do Rosário, o sentimento de pertença como legado ancestral é um ponto comum de orgulho entre os Irmãos, ou seja, fidelidade ao conhecimento ancestral e permitir que a identidade do povo afro diaspórico se mantenha para conhecimento e guarda das futuras gerações.

“A Igreja do Rosário tem um poder de reconhecer, acolher, abrigar, redistribuir, proteger e conduzir, sempre que o povo negro precisou de inclusão, pertença, abrigo, solidariedade, assistência e engajamento na luta, afirma “S. B.”. Acolheu segundo o Irmão “R. C.”, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), após a Revolta dos Malês, vez que os Mulçumanos estavam na direção da SPD.

Figura nº 13- Fachada da Sociedade Protetora dos Desvalidos – Cruzeiro de São Francisco – Centro Histórico



Fonte: Stela Santana 2024

Por um tempo abrigou também a Irmandade Nossa Senhora do Martírio, que, depois, foi para a Igreja da Barroquinha e, de lá, mulheres em fuga para o Recôncavo, da perseguição que sofriam pelas autoridades locais que não viam com bons olhos a existência, nas proximidades da referida Igreja, de um Terreiro de Candomblé mais frequentado que a própria Igreja. Ao migrar para o Recôncavo criam a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

Para o Irmão “L. B”. (SPD), nenhum escrito foi encontrado quanto a uma possível vinculação da Irmandade do Rosário com a Sociedade Protetora dos Desvalidos, que não seja da acolhida e proteção, antes referida como “aquilombar-se”, buscar o quilombo e a proteção, comum à população negra, que enfrenta situações de discriminações.

Contudo, a oralidade causa uma subjetividade de interpretação e narrativas. Para “S. M. B.” (2024):

Nós do Rosário somos da matriz Angolana, Boa Morte é dos Jejes que viviam na Barroquinha. Não vejo dissidência, nem derivação uma da outra, vejo o que vejo sempre, o povo negro se juntando, se protegendo-se aquilombando, resistindo as formas de opressão. Foi assim sempre, inclusive na crença/religiosidade, foi assim na Revolta dos Malês, foi assim quando abrigamos outras Irmandades, foi também assim, quando abrigamos a Irmandade do Convento do Carmo e eles tentaram tomar nossa Igreja, enviando carta para o Bispo. Recentemente, em 2011, ante da morosidade na conclusão da reforma da Igreja e ante precedentes de quererem tomar, marchamos rumo a

Igreja, entramos e nos acomodamos entre pedras e cimentos, porque a Igreja do Rosário é do povo preto, é a nossa casa.

A “Sra. C. P.” disse que não importa o nome que deem, mas todos já passaram pela Igreja do Rosário e conheceram a sua hospitalidade; idem “A.S.”, que reconhece nesta Igreja, a casa da Mãe, primeiro espaço de organização e associativismo do povo negro, através da Irmandade dos Homens Pretos. A irmã “V. O. A.” chega a dizer que desafia quem diga que Nossa Senhora dos Martírios, Espírito Santo e Boa Morte não são dissidentes do Rosário. No mestrado ouvi esta afirmação do Sr. “N.”, tesoureiro à época.

São falas que vão tomando corpo, materializando e tornando verdades, sob a paixão de quem defende, ou a conveniência de quem se apropria como verdades. Vale registrar, quando das visitas realizadas à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a Irmã Sra.“N” referiu-se aos irmãos do Rosário como: “irmãos da mesma cepa, uns ficaram na capital da província, outros migraram para o recôncavo, aqui em Cachoeira e adjacências, mas somos galhos do mesmo tronco”.

O sentimento de pertença e legado ancestral são combustíveis que mantêm a Irmandade atual e atuante, mas a identidade dos irmãos com a sua história e o compromisso de repasse a outras gerações, que reconhecem a necessidade de reparações, que mudem comportamentos, como a participação de mulheres na Mesa e a credibilidade a este trabalho, com mais oportunidades. A Sra. “A.S.de S” “acredita ser a segunda mulher a ocupar o atual cargo na Mesa Administrativa (antes teve apenas uma irmã de prenome Gildete), um cargo de grande responsabilidade, prepara tudo em torno do altar, para celebração da Missa, equiparando ao Ministro da Eucaristia no Catolicismo”.

Ao falar das conquistas ela reafirma que, mesmo lá atrás, os irmãos sabiam das suas conquistas e onde, através delas, chegariam. As mulheres sabiam que chegariam, como chegaram, e vão ainda mais longe, mas alguns insistem em diminuir a caminhada das mulheres negras, desconhecendo as conquistas, inclusive para a Irmandade. Existe uma clareza entre as irmãs, de que a própria Igreja Católica permitiu e incentivou a invisibilidade feminina, haja vista o papel secundário das freiras, auxiliando os padres no altar”.

Internamente, concernente às relações de poder, no âmbito do cargo que ocupa na Mesa, afirma ter sido uma luta para que a Igreja Católica, instituição

hierarquicamente patriarcal, permitisse que a cruz da procissão de entrada da missa, fosse levada até o altar por uma mulher, a sineta também, como disse acima, aos poucos e sempre: uma conquista a cada dia. Tem a certeza de que os antepassados sabiam onde queriam chegar e motiva as gerações presentes a continuar na trilha do conhecimento e do reconhecimento.

Quanto ao papel da mulher na Irmandade e na Sociedade, concluiu dizendo que “é um longo caminho, de discriminação, desigualdade e até de indignação, quando não obstante toda luta e todo conceito histórico, vê mulheres com discursos e reprodução de comportamentos machistas”.

Mulheres que revelaram também ter se encontrado como pessoa no Rosário e que, por algum tempo, sofreram o estigma de uma subestima fomentada pelo racismo e privilégios ostentados como direitos do branco, num incentivo à branquitude como modelo. Por outro lado, reforça a ideia de que esta situação é um problema do negro, que não se aceita. A este respeito, a irmã “A. C. C”. “disse ter se encontrado no Rosário como pessoa e mulher negra que se admira e se respeita”. Para ela, “na Irmandade é igual na casa da gente, quando os pais não estão por perto, os filhos brigam por tudo, mas se mexer em algum deles, todos irão em sua defesa”. Conclui dizendo que a Irmandade é a família que ela conhece e sempre desejou, além dos irmãos que ela reconhece como seus.

A sua fala é de amor pelo Rosário e pelos irmãos, mas também é de denúncia do rapto de pessoas do continente africano, como um episódio infeliz que requer reparação e quando a irmã fala de reparação, ela cita o ultraje a seus antepassados de condená-los a viver longe da terra mãe, embora também se orgulha de ser brasileira e bem quista em sua terra, apesar da desigualdade social e discriminação de raça e gênero que sofreu na infância e juventude, mas que a conduziu à Irmandade do Rosário, para se conhecer e orgulhar da sua história.

Com a firmeza e propriedade de quem sabe o que diz e porque diz, afirma que tinha muita vontade de voltar à África e dizer: “Mandaram ir sem querer, mas eu voltei; combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”.

Frase semelhante ao do professor Dagoberto Fonseca, quando do lançamento em Salvador - Ba, do seu livro mais recente: “Um Povo, Duas Nações. Angola e Brasil – o mundo Bantu no Atlântico”. Ele disse que, ao chegar

em Angola, abriu a janela do quarto de hotel, que dava para o Porto, de onde saíram milhares de pessoas escravizadas, violentadas e dispersas pelo mundo, ouviu uma voz falando em seu ouvido: “você voltou”.

Muitos africanos partiram do Porto de Angola, de onde saíram a maioria dos escravizados para o Porto de Salvador nos séculos XVII e XVIII, na sanha imperialista de escravistas “criminosos” como ficou certificado na Declaração de Durban e no Plano de Ação (DDPA), resultantes da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial Xenofobia e Intolerâncias Correlatas” (Fonseca, 2024, p.63).

Segundo Fonseca, 2024:

O conceito de escravizado traz consigo outro fator, que é o da denúncia, como já foi dito, demonstrando que um sujeito foi escravizado, submetido a uma condição abjeta por outro sujeito. Assim, o conceito não é neutro e nem abstrato, mas ao denunciar ele politiza o contexto social e cultural em que é veiculado, se denuncia que há uma relação dialética que não é propriamente a do senhor e do escravo, posto que estes dois sujeitos sociais são construídos dos processos escravistas, de dominação e de subordinação. Logo, o primeiro deve ser concebido como escravista e o segundo como escravizado. Ao hierarquizar conceitualmente o escravista em senhor está se dando a ele a primazia de continuar contando a história dos vencedores, da elite econômica e política, quando na realidade, o senhor é um usurpador de direitos de outra pessoa, ser de outro ser e que é subtraído da sua condição e de existir, enquanto alguém livre.

Vale ressaltar que, deste Porto em Angola, os escravizados raptados não necessariamente eram todos angolanos. O povo Angolano aqui no Brasil foi responsável pela criação desta Irmandade, a edificação do templo e a sua manutenção nos primeiros três séculos (XVI, XVII e XVIII). Contudo, a Irmandade foi um grande abrigo a outros povos que aqui chegaram, na atuação sócio inclusiva também de outros povos (jejês, bantus, congos, nagôs) e dos brasileiros, afrodescendentes, conhecidos como crioulos, sem esquecer dos indígenas, que, desde a catequese forçada nas Santas Missões e sua situação também à margem da sociedade, permitiu uma certa proximidade com o povo negro.

Em relação à baixa estima que a incomodou no passado, hoje a Sra.”A. C.C”., afirma que este foi produto de uma construção social, resultado de uma política de branqueamento, que nunca resolveu o problema das desigualdades aqui no Brasil. A Irmandade no seu traço quilombista tem um papel de

empoderamento da população negra, resistência e manutenção da cultura ancestral.

A política de branqueamento no Brasil foi uma ideologia genocida, excluindo a população negra, incentivando a imigração de europeus, acreditando que a miscigenação faria com que características fenotípicas da população negra desapareceria com o cruzamento racial com o branco. Baseada em teorias racistas do século XIX e no racismo científico do início do século XX.

Bento (2002) vê o branqueamento como um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, que sempre se beneficiou com as desigualdades raciais e não se sente responsável por elas, permanecendo silente e inerte, o que ela chama de um pacto narcísico. Atribuindo este processo como problema do negro brasileiro, ante a sua não aceitação, resultando na promoção de um imaginário negativo, que ofusca sua identidade racial, danificando sua autoestima e a permanência das referidas desigualdades.

Segundo Lourau; Cavalcante; Santana (2021):

Parte-se de dois pressupostos distintos e diametralmente opostos nos estudos das relações raciais: o que Nina Rodrigues na primeira década do século XX formulou como sendo “o problema do negro” e o que Abdias do Nascimento em 1978 problematizou como sendo as dificuldades em “ser e viver negro” no Brasil.

Nina Rodrigues, em seu livro “Os Africanos no Brasil, enuncia “o problema do negro” à luz de teorias racistas, que viam a raça negra na América Portuguesa como um problema. Por outro lado, temos as dificuldades em “ser e viver negro” numa outra perspectiva e que merece reparação.

A esse respeito, a teoria de Abdias do Nascimento (1978) traz uma abordagem crítica dos trabalhos de Nina Rodrigues e outros autores, que comungam com as teorias racistas do século XIX. Ao trazer as dificuldades de ser e viver negro, Abdias denuncia o genocídio do povo negro e uma realidade de perseguição, violência e negação, recorrendo ao Teatro Experimental do Negro - TEN, para materializar a sua forma de enfrentamento e ativismo (Lourau; Cavalcante; Santana, 2021).

O problema atribuído ao negro é alimentado por medidas repressoras do Estado como “caso de polícia”. A sociedade brasileira assistiu à perseguição do trabalho de ganho dos negros, à repressão cultural ao candomblé, à capoeira e

ao canto ou a qualquer manifestação cultural nas ruas, tido como elemento ameaçador, que precisa na ótica do Estado, ser coibido (Reis, 2000).

Os relatos de vida também trazem mulheres que, na contramão das relações de poder, encontraram aporte e mudanças na vida, como um milagre do Rosário, mas à força de uma mulher negra.

A Irmã “A.S” conta que, quando criança, ainda em Irará, sua cidade natal, teve um ferimento na perna e sua mãe fez uma promessa a Nossa Senhora do Rosário. Chega em Salvador em 1992, com o curso secundário de magistério, aos 32 anos de idade, enfrentando várias dificuldades de uma cidade grande, inclusive da não inserção no mercado de trabalho. Logo percebeu a necessidade de se capacitar, fazendo o curso superior em pedagogia, dentre outros de especialização, seguindo o mestrado e depois o doutorado. Sabia que, como mulher negra, sofreria discriminações de raça, gênero e classe social, ante a carência de uma política inclusiva.

Em evento no Salão Nobre da Reitoria da UFBA, promovido em 03/11/2015, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), a professora Nancy Fraser defendeu um modelo mais abrangente para o Feminismo, dizendo: “Não se combate o capitalismo neoliberal com ações segmentadas” (UFBA em pauta, 2015).

Fraser (2015), reafirma que os danos causados pelo capitalismo são estruturais e, portanto, precisam estar conectados a questões de classe, raça, etnia, economia, política, meio ambiente, dentre outros. A classificação por raça, seguida por gênero e classe social, é apenas uma das muitas formas que o capitalismo incumbiu de promover as divisões.

Para a irmã do Rosário Sra. “A.S”, a educação é um viés de mudança e os estudos, uma capacitação para enfrentar as desigualdades e promover as mudanças. Reconhece o divisor de águas em sua vida, a partir da chegada em Salvador e no Rosário. Reconhece relações desiguais, mesmo aos capacitados, porque existe um espaço abissal entre reconhecimento, redistribuição e reparação. “Isto a mulher preta bem conhece”, porque teve sua história e a dos seus antepassados, negada e ultrajada, assim como o direito à cidadania”, conclui Sra. “A.S.”.

Embora nunca tenha se candidatado e participado de cargo na Mesa Administrativa, a Sra. “A.S” sente que a sua colaboração com a Irmandade tem

sido positiva, tanto quanto se ocupasse algum cargo, porque, através das pesquisas de mestrado e doutorado, traz visibilidade à Irmandade, num registro afro centrado e decolonial, além do estímulo a um ativismo em Rede, pelo reconhecimento e direito à memória, que favorece o empoderamento da população. Percebe a importância da sua história para outras Irmãs, que orgulhosamente a ela se referem como nossa Doutora.

Outrossim, o sentimento de pertença a motiva a seguir. Quanto à fé no Rosário, além do milagre do corpo, com a cura do ferimento na perna, vem fortalecendo o espírito, vez que, no final da década de 90, vivia, no âmbito pessoal, um momento de descrença e questionamento em relação à fé católica. Em 1998, por convite de uma amiga, conhece a Igreja do Rosário e este foi um divisor de águas.

Não fala de um sincretismo na religiosidade e sim uma dupla pertença, porque uma religião não se curva, nem se anula a outra, simplesmente possui seus Santos de devoção e os Orixás que a guiam. Quanto ao conhecimento ancestral, conclui ser por ele que o povo da diáspora e descendência chegou até aqui.

Na verdade, a fala dos irmãos materializa a dupla pertença e a reverência a um culto diverso, a uma religiosidade de matriz africana presente e mantida pelo direito à memória. Não é só um registro de fé, é também a vigência de uma cidadania cultural, com fundamento na doutrina de Marilena Chauí e José Carvalho.

Estas mulheres guardam paridades em relação ao princípio basilar da ancestralidade, com singularidades e pluralidades, em suas manifestações culturais e festejos populares, na fé e diversidade no seu histórico, na sua constituição e nas formas de enfrentamento.

Os seus relatos confirmam o trabalho destas mulheres e a organização coletiva deste trabalho na contramão das relações de poder. Traz o papel associativo das Irmandades e o registro de ser o primeiro espaço de inclusão social, numa sociedade marcada pela desigualdade, bem como de ser um lócus político-cultural de resistência possível.

4.3 A Festa como Patrimônio e a patrimonialização como viés de cidadania

A festa é um espetáculo de fé e cultura. Como patrimônio a festa religiosa é um produto/mercadoria resultante das relações sociais de produção. Próprio da Sociedade Moderna, que transforma o produto em alvo de consumo rápido, sem identidade, só mera representação.

Ser patrimônio imaterial traz uma visibilidade para a Igreja do Rosário em termos de acervo, devoção e culto e para a Irmandade nas ações que realiza e ao seu traço quilombista. A esta exposição alguns irmãos atribuem como um resultado natural a uma Irmandade como a do Rosário e que se torna um passaporte para continuar por muito tempo, exercendo, sobretudo, um papel cultural.

Por outro lado, aos que temem o perigo de uma exposição, que a torne um produto de consumo apenas turístico, é que o espaço de fé não corra o risco de ser um espetáculo próprio da sociedade do consumo. Na sua obra “Sociedade do Espetáculo”, Debord traz o conceito de espetáculo numa denúncia de uma inconsciência social fundada no domínio do fetiche da mercadoria.

Os Irmãos do Rosário defendem a patrimonialização da festa, desde que não altere o rito e a tradição. Ser mera representação, enquanto patrimônio imaterial, não alimenta, nem endossa a cultura ancestral. Assim, o espetáculo se apresenta não como um conjunto de imagens, “mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 1997, p.14).

Não obstante a euforia do recebimento do título (outubro de 2024), o receio de alguns irmãos é que a cultura ancestral perca lugar ao consumo capitalista, que já alijou o povo negro de ser protagonista da sua própria história ou de uma sociedade que ajudou a construir.

A patrimonialização da festa, hoje, é o resultado de uma longa viagem que dista da diáspora Negra, como resultado do fenômeno migratório violento, mas, de certo, um grande intercâmbio cultural, no já aludido encontro dos três continentes: europeu, africano e o americano. Com este fenômeno migratório, novos processos sociais, políticos e econômicos moldaram a nova sociedade, as relações sociais de produção e o fluxo cultural, que, no processo produtivo, movimentam pessoas, produtos, ideias, influências e cultura.

As Irmandades preservaram o saber ancestral e apresentaram de forma festiva em cada celebração cultural, a crença, a identidade, a cultura o pertencimento, a cidadania como festa e a sua produção como um legado cultural, que capacita a Festa de Nossa Senhora do Rosário a ser um Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Na observação de alguns períodos de festas, percebi no movimento dos Irmãos e na subjetividade das narrativas de cada um, no seu fazer individual ou no coletivo, que, numa Irmandade Negra, os preparativos são rituais de crença onde a ancestralidade se reelabora em seu interior, prestando renovado serviço ao aludido processo de intercuro cultural.

É também neste contexto que o trabalho de mulheres se iguala a uma produção coletiva, semelhante ao legado ancestral de mulheres africanas com experiência no comércio e no comando da produção, como as ganhadeiras nas ruas de Salvador ou as mulheres do partido alto no Recôncavo Baiano, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, como podemos constatar em autores como João José Reis, Lucilene Reginaldo, dentre outros.

Os africanos emprestaram ao culto católico os seus sistemas de crença, a sua festa e a produção da cultura em torno dela. Aos poucos a devoção a Nossa Senhora do Rosário, através da Irmandade, passou a ter um significado social e, ante o aspecto histórico-social secular, um inigualável meio de inclusão social e celebração da vida.

Neste ano de 2024, na preparação dos festejos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, havia um trabalho em curso, objetivando o processo de patrimonialização da Festa junto ao IPAC. Uma conquista da secular Irmandade, noticiada à comunidade local durante a Festa da Padroeira e Mãe do Rosário, na Missa Festiva realizada em 20/10/2024, com a presença do Secretário de Cultura do Estado da Bahia, Dr. Bruno Monteiro que neste ato representou o Governador da Bahia, Dr. Jerônimo Rodrigues.

Assim, através de assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado de 21/10/2024, em Decretos Numerados, do Decreto nº 23.161 de 18/10/2024, foi oficializada a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia:

DECRETO Nº 23.161 DE 18 DE OUTUBRO DE 2024.

Promove registro especial do bem de valor cultural que indica e dá outras providências. O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do disposto na Lei nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 10.039, de 03 de julho de 2006, e considerando os elementos constantes do Processo SEI nº 062.1997.2023.0001751-74, especialmente as propostas formuladas pelo Dossiê de Patrimonialização e devidamente aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e pelo Conselho Estadual de Cultura, D E C R E T A:

Art. 1º - Fica registrada, no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações, a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Município de Salvador - Bahia, como Patrimônio Imaterial da Bahia.

Art. 2º - Fica o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, autarquia vinculada à Secretaria de Cultura, autorizado a adotar as providências legais que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 18 de outubro de 2024.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

Afonso Bandeira Florence
Secretário da Casa Civil

Bruno Gomes Monteiro
Secretário de Cultura

Para a Irmandade, que historicamente pratica uma atuação coletiva e em rede de solidariedade, esta é uma conquista de várias mãos. Após a Irmandade solicitar a patrimonialização dos festejos, contou com os estudos para registro por parte do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, unidade vinculada à SECULT - e, por fim, a aprovação da inclusão da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações pelo Conselho Estadual de Cultura (Santana., 2021).

O IPAC é o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e atua de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais e federais em três frentes (IPAC, 2024):

- na salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis;
- na política pública estadual do patrimônio cultural e;
- no fomento de ações para o fortalecimento das identidades culturais no Estado da Bahia.

Entende-se por Patrimônio Cultural tudo que o ser humano agrega como construção histórica e cultural num determinado espaço físico, tendo a cultura como algo complexo envolvendo conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Assim o texto Constitucional, em seu artigo 216 dispõe:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A seguir, em destaque, os trechos dos discursos proferidos em Missa Festiva (ASCOM/IPAC – Redes Sociais - Casa Civil – ba.gov.br), em compartilhamento nas redes sociais.

Segundo Dr Bruno Monteiro:

Quando o Estado promove um reconhecimento como este, nós estamos assumindo um compromisso com a preservação dessa história. Este trabalho começa agora, reconhecendo a patrimonialização dessa festa, para termos a certeza que essa tradição siga por mais 300 anos, porque todas as gerações precisam ter contato com essa história e saber que estão diante de um espaço de fé e de resistência, destacou Bruno.

Já Marcelo, diretor Geral do IPAC, assim se pronunciou:

A patrimonialização da festa é também uma forma de reparação. “A Irmandade Rosário dos Pretos, desde o século XVII, se reuniu para que os escravizados pudessem ter um lugar de acolhimento. Então, é muito importante mantermos essa festa, que também sustenta essa igreja e faz parte do calendário baiano. A patrimonialização reforça e reconhece a importância da Irmandade para a nossa história”, afirmou.

Para o celebrante da Missa Festiva e Capelão da Igreja do Rosário dos Pretos, Padre Lázaro Muniz:

Nós estamos muito alegres com esse ato do Governo do Estado em reconhecer a Festa do Rosário como um Patrimônio Cultural Imaterial. Isso nos faz entender que esse legado tem que ser preservado por todos nós, além de nos motivar a manter viva a tradição recebida pelos nossos ancestrais.

A patrimonialização da festa é, ainda, uma atitude de reconhecimento, identidade e sobretudo cidadania. Já não existe uma festa dos Irmãos do Rosário e sim, uma manifestação cultural festiva de domínio público. A Festa do Rosário é o ponto alto dos festejos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, fundamental e secular, posto que ocorre desde 1820. A celebração tem um ritual, composto por uma missa cantada, um Sermão a exposição do Santíssimo Sacramento e a procissão pelas ruas do Centro Histórico.

Os irmãos do Rosário sabem que o dia de Nossa Senhora do Rosário é reverenciada pelo catolicismo no dia 07 de outubro, porém a Festa da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo (Irmandade dos Homens Pretos) acontece entre a penúltima e última semana do mês de outubro. Neste ano de 2024, a Missa Festiva em homenagem a Nossa Senhora do Rosário ocorreu dia 20/10, um domingo, após o novenário, ficando para segunda, dia 21/10, o tradicional Escaldado de Bacalhau, preparado com toucinho, vez que acontece sempre na segunda-feira da festa. (Santana, 2024).

Assim dispõe o art. 26, alínea g, do atual compromisso:

Art. 26º - Esta Irmandade celebrará, anualmente e com a maior solenidade:

(...)

g) No dia 07 de outubro, dia consagrado pela Igreja à S. S. Virgem do Rosário, com novenário preparatório, Missa Solene e procissão, conforme orientação expressa no RI;

Parágrafo único - Além dessas festas, a Mesa Administrativa poderá promover outras solenidades religiosas para maior esplendor do culto na Igreja de Nossa Senhora do Rosário a ser disciplinada no RI.

Figura nº 14- Visão panorâmica da Missa Festiva



Fonte: ASCOM/IPAC , 2024

A foto acima, apresenta uma visão panorâmica da Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Rosário, com a presença de católicos, pessoas do axé, comunidade local e turistas, evidenciando a fé cultuada por quatro séculos.

Sobre o Título recebido, a Sra. “C. P.” ressaltou que outra festa realizada pela Irmandade, a Festa de Santa Bárbara, já havia sido tombada anteriormente à Festa do Rosário. Este título foi concedido em 2006, por Júlio Braga, à época dirigente do IPAC, devoto de Santa Bárbara e em atenção à solicitação dos comerciantes locais da Barroquinha, Baixa dos Sapateiros e Pelourinho, também devotos de Santa Bárbara, que no Candomblé é Iansã e toda tradição da festa, que ocorre também no Mercado de Santa Bárbara, além da missa campal no Largo do Pelourinho e tradicional caruru no Corpo de Bombeiros.

No tocante ao tombamento da Festa do Rosário, o estudo pelo setor de patrimonialização do IPAC teve início em 2021, culminando no Decreto do Governo do Estado nº 23.161, de 18 de outubro de 2024, acima referido, dando ciência a toda população através do Diário Oficial do Estado - DOE e comunicado aos Irmãos durante Missa Festiva em louvor a Nossa Senhora do Rosário, realizada no dia 20/10/2024.

O tombamento da Festa de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio artístico e imaterial assegura o reconhecimento cultural, social e sobretudo

econômico, garantindo o recebimento de recursos do Estado para este fim e, portanto, retira a necessidade dos irmãos realizarem busca por doações.

Figura nº 15- A Festa – Presença feminina e a dupla pertença



Fonte: Acervo ASCOM/ IPAC, 2024

A ilustração acima evidencia o duplo pertencimento na Irmandade do Rosário dos Pretos, onde a religiosidade dos irmãos se manifesta no catolicismo e nas religiões de matriz africana, onde a presença feminina vem revestida de poder, com respeito e acolhida.

O Compromisso de 2001 não apenas possibilitou a participação das mulheres na Mesa Administrativa, mas ações em prol da ancestralidade e o Direito à Memória. E, se a legalidade é fruto de luta e resistência, vale uma saudação ampliada, com permissão da Rainha, Mãe do Rosário: SALVE RAINHAS!

CONCLUSÃO

Quem adentra à Irmandade encontra fé, ancestralidade e identidade, também encontra dupla pertença, respeito pela cultura e identidade, mesmo que seja a do colonizador; conhecimento, quilombismo e liberdade; encontra história, cultura, cidadania, direito à memória.

Esta é a constatação de quem conhece a Irmandade do Rosário dos Pretos no Pelourinho (SSA-Bahia-Brasil), “território Sagrado Africano na diáspora”, traço genuinamente quilombista de resistência, reconhecimento e identidade étnica. Dona de uma sabedoria secular e de uma concepção religiosa e, ao mesmo tempo altruísta, de solidariedade e ajuda mútua, logo se concebe que o quilombismo assume diferentes vertentes no caminhar dos afrodescendentes.

As Irmandades de Homens Pretos, num primeiro momento se organizaram em torno da busca por inclusão, proteção, assistência, depois no desejo de reconhecimento, de resgate da cultura de origem e de resistência a todas as formas de colonialidade do poder. Esses traços são muito característicos do papel da mulher negra na Irmandade, o de manter a unidade, a identidade e o princípio basilar da ancestralidade. É o conhecimento ancestral que garante a luta pelo reconhecimento, pela redistribuição de renda, pela efetividade de direitos e por uma identidade ou cidadania emancipatória.

No Brasil, a Coroa Portuguesa teve na Igreja Católica uma grande aliada, no processo de colonização (e aculturação) e projeto expansionista de ambos sobre terras e povos, utilizando fé e a força a serviço dos seus interesses. Portugal viu a criação de Irmandades Negras como um viés de sociabilidade para lidar com os nativos, colonizados e escravizados. Já a Igreja viu nas Missões Jesuíticas, na devoção e padroado das Confrarias e Missões, a expansão do catolicismo.

O Estado Patrimonialista se incumbiu de acirrar as desigualdades, numa aliança do capital com família e Igreja, a fim de se perpetuarem no poder e avançar no tempo e espaço na conquista de territórios e escravização/ dominação de povos.

Chegou em terras brasileiras no mesmo Projeto Eurocêntrico, que revelou ao mundo a colonialidade como a face escura da modernidade. Na verdade, o Estado Patrimonialista em Portugal dista do século XIV, chegou no Brasil no século XVI, ainda nos primórdios da colonização, nos primeiros estamentos da Corôa Portuguesa que se instalou na América Lusa, o Brasil.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário surgiu com as expedições dos dominicanos no século XV, na África, tendo São Domingos de Gusmão iniciado o culto ao Rosário no século XIII, inspirado na fé a Virgem Maria, na França.

Além do prestígio conferido aos membros, a participação nas Irmandades, sobretudo na sua direção, configurava um privilégio, daí eleições bastante disputadas e que requeriam alianças, destaca-se as realizadas pelos Angolas com os Crioulos (negros nascidos no Brasil), que duraram até a segunda metade do século XIX. As alianças eram com crioulos ou demais grupos de africanos no intuito de garantir a primazia e os cargos eletivos à frente da Irmandade.

Assim foi a saga das Irmandades em território brasileiro, como a do Rosário, cuja devoção aos Santos Católicos iniciou no século XV com a devoção a São Domingos de Gusmão, por isto a Igreja do Rosário dos Pretos é uma Congregação Dominicana.

Aqui no Brasil, em termos oficiais, ou seja, a partir de uma Igreja própria, a primeira Irmandade do Homens Pretos foi em Olinda, Pernambuco, ainda no século XVI. Depois, no século XVII registra-se a do Rio de Janeiro, a de Recife (PE) em 1654, Belém (PA) em 1682, Salvador (BA) em 1685, no século XVIII São João Del Rei (MG) em 1708, São Paulo (SP) em 1711), Cachoeira do Campo e Sabará (MG) em 1713, Ouro Preto (MG) em 1715, Serro (MG) em 1728, Viamão (RGS) em 1754, Caicó (RGN) em 1771, Mostardas (RGS) em 1773, Rio Pardo (RGS) em 1774, Paracatu (MG) em 1782 e Palmeiras dos Índios (AL), em 1805 (VIANA, 2007).

Vimos, ainda, que a partir do final do século 19, houve um enfraquecimento do papel das Confrarias e Irmandades, que viveram seu auge no Brasil Colônia, visto a laicização do Estado, uma nova Constituição, uma República recém programada. Muitas Irmandades se acabaram e a do Rosário atribui o referido respeito à ancestralidade como o motivo de ter chegado até aqui, inclusive para os seus membros, como Patrimônio do povo da diáspora.

Com uma posição privilegiada no coração do Centro Histórico, na Praça José de Alencar, conhecido como Largo do Pelourinho, por quatro séculos de história, a Irmandade vem tendo que se reinventar, quilombo de resistência que é, seja num modelo de quilombismo defendido por Nascimento (2002), em Conferência no Panamá (1980), ou seja, uma tradução genuinamente brasileira, seja como um modelo africano e, portanto Kilombo com K, ou na concepção de Paul Gilroy (2012), na tradução dos vários locais e fluxos criados, onde pessoas da diáspora negra foram dispersas e violentadas na sua condição humana.

Quilombismo como ações de cunho sócio promocional da Irmandade, inicialmente como espaço de devoção e interação, depois como assistência clientelista e protetiva e, por fim, na resistência física e cultural como viés de cidadania.

Para analisar o quilombismo nas ações da Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho em Salvador, Bahia, Brasil, foi necessário, inicialmente, caracterizar o traçado sócio-histórico a partir do descobrimento das Américas e o século das Irmandades no Brasil e seu papel em relação ao novo formato de dominação a partir de um modelo eurocêntrico, que alterou o padrão mundial das relações sociais de produção, instituindo a colonialidade de todas as formas de poder.

Também foi apresentada a diáspora como um resultado da dispersão de pessoas negras, a partir do processo de colonização, como aqui no Brasil, o qual deixou a mácula histórica da escravidão, que teve início ainda no século XVI, intensificando nos séculos XVII e XVIII, só findando com a abolição da escravatura no século XIX.

A escravidão ensejou movimentos internos de resistência física e cultural de africanos e de seus descendentes, à condição de alijamento sócio, político-econômico e cultural, diante processo de aculturação e negação da sua crença e religião. Não obstante todos os meios para dividir o povo negro desde os porões dos navios, é certo que a força da identidade cultural resistiu através dos tempos em formas associativas como os quilombos.

É interessante pontuar que um quilombo surge de laços associativos e interesses coletivos comuns, o seu formato é diversificado, temos o registro histórico do surgimento de quilombos, a partir de grêmios e associações, grupos

afins identificados profissionalmente, como temos as comunidades de escravos libertos ou foragidos, num Brasil agrário, como o lendário Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência negra com o herói Zumbi.

As Irmandades, como toda agremiação/associação, que distam do século XVI, logicamente não foram criadas para serem quilombos de enfrentamento à sociedade da época. Por muito tempo as Irmandades foram parte de um processo iniciado pelo colonizador no pacto entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, num processo de expansão de domínios nas Américas, depois, mesmo inserida num contexto dominante, foi evoluindo num lugar de resistência e manutenção da cultura ancestral.

A atuação de mulheres, na contramão das relações de poder no interior de uma Irmandade de Homens Pretos, passa pelo entendimento de que, no curso histórico, vários são os embates e não há um só opositor. Às vezes nos aliamos com os nossos algozes, para conseguirmos ser inclusos, outras vezes flertamos com o capital, para sermos inseridos sócio economicamente, há também quem muda o discurso, quando precisa ser ouvido e muda o foco para ser visibilizado.

Interessante refletir a atuação de mulheres, perfilando o traço de colonialidade, presente enquanto fenômeno amplo e permanente, internalizada num Estado patrimonialista, que se pauta em privilégios centrados em quem historicamente vem se mantendo no poder. Conta ainda com um sistema econômico sob do capital e das suas alianças com instituições como família e Igreja. Em ambos reproduzem relações desiguais e discriminações como de raça, gênero e de classe.

Vimos que o feminismo é rejeitado por muitas mulheres africanas, vez que acreditam que o termo para elas está mais associado a causa das mulheres brancas. A ideia entre as mulheres africanas é da capacidade de abordar questões de gênero sem participar de atividades feministas. A ideologia feminista muitas vezes não é aceita por homens e mulheres.

Na Irmandade, o homem preto que sofre o racismo e o estigma de uma política de negação do negro ou branqueamento, é o mesmo homem que exerce um poder na perspectiva de gênero e se acha capaz de questionar a capacidade da mulher em não apenas participar, mas em desempenhar cargos de importância na Mesa Administrativa, assim como a concorrer a cargos eletivos.

Assim como tem homens que duvidam da competência feminina ou deboçam dela, tem mulheres que não votam em Piora, reservando sempre a posição de Vice, que já é muito, para quem na Mesa de Honra, durante a reunião da Junta, entrava muda e saía calada, porque não tinha direito à fala. A Piora da Mesa de Honra passava algum registro para alguém na Mesa Administrativa, que passava para os demais durante a reunião. É por isso que repetem a citação da Irmã “I.” (*in memoriam*): “Na Mesa de Junta, as mulheres entravam mudas e saíam caladas”.

Em 1983, Alice Walker introduziu quatro significados do termo mulherismo, conceituando-o como uma ideologia que desafia o racismo e o sexismo, revelando a força, luta, resistência e a beleza das mulheres negras, numa forma mais abrangente de feminismo, que reconhece e valoriza as experiências das mulheres negras, sem colocar homens e mulheres em polos opostos. A ancestralidade não ensina divisões, nem lados opostos entre homens e mulheres.

No final da década de 1980, Clenora Hudson-Weems, cunhou o conceito Mulherismo Africana, cujo termo representa uma ideologia e sistema de pensamento que se funda nas vivências, experiências e lutas das mulheres africanas e afrodescendentes, baseada na cultura africana e no afrocentrismo.

De certo a ancestralidade não ensina divisões, nem lados opostos entre homens e mulheres e portanto, a contribuição de Clenora Hudson-Weems, que cunhou o conceito Mulherismo Africana no final da década de 1980, mais se aproxima da realidade que Ruth Landes conheceu durante sua pesquisa aos terreiros de candomblé e umbanda aqui no Brasil, na década de 1930.

Há opositores que se colocam estrategicamente ao lado do seu oponente e por isso os confundem, mas sobretudo existem lados, porque sistemas, teorias, legislações, políticas, religiões, estrutura de poder, todos se incumbiram de criar lados, o que observamos da experiência com a diáspora negra, é que povos oriundos da África como os Angolas e Congos, por exemplo, aproveitaram as Irmandades, que *a priori*, poderiam ser vistas como uma iniciativa do colonizador, para ser também um espaço de resistência, mediação e manutenção do conhecimento ancestral e transgressão.

O exemplo de Congo e Angola é pela demorada presença do colonizador nestes países e das missões do catolicismo, como um mediador entre

portugueses e africanos, como fizeram também em outras colônias, a exemplo do Brasil, só que aqui iniciaram pelos povos indígenas.

Neste contexto de colonizadores e colonizados, senhores escravocratas e os escravizados, brancos, indígenas e negros têm, por conseguinte, ricos e pobres, homens e mulheres, como substratos de um projeto de dominação conhecido por colonialidade das formas de poder.

Este formato de poder no interior da Irmandade, não obstante o seu papel relevante, demonstra que, não obstante as conquistas da mulher preta, que logo percebeu que a sua articulação e produção passaria por uma experiência coletiva de um quilombo, tanto com “K” (Kilombo, palavra bantu), portanto, de matriz africana, ou simplesmente como do quilombo, termo conhecido sobretudo a partir da realidade de Palmares e que inspirou Abdias do Nascimento a pensar um modelo de Sociedade Pluriétnica e Multicultural e isto é sabedoria ancestral.

Vimos ainda que, na religiosidade, o colonizador adotou um modelo de sociedade e instituições sob o comando do patriarcado, o que ainda vigora na hierarquia do catolicismo, diferente do matriarcado no candomblé. A dupla pertença é respeitosa e não cabe críticas ao que, neste casamento secular, hoje identifica a Irmandade do Rosário como afro católica.

O que, na verdade, a atuação de mulheres na Irmandade do Rosário dos Pretos, sempre posicionada na contramão das relações de poder demonstra, é que estas relações são consonantes com privilégios e prerrogativas, não com direitos e capacidade. São preconceitos, que desnudam a existência numa sociedade democrática e de um diploma legal cidadão, de estigmas, desigualdades e uma ausência de cidadania, que não traz equidade, não promove mudanças e nem a paz.

ANEXOS

ANEXO A - Tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil:

A) Sistema global

Convenção para Prevenção e a Repressão do crime de genocídio (1948)

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1966)

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966)

Protocolo Facultativo relativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966)

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)

Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965)

Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979)

Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1999)

Convenção contra a tortura e outros Tratamentos ou Penas cruéis, desumanas ou degradantes (1984)

Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989)

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de criança, à prostituição infantil e à pornografia infantil (2000)

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (2000)

Convenção das Nações Unidas contra corrupção (2000) – Convenção de Mérida

B) Sistema regional interamericano

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) – Pacto de San José da Costa Rica

Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1979)

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (1988) – Protocolo de San Salvador

Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referentes à abolição da pena de morte (1990)

Convenção Interamericana para prevenir e punir a Tortura (1985)

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher (1994) – Convenção de Belém do Pará

Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994)

Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (1999)

ANEXO B - Ata de Posse da Mesa Administrativa da Irmandade

MESA ADMINISTRATIVA

A Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, Irmandade dos Homens Pretos será dirigida por uma Mesa Administrativa, órgão executivo responsável pela administração direta, eleita trienalmente, investido dos poderes inerentes aos cargos assumidos por seus integrantes, conquanto observadas, quando da prática dos seus atos, as limitações estabelecidas por este Compromisso e seu RI, constituída de dezoito Mesários para exercerem os cargos e funções: Prior ou Priora, Vice-Prior ou Vice-Priora, 1º Secretario(a), 2º Secretário(a), 1º Tesoureiro(a), 2º Tesoureiro(a), (a) Geral, Mordomo(a) de Culto, Mestre(a) de Noviços, seis Definidores(as) e um casal de Visitadores.

Nenhum Irmão ou Irmã, incluindo os membros que compõem a Mesa Administrativa, recebe quaisquer remunerações ou honorários pelos trabalhos realizados ou pelo exercício de suas funções, à única exceção, em razão de prerrogativas legais, de honorários advocatícios sucumbenciais devidos pela parte que judicialmente litigar contra a Irmandade. Por conseguinte, a Irmandade não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

A Mesa Administrativa compete:

- a) cumprir e fazer cumprir as determinações e disposições deste Compromisso, dos Acórdãos e Resoluções de Mesas anteriores, ou adotadas neste exercício, e do Arcebispo Primaz;
- b) manter o culto público da Santíssima Virgem do Rosário, São Benedito, Santo Antônio de Categeró e Santa Bárbara;
- c) realizar as obras necessárias à conservação da Igreja da Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo - Irmandade dos Homens Pretos e suas dependências, em consonância com a Autoridade Eclesiástica e o do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que não se façam alterações contrárias aos preceitos litúrgicos, nem se modifique a sua arquitetura tradicional e artística;

- d) autorizar as obras e reparos indispensáveis à manutenção, conservação e limpeza dos imóveis que administra e outros que estiverem sob sua responsabilidade, e dos imóveis de propriedade da própria Irmandade;
- e) exigir da Mesa Administrativa a que suceder a relação dos bens móveis e imóveis pertencentes à Irmandade e administrar todos e quaisquer bens que atualmente constituem o seu patrimônio e os que, de futuro, vierem a ele serem incorporados (Cânon 1283 § 1º, 2º, 3º);
- f) admitir Irmãos e Irmãs, puni-los e demiti-los na forma deste Compromisso e do RI;
- g) estabelecer a importância em moeda corrente que deverá ser paga como joia para ser admitido como membro da Irmandade, bem como a contribuição mensal.
- h) mandar celebrar os sufrágios na intenção dos Irmãos e Irmãs, aos quais está obrigada a Irmandade, os Clérigos com provisão para esta Igreja, seguindo orientação do RI;
- i) promover por todos os meios a seu alcance a harmonia e a fraternidade entre os Irmãos e Irmãs, procurando congraçá-lo (s) em suas dissensões;
- j) designar, após eleição entre os Irmãos e Irmãs, substitutos para os diversos cargos da Mesa nos casos de vagas ou impedimento dentro do triênio compromissal (Cânon 309);
- k) apresentar relatórios gerenciais e contábeis anualmente ao Governo desta Arquidiocese e demais órgãos internos da Irmandade; l) cumprir os legados e os encargos administrados pela Irmandade;
- m) angariar donativos destinados à celebração das suas festas, ao custeio de obra para a conservação da Igreja e a qualquer iniciativa que vise aumentar o culto da Santíssima Virgem do Rosário, conforme o artigo 2º deste Compromisso;
- n) autorizar despesas mensais que devem ser realizadas pela tesouraria. o) aprovar as contas e balancetes mensais apresentados pela tesouraria, assim como aprovar anualmente a sua prestação de contas, depois de examinada pelo Conselho Fiscal, encaminhá-la à Cúria Arquidiocesana para conhecimento;
- p) contratar funcionários indispensáveis aos serviços da Irmandade, fixar seus vencimentos e demiti-los, observada a legislação trabalhista em vigor;

q) conceder diploma de Membro Honorário, Irmão ou Irmã Benfeitor (a) e/ou Irmão ou Irmã Emérito (a), bem como instituir e conceber Medalhas da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, Irmandade dos Homens Pretos, tudo conforme previsão estabelecida em RI.

ANEXO C – Disposições para irmãos e irmãs após a participação de mulheres na mesa administrativa

CAPÍTULO II Dos Irmãos e Irmãs

Artigo 4º - **Poderão ser admitidos como Irmãos e Irmãs, pessoas de ambos os sexos**, em plena comunhão com a Igreja Católica Apostólica Romana, de cor negra, desde sua origem, possuidoras de idoneidade moral e de meios de honesta subsistência, indicadas por 01 (um)irmão ou irmã.

Parágrafo único - Para admissão dos Irmãos e Irmãs, serão observados os requisitos estabelecidos em RI.

Artigo 5º - Os direitos e deveres dos Irmãos e Irmãs acham-se expressos neste Compromisso e no RI que complementa e regulamenta as disposições deste Compromisso.

§ 1º – São direitos dos Irmãos e Irmãs:

- a) votar e ser votado para os cargos da Mesa Administrativa e Conselho Fiscal nos termos deste Compromisso e RI;
- b) alcançar as graças e participar dos privilégios concedidos a esta Irmandade;
- c) tomar parte em solenidades da Irmandade com as insígnias correspondentes;
- d) ter assistência espiritual e material quando enfermo ou encarcerado;
- e) ser celebrada missa de Corpo Presente e/ou em sufrágio de sua alma no 7º (sétimo) e 30º (trigésimo) dia do seu falecimento;
- g) ter velório e sepultamento gratuito, para ele ou ela, seu cônjuge e seus filhos até os dezoito anos, em Carneira do Cemitério da Quinta dos Lázaros, nas Quadras pertencentes à Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, Irmandade dos Homens Pretos.

§ 2º – São deveres dos Irmãos e Irmãs:

- a) observar fielmente as determinações deste Compromisso e do RI;
- b) propagar, de modo especial, a devoção da Santíssima Virgem do Rosário;
- c) participar das solenidades ou outros atos religiosos internos ou externos sob orientação da Mesa Administrativa, com hábito ou traje social, e postar-se sempre de modo conveniente;

d) aceitar e desempenhar com maior dedicação cargos e Comissões de trabalho que lhe forem confiados pela Mesa Administrativa;

e) cumprir as determinações da Mesa Administrativa que se relacionarem com a vida da Irmandade;

f) contribuir mensalmente, através do carnê ou boleto, com a importância antecipadamente fixada pela Mesa Administrativa em cada exercício financeiro, bem como, doações espontâneas para manutenção do culto e Festa da Santíssima Virgem do Rosário e de obras necessárias.

§ 3º – É defeso empréstimos, a quaisquer títulos, aos Irmãos e Irmãs desta Irmandade e a terceiros, salvo com autorização prévia, expressa e conjunta, da Mesa Administrativa, Conselho Fiscal e Arcebispo Primaz.

§ 4º – Os Irmãos e Irmãs desta Irmandade ou terceiros que contraíram empréstimos antes do registro deste Compromisso e do RI, inclusive aqueles que venham a contrair nos termos do anterior parágrafo, deverão possuir contrato de mútuo devidamente formalizado com a Irmandade. Enquanto não formalizado o respectivo contrato, serão considerados inadimplentes para todos os fins de direito, inclusive para fins de votar e de ser votado.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. 15 (2) • Dez 2000 • <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BACELAR, Jeferson Afonso; SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. **O Rosário dos Pretos do Pelourinho**. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia: Salvador, 1974.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade- Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL *In*: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. CARONE, Irei; BENTO, Maria Aparecida Silva (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.
- BERTH, Joice. O que é ser mulher negra? **Revista Nós**. 25 jul de 2023- 17h01 (atualizado em 26/10/2023 às 17h19).
- BEZERRA DA SILVA, José; BERTOLDO, Maria Edna. O racismo como subproduto da sociedade de classes. **Revista Espaço Acadêmico**, 112, Setembro de 2010, Ano X - ISSN15196186
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial / Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR): Relatório Final. Brasília. Distrito Federal, 2005.
- BRITO, Ênio J. da C.; REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. **HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v.11, n.30, p.814-824, 29 jun.2013.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza COSTA, Albertina. **Mulher Negra-Política Governamental e a Mulher**. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. "A batalha de Durban". **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 10, n. 1, p. 2.009-2.014, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Org.). **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

CARDOSO, L. (2014). A BRANQUITUDE ACRÍTICA REVISITADA E A BRANQUIDADE. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, 6(13), 88–106. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/152>

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CALDEIRA, Cleusa. TEOLOGIA NEGRA E MULHERISMO AFRICANA. O PODER DAS MULHERES NEGRAS DE MATRIGESTAR POTÊNCIAS DE VIDA Black Theology and Africana Womanist. The Power of Black Women to Matrigest Life Powers Cleusa Caldeira * Perspect. Teol., Belo Horizonte, v. 55, n. 1, p. 213-237, Jan./Abr. 2023

CÉSAIRE, Aime. **Discurso sobre a Negritude**. Org. Carlos Moore. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural. O Direito à Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Crítica y emancipación. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2008.

CIDA, Bento. **O Pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. GERMANO, Douglas.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **BRANQUITUDE**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 92 pp, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. 2. ed. Cambridge, UK: olicity, 2020 [2016].

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLINS, Patricia Williams. Raça, Crítica e Feminismo. **Revista Direito e Práxis**, vol. 12, núm. 2, pp. 1169-1202, 2021 - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/59755>

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Tradução de Angela Figueiredo e Jesse Ferrell. Cadernos Pagu, n. 51, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10, 2002, DOI:[10.1590/S0104-026X2002000100011](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011). University of California - Los Angeles.

CUNHA JR., Henrique. **Diversidade étnico-cultural e africanidades**. São Gonçalo, 2002. São Gonçalo: Rio de Janeiro: UERJ. P.1-28. (Seminário na faculdade de formação de professores, mimeo.).

DAGNINO, Evelina. DOSSIÊ NACIONAL – Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan./abr. 2005.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

DIOP, Cheikh Anta. A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica. Luanda/Ramada: Mulemba/Pedago, 2014.

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: uma teoria afrocentrada. Tradução de Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*, v. 28, n. 5. p. 515-539, maio/1998.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI** 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

ESTEVÃO DE ARAUJO, Ayni. Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021 São Paulo, 2021, 163p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2021. Página106

EVARISTO, Conceição. **Cadernos Negros 15: poesia**. São Paulo: Quilombo hoje, 1992.

EVARISTO, Conceição. Textos Selecionados, **Literafro – Literatura Afro, NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA ALTERIDADE - NEIA** Faculdade de Letras da UFMG, BH-MG, 2021, p. 24-25.

FARIAS, Sara. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos das Portas do Carmo (1820). Disponível no anexo de FARIAS, Sara. **“Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007

FERNANDES, Cláudio. **"Família patriarcal no Brasil"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

FERNANDES, Frederico Garcia (org/coord). **Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica/Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa**. FCHSSALLA (2022-2023); Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024, 28

FONSECA, Dagoberto José. **Um Povo, Duas Nações – Angola e Brasil – o mundo Bantu no Atlântico**, São Paulo - S P, Editora Dandara, 2024.

FONSECA, Dagoberto José. Políticas públicas e ações afirmativas. **Consciência em Debate**. 2ª Edição revista e atualizada. Local: Editora Selo Negro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 7-20

FREITAS, Maria José Rabello de. **Igreja do Rosário dos Pretos**. Salvador, Prefeitura Municipal, 1966, p. 6 (pequeno Guia das Igrejas da Bahia, 20).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 179-182.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986, p.163. 51 ...42 páginas

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1978. HALL, S., [2009]. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. In: SOVIK, Liv (Org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende, Belo Horizonte, Editora UFMG, ano?

GUERRIERO, I. C. Z.; MINAYO, M. C. de S. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763- 782, jul./set. 2013.

GUIMARÃES, A.S.A. RACISMO E ANTI-RACISMO NO BRASIL. **Novos Estudos**, nº 43, CEBRAP N.º 43, novembro 1995 pp. 26-44.

GUIMARÃES, M. S. (2016). A população africana na irmandade de Nossa Senhora do Rosário: a cidade da Paraíba e o Mundo Atlântico. **Revista Crítica Histórica**, 7(13). <https://doi.org/10.28998/rchv17n13.2016.0005>

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista**: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Universidade Federal de Goiás - UFG <https://orcid.org/0000-0003-2103-2821>

HENNING, Carlos Eduardo. **As Diferenças na Diferença**: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n° 1, Jan-jun., p. 61-74. 2014.

HUDSON-Weems, C. (2008). *Africana Womanism & Race & Gender in the Presidential Candidacy of Barack Obama*. Authorhouse, ISBN 1-4389-0906-3, Amazon.com

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Africana Womanism: reclaiming ourselves*. Troy: Bedford Publishers, 2004.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: o outro lado da moeda. In: In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Epistemologias do Renascimento Africano: Coleção Pensamento Preto. VI. I. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019a, p. 207-212.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: uma visão geral. In: In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Epistemologias do Renascimento Africano: Coleção Pensamento Preto. VI.III. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019b, p. 157- 174

LACERDA, João Baptista de. The metis, or helf-breeds, of Brazil. *In: SPILLER, Gustav (Org.). Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress* Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911a. p. 377-383.

LEAHY, R. C.; MACHADO, L. R., [2006]. **Estórias das Ganhadeiras de Itapuã**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social com habilitação em Jornalismo), Faculdade de Tecnologia e Ciências, local, ano

Lei 12.987/2014 . **Planalto.gov.br** <https://www.planalto.gov.br> – Brasília, ato 2011-2014

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *In: Etnográfica*, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LEVY, Joseph Abraham. Compromisso e Solução: escravidão e as irmandades afrobrasileiras origem, formação das Confrarias religiosas no Brasil Colonial (1552-1822). **Estudos Brasileiros Brazilian Studos Bd. 2**, Liteverlag: Berlin, Alemanha, 2006.

LIMA, F. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento, **ethic@** - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016.

LIMA, Terezinha do S. S. **A organização da mulher negra através das irmandades**: estratégias de empoderamento de uma memória reconstruída. XIII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul – 2019.

LIMA, Vivaldo da Costa. **As Dietas africanas no sistema alimentar brasileiro**. In: CARDOSO, C.; BACELAR, J. (orgs). Faces da tradição afro-brasileira religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador-Ba: CEAO, 2006.

LOURAU, J. S., CAVALCANTE, A., SANTANA, S. (2021). Do 'problema do negro' às dificuldades de 'ser e viver negro' no Brasil: algumas reflexões afrocentradas e antirracistas. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 13(36), 189–217. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1222>

LUZ, Marco Aurélio. **Do Tronco ao Opa Exim: Memória e dinâmica da tradição afrobrasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MARZANO, Andrea. A presença muçulmana na África. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da. Os Reinos africanos na Antiguidade e Idade Média. Vitória: GM Editora, 2011.

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador, Hucitec, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1978.

MATTOSO, K M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, M. C. S. O machismo se reproduz como dote hereditário. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 2022, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. 378 p.

MOVIMENTO NEGRO DE BASE RELIGIOSA: **a Irmandade do Rosário dos Pretos** Taynar de Cássia -CADERNO CRH, Salvador, n. 34, p. 165-179, jan./jun. 2001

MUNANGA, K. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-90.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. P. 21-31.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Aspectos Religiosos, Comida: prazeres, gozos e transgressões**.(on line). 2an. Ed.rev.and enl. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em <http://books.scielo.org>-Acesso: 26/04/2013.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador, aspectos sociais e urbanos do Séc. XIX**. Salvador: FCEBA/EGBA, 1996.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de Oliveira. Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p.174- 193, dez./fev. 1995/1996.

OLIVEIRA, Roberto C. de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever Author(s): Roberto Cardoso de Oliveira Source: Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37 Published by: **Revista de Antropologia Stable URL:** <http://www.jstor.org/stable/41616179> Accessed: 20-05-2017 17:56

OMOLADE, BARBARA. The Rising Song of African American Women. New York, Routledge, 1994.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. In.: **Afro-Ásia**, n. 6,7, 1968. p. 119-126, CEAO-UFBA: Salvador, 1968.

PENIDO, T., [1993]. A voz de Itapuã: identidade de um povo. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 3, n. 2, set.

PIOVESAN Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas - Dossiê 120 anos da abolição da escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado • **Rev. Estud. Fem.** 16 (3) • Dez 2008 • <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brazil.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas e direitos humanos, **Revista USP**, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.

PRIORI, Mary Lucy Murray Del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática. Acesso em: 14 jan. 2025, 1994.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2. ed. ampliada e comentada. Salvador: EDUNEB, 2010.

QUERINO, Manuel. **Lá vem parente**. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

QUERINO, A arte da culinária, v. 1, **Revista Afro-Ásia**, n. 64 (2021), pp. 760-767 – p.761.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUINTÃO, Antônia. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870- 1890). São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002.

REGATIERI, R. P.; FERREIRA, L. S. Lélia Gonzalez, crítica do capitalismo brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 02, n. 29, p. 44-58, 2023

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades de Africanos e Crioulos na Bahia Setecentista. São Paulo: Alameda, 2011, 416p.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, n.18, 1993. 6-29.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, (28), 1996, 14-39. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39>

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão, **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 7-33

REIS, João José. Rebelião Escrava: "Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835", **Anais do APEBA**, Local: Editora Brasiliense, 38, 1986.

RELATÓRIO final do grupo de trabalho interministerial para a elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas – Portal Gov.br, Brasília, 2023.

RELATÓRIO OPAS – Organização Pan Americana de Saúde / Organização Mundial de Saúde – Região das Américas 2019 - **Masculinidade tóxica fará com que 1 em cada 5 homens nas Américas não alcancem os 50 anos** – Publicação OPAS/OMS, Brasil, 2019.

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. Vol. 29, Nº 1, Janeiro/Abril 2014. Brasília, Publicação de: **Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília**, Área: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas Versão impressa ISSN: 0102-6992, Versão on-line ISSN: 1980-5462

SANTANA. Anália, Escaldado de bacalhau da festa de nossa Senhora do Rosário Dos Pretos Do Pelourinho: uma tradição rosariana. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p. 79166-79181 aug. 2021

SANTANA, Anália. Mulheres Negras do Rosário do Pelourinho: Memória, Identidade e Poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X.

SANTANA, Anália. **A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969 – 2001)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SANTANA, Stela Gleide Oliveira; Lourau, Julie. Uma análise da Irmandade do Rosário dos Pretos em Salvador da Bahia a partir de uma visão quilombista afrocentrada. **Trivium: Estudos Interdisciplinares** (Ano XV, no.spe.), 2023, pp. 28-38.

SANTANA, Stela Gleide Oliveira. **Quilombismo as a cultural resistance bias: Irmandade do Rosário dos Pretos Pelourinho - Salvador / BA. 2020**. Dissertation (Master in Social Policies and Citizenship) - Catholic University of Salvador, Salvador, 2020.

SANTOS FILHO, Gabriel dos. **O Catolicismo Brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar sócioantropológico sobre a Pastoral Afrobrasileira**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Mariana de Mesquita. **Pelas Contas do Rosário: Cidadania na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho no Pós Abolição (Salvador, 1888-1930)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Lea Austrelina Ferreira. Odemodé Egbé Asipá: Para Além do “ensino da História e Cultura Afrobrasileira”. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, local UNEB, 1997.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). (CES) ISBN 978-972-40-3738-7 Edições ALMEDINA. S/A ,2009, Coimbra.

SCHWARTZ, Lilia Moritz, Sobre o autoritarismo brasileiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.72.

SHIOTA, Ricardo R. **Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, local UNESP, ano 2010.

SHIOTA, Ricardo R. Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil. **Temáticas**, Campinas, 22, (43): 73-102, fev./jun. 2014

SILVEIRA, Renato. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Os Fundamentos Africanos da Religiosidade Brasileira. In: KABENGELE, Munanga (Org.) **História do Negro no Brasil. O Negro na Sociedade Brasileira: Resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MinC, 2004.

SILVA, A.O. FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA ECONÔMICA BRASILEIRA E PATRIARCADO - **Anais** do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, local, 2018.

SOARES, Cecília Conceição Moreira. **Mulheres Negras na Bahia no Século XX**. Dissertação de Mestrado em História- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

SOARES, Cecília Conceição Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia**, Salvador: SEI, nº17, 1996

SOARES, Cecília Conceição Moreira. **Mulheres negras na Bahia no Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

SOUTO, S. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea, **Revista Metamorfose**, vol. 4, nº 4, junho de 2020. S. Souto 133-144

SOUZA, Jessé, **A Elite do atraso**, Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de. **Orixás e Santos de Festas: Encontros e desencontros do sincretismo afro católico na cidade de Salvador**. Salvador: EDUNEB, 2003.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

SWEET, J. **Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa: Edições 70, 2007.

UFBA Em Pauta. **Nancy Fraser defende modelo mais abrangente para o Feminismo, em palestra na Reitoria**. Enviado por imprensa em quarta, 04/11/2015 - 13:23hs

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIANA FILHO, Luís. **O Negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

VILHENA, Luiz dos Santos. Salvador: **A Bahia no Século XVIII**. Salvador: Imprensa Nacional, 1921.